



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2024, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Três (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Quatro (15`):

Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a 2.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.

Ponto Cinco (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2016 e anulação contabilística de todas as dívidas.

Ponto Seis (15`):

Proposta da Câmara Municipal para concessão de redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Ponto Sete (20`):

Propostas da Câmara Municipal para:

- a) Aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2024 (a receber em 2025), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.
- b) Aprovação da fixação da taxa de derrama para 2025 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- c) Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano 2025, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- d) Aprovação da percentagem de 4,0% na participação no IRS do ano 2025, para efeitos os previstos na alínea b), n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Oito (20`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2025.

Ponto Nove (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, bem como o respetivo Organograma, para o exercício de 2025, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dez (20`):

Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para aprovação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2025, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 3.º n.º 2 alínea a), do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas,

aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Onze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Doze (50`):

Proposta da Câmara para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Maria Glória Rodrigues Matos Couto; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Pedro Vale da Silva.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: João António Rodrigues Marques; Sérgio Matias de Sousa Reis; Luís Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; José Vítor Lopes Martins e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Vieira Duarte Moreira e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Maria Alice Rodrigues Sousa.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro e 02 de outubro de 2024, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que a Mesa recebeu dois pedidos de voto de pesar, subscritos por todas as bancadas aos quais a Mesa da Assembleia, naturalmente, se associou. Votos de pesar pelo falecimento de Manuel Oliveira Góis e pelo falecimento de João Fernandes Silva, e concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, para leitura do primeiro voto de pesar.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel de Oliveira Góis

Foi com profunda consternação que a Póvoa de Lanhoso recebeu, no dia 26 de novembro do corrente ano civil, a triste notícia do falecimento de Manuel de Oliveira Góis, com 84 anos de idade e residente da freguesia da Póvoa de Lanhoso.

Manuel de Oliveira Góis, natural de Silvade – Espinho, chegou à Póvoa de Lanhoso na década de 70, por ocasião da abertura da agência local do Banco Espírito Santo, onde desempenhou o cargo de subgerente, e por aqui ficou até ao seu falecimento.

Exerceu vários cargos partidários na estrutura Social Democrata, tendo sido Presidente da Comissão Política do PSD da Póvoa de Lanhoso, entre janeiro de 2001 e junho de 2004. No que diz respeito a cargos políticos autárquicos, foi Deputado da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, eleito pelo PSD, durante vários mandatos.

Desempenhou os cargos em representação do PSD mas, acima de tudo, dos eleitores, trabalhando com respeito mútuo e espírito democrático em prol do bem comum, tendo sido uma referência para todos quantos tiveram o privilégio de com ele trabalhar e conviver.

Com gosto pelo envolvimento na comunidade, foi, ainda, um dos fundadores e Presidente da direção do Rotary Club da Póvoa de Lanhoso, dirigente da delegação da Póvoa de Lanhoso da Cruz Vermelha Portuguesa e da Associação Comercial de Braga.

Manuel de Oliveira Góis partiu no dia 26 de novembro de 2024. Fica nas nossas memórias o exemplo de um grande ser humano dedicado à comunidade, um homem de causas e de um saber estar admirável.

Por tudo o que foi dito e pelo muito que ficou por dizer. Pelas qualidades políticas, humanas, sociais e pelo serviço que prestou ao concelho da Póvoa de Lanhoso, propõe-se

que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 16 de dezembro de 2024, delibere:

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do senhor Manuel de Oliveira Góis, residente da freguesia da Póvoa de Lanhoso, guardando um minuto de silêncio em sua memória;

2. Manifestar à família, em especial à esposa, filhos/as, netos/as e amigos/as, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor desta “Voto de Pesar”.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira, para leitura do segundo voto de pesar.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelo falecimento de João Fernandes Silva

É com profundo e sentido pesar que o Partido Socialista da Póvoa de Lanhoso lamenta o falecimento do nosso querido camarada João Fernandes Silva, carinhosamente conhecido por todos como “Jota”.

João Fernandes Silva nasceu a 25 de janeiro de 1956, era natural da freguesia de Brunhais e faleceu a 1 de dezembro de 2024.

Autarca do Partido Socialista, desempenhou funções de Secretário da Junta de Freguesia de Brunhais entre os anos de 2005 a 2013 e foi membro daquela Assembleia de Freguesia entre 2013 e 2017.

Marido, pai e avô extremoso o Jota foi, para o Partido Socialista, mais do que um militante; foi um pilar de força e inspiração. Com a sua personalidade afável e o sorriso fácil que iluminava qualquer sala, contribuiu de forma decisiva para as vitórias e conquistas do Partido, sempre com dedicação e lealdade. O seu amor por Brunhais, a sua terra natal, foi sempre visível nas suas ações e na forma como servia a sua freguesia, colocando os interesses da sua comunidade acima de tudo.

“Um sorriso verdadeiro não custa nada, mas vale muito” e esta frase chegaria para definir o nosso camarada João Silva. O seu sorriso permanecerá para sempre na memória de quem teve o privilégio de o conhecer e de caminhar ao seu lado.

Nesta hora de dor, endereçamos à família, aos amigos e a toda a comunidade de Brunhais as nossas mais sinceras condolências, na certeza de que a memória do nosso querido Jota permanecerá viva em todos nós.

Assim, propõe-se para deliberação desta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 16 de dezembro de 2024:

1. *Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de João Silva, guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;*

2. *Manifestar as mais sentidas condolências à família e amigos, transmitindo-lhes o teor do presente voto de pesar.”*

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou os votos de pesar à votação, informou que foram aprovados por unanimidade, pelo que seguidamente cumpriu-se um minuto de silêncio pelos votos de pesar.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra à segunda secretária da Mesa, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência. E após a leitura da correspondência, informou que no seguimento da apresentação de renúncia de mandado enquanto Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil, por parte do deputado José Miranda Gomes, foi realizada uma reunião da Comissão Permanente para eleger um novo Presidente, pelo que a Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil passou a ter a seguinte composição: Presidente – Sónia Margarida da Silva Fernandes; Secretário – Pedro Alexandre Dias Afonso; Henrique Leonel da Silva Tinoco; José Manuel Costa da Silva; Vítor Hugo Araújo da Silva; Paulo Gregório da Silva Ferreira e Diogo Amaral de Sousa.

Depois, passou de imediato ao Período Antes da Ordem do Dia e concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A bancada do grupo parlamentar do Partido Social Democrata tem vindo, no período antes da ordem do dia, a acompanhar os assuntos que influenciam ou podem vir a influenciar o cumprimento das grandes metas deste mandato. Assembleia após Assembleia, temos questionado sobre o ponto de situação da Braval e do seu alargamento, começou desde logo por ser desvalorizado por este executivo o parecer emitido por quatro técnicos do município que defendiam, e muito bem, a necessidade de um estudo de impacto ambiental para avaliar a possibilidade do alargamento, até porque o existente já se reporta a 1996. A nossa bancada e os nossos vereadores sempre defenderam que o mesmo era e é imprescindível para a construção destes dois novos alvéolos, pois o horizonte temporal deste alargamento é de cinquenta anos, portanto, se temos a Braval há 25 anos no concelho e têm sido várias as ocorrências negativas, temos de acautelar de forma redobrada os próximos cinquenta anos.

Depois de muita insistência, foi-nos referido que até à construção do alargamento do aterro sanitário seria implementado um plano de contingência. Ora, vamos então analisar em que consiste este denominado Plano de contingência, primeiro, envio para a Ministra do Ambiente e Energia do Recurso Administrativo especial da decisão de sujeição do estudo de impacto ambiental pela CCDRN/APA de modo a acelerar a construção da nova zona do aterro, presume-se por esta observação, que a Braval está a tentar rebater a CCDRN e a APA quanto à necessidade de realizar um estudo de impacto

ambiental. A verificar-se isto, ou seja, que se prescindia do estudo de impacto ambiental que teoricamente não foi feito, porque demoraria muito tempo e já lá vão dois anos e tudo permanece igual, o que pode ou não vir a acelerar o processo, em que medida vão ser garantidos os interesses da população e da nossa terra e prestada garantia que todos os pressupostos legais serão cumpridos? O Senhor Presidente partilha connosco, esta preocupação? Teve a oportunidade de a referir neste caso ao senhor secretário de Estado do Ambiente na reunião que decorreu recentemente?

Ainda sobre o apelidado plano de contingência, constam: modelação e cobertura com terras dos taludes e zonas já encerradas do aterro, de modo a minimizar a ocorrência de maus odores; a cobertura periódica com terras da zona de exploração do aterro; e a abertura de procedimento de contratação pública para selagem dos taludes, de modo a separar o encaminhamento de águas pluviais, diminuindo a produção de lixiviados. Ora, todas estas ações são condições e específicas a cumprir pela Braval no âmbito da licença que lhe foi conferida em outubro de 2022. Repare-se que um plano de contingência, é um conjunto de ações que é definido para ultrapassar uma situação não prevista, jamais pode estar vertido num plano de contingência, aquelas que já são as suas obrigações decorrentes da licença que lhes foi concedida para exploração. E ainda referem como ação do plano de contingência, otimização do funcionamento das rampas e canhão de colmatção de maus cheiros e aquisição dos respetivos produtos de neutralização de odores, ou seja, mais um exemplo de algo que é uma obrigação do licenciamento ambiental, e que em nada diz respeito a medidas no âmbito de um plano de contingência. Esta realidade está à vista de todos e nada é feito, mais, entre 2015 e 2021, o investimento da Braval para colmatção de odores foi de 406.884 euros, o que equivale sensivelmente a 58 mil euros por ano de 2022 até 2024, ou seja, os últimos três anos foi investido 32.165 euros. Na realidade e pelo histórico, teriam de ser investidos cerca de 200 mil euros. Esta situação não é razoável. E para quem tiver dúvidas da informação que acabo de prestar, vai ao base gov, consulta aos procedimentos para fornecimento de colmatadores de odores para rampas e a desautorização do Ecoparque da Braval, e tira as suas próprias conclusões.

Convém ter presente que a Braval serve cerca de 310 mil habitantes, portanto, a contribuição do lixo da Póvoa de Lanhoso é somente de 7%, isto suscita uma outra questão importante para a população, de que forma os custos e os benefícios dos serviços de recolha e tratamento de resíduos são distribuídos entre municípios e se a Póvoa de Lanhoso está a ser justamente compensada pelo seu contributo, tendo em conta a sua menor produção de lixo em relação às outras localidades. Volto a questionar, qual o plano de contingência que o nosso executivo vai exigir a Braval e quando digo exigir é mesmo exigir, porque a nossa população não pode estar sujeita a esta situação. É imperativo realizar-se a monitorização periódica da qualidade ambiental; tornar públicos os resultados sobre a qualidade do ar, da água, do solo, na

envolvente do aterro para garantir que a população local não está a ser prejudicada pela operação de tratamento de resíduos.

Mais, para 2025, está prevista a elaboração de mais um plano estratégico local, desta vez para o turismo. Vamos estar atentos ao impacto da Braval em termos turísticos, caso estas condições se mantenham e, para além disso, como bem sabemos, um dos projetos bandeira deste executivo está diretamente relacionado com a via circular e criação do parque empresarial nas imediações da Braval. Senhor Presidente, já se questionou como é que vai ser a dinamização deste parque empresarial com esta realidade dentro de portas? Convém por todos estes fatores acautelar esta situação com o máximo de urgência.

Na última Assembleia Municipal, dei nota do aviso Norte 2030 para a refuncionalização dos edifícios coletivos existentes para melhorar a eficiência e a funcionalidade. De acordo com este aviso, as candidaturas podem ser submetidas até ao dia 30 de dezembro, com uma participação de 85%, é sem dúvida, uma oportunidade a não perder. Sabemos que a 23 de maio de 2024, foi celebrado um contrato de comodato com os bombeiros voluntários, no caso em concreto referente ao Cine Fórum dos Bombeiros, pelo prazo de 25 anos, pelo que, a partir dessa data, o município passou a dispor de um espaço para acolher eventos e os Bombeiros Voluntários deixaram de ter de pagar as despesas que mensalmente o espaço acarreta. Aquando da celebração do comodato, foi previsto pela Câmara Municipal um investimento na ordem de 1.650.000 euros, questiona-se, quais os edifícios coletivos do município que estão identificados como prioritários para beneficiar deste financiamento? Existe ou não um plano de ação para avaliar quais necessitam de maior intervenção em termos de eficiência e funcionalidade? Se as candidaturas já foram apresentadas? Se a população local e as associações ou entidades que utilizem esses edifícios estão envolvidas no planeamento destas intervenções? E ainda sobre isto, as condições atuais do Cine Fórum, ou seja, sem a intervenção de remodelação, não serão melhores que aquelas que resultam de tendas? É porque só em 2024, já se adjudicou 91.200 euros em tendas, e o uso prolongado pode transmitir uma imagem de improviso e ou de falta de planeamento, afetando a perceção da comunidade sobre a capacidade do município de resolver os problemas de forma eficaz e de longo prazo.

Ainda sobre os edifícios coletivos, em que ponto se encontra o financiamento das obras da escola Secundária? E em que ponto está a construção do espaço de valorização do território? A primeira indicação que foi dada em termos de estratégia local de habitação indicava que, até ao final de 2024, seria possível executar sete milhões de euros de investimento. Entretanto, neste interregno, houve a necessidade de reformular a estratégia local de habitação que atualmente contempla a construção de 173 fogos, num total de investimento de vinte milhões de euros, portanto, a primeira previsão acabou por não ser cumprida, pois não se executou qualquer montante de obra em 2024. Ainda em junho deste ano, o executivo deu nota que até ao final de 2025, a

Câmara Municipal iria ou irá executar 38 habitações de tipologia T1 e T2, ou seja, um investimento de sensivelmente 4,4 milhões de euros. Questiona-se, estas 38 habitações já se encontram adjudicadas? Para quando o arranque das construções? E, também, como é que o executivo pretende manter a população informada sobre o progresso das obras da estratégia local de habitação, seja por planos de comunicação regulares, ou seja, ainda por, eventualmente, a criação de um portal de transparência que permita o acompanhamento pelos munícipes. Questiona-se também como decorrerá ou se já está previsto um modelo de adjudicação das casas?

Relativamente, a pessoal, o número de pessoas com contratos precários, com o município tem aumentado exponencialmente. Em 2021, eram cerca de 40 pessoas a recibos verdes; a 30 de junho de 2023, tínhamos já 114 pessoas a recibos verdes e este ano já devemos estar a ultrapassar as 130. Já há dois anos que temos cerca de noventa vagas no mapa de pessoal, mas o único concurso que houve para contratação foi mesmo o de Diretor de Gestão Autárquica que, do que se sabe, ficou deserto, uma vez que já decorreu tempo suficiente para quantificar a sobrecarga dos serviços, devido à delegação de competências, questiona-se, estas 130 pessoas são indispensáveis ou há cerca de 40 pessoas que estão a prestar serviços de uma forma meramente pontual?

Como sabemos, decorreu na EPAVE um processo de inquérito aos colaboradores e que, sendo esta uma entidade acreditada, é natural que existam estes questionários de avaliação de uma forma contínua. Contudo, tivemos recentemente alterações no Conselho de Administração da EPAVE pelo que é importante perceber se já existem os resultados desse processo de inquérito e as conclusões que foram obtidas? Por outro lado, questionar se está previsto algum tipo de divulgação pública ou interna dos resultados de inquérito, de modo a assegurar a transparência do processo, se sim, quando e de que forma serão partilhados os resultados com os trabalhadores e com as partes interessadas? Com base nas conclusões do inquérito, existe já algum plano definido pelo Conselho de Administração para tratamento eficaz das questões suscitadas?

Ainda falando sobre desempenho, a Câmara Municipal através de protocolos de colaboração, tem apoiado as freguesias na dinamização de centros de convívio. Este alargamento já está a ser implementado há vários anos, pelo que se questiona se já foi feito algum processo também de inquérito de satisfação aos intervenientes, nomeadamente aos utentes e às próprias juntas de freguesia? Caso não tenha sido feito, deixa-se o repto para que o mesmo possa ser realizado para se alcançar sempre um melhor desempenho. Neste caso, deixam-se também as mesmas sugestões de divulgação dos resultados que à EPAVE já foram referenciadas.

No arranque do mandato, o senhor Presidente da Câmara trouxe a este órgão a Dra. Cristina Guimarães da CCDR-N para fazer o ponto de situação do estado de revisão do PDM. Tendo frisado nessa altura que o executivo, por si liderado, iria enveredar todos os esforços para que a revisão do PDM estivesse concluída até 31 de dezembro de 2022, ou

seja, teria de estar concluída há cerca de dois anos. Mais disse que essa sessão de esclarecimento era a primeira e que eram os primeiros trinta minutos para se falar num assunto de tanta importância, e aqui convém recordar todos os pedidos que já foram feitos para que volte a ocorrer uma nova sessão de esclarecimento, até porque, mais uma vez, a conclusão da revisão do PDM já foi protelada para 2025. Para quando uma nova sessão de esclarecimento? Na única sessão plenária que ocorreu, desta feita, em maio de 2022, foi referido que a Câmara Municipal estava totalmente disponível para o que entenderem necessário, nomeadamente quanto a documentação. Senhor Presidente, não estamos a alcançar essa disponibilidade, a plataforma de gestão colaborativa territorial, está sem atualização há dois anos. Por outro lado, a rede de alargamento do saneamento está integralmente relacionada com o PDM, na medida em que só pode ser solo urbano aquele que tiver saneamento. Qual o ponto de situação?

Ainda sobre o plano diretor municipal, já desde 2022, que está previsto em plano de atividades, mas que também têm transitado ano após ano, em plano de atividades, o Plano de Pormenor de Ordenamento e Valorização da Barragem das Andorinhas. Como é que esta situação está a ser acautelada em termos de PDM, uma vez que a área é detida por múltiplos proprietários privados? Quais as diligências encetadas, até à presente data? Em dezembro de 2022, este executivo declarou que as Infraestruturas de Portugal assumiram o projeto, asseguraram o financiamento e que a Câmara Municipal estava a diligenciar o que lhe competia, nomeadamente ter dinheiro para fazer a aquisição dos terrenos. Durante os últimos três anos, estivemos aparentemente a poupar 700.000 euros por ano, de forma a dispor de uma quantia de 2.100.000 euros para comprar os terrenos onde passa a futura via circular. Estava previsto que até janeiro de 2024 estivesse concluída a compra dos terrenos e que, ao longo de 2024 fosse já executada 10% da obra da Via Circular. Estamos em dezembro de 2024, qual é o planeamento e faseamento que está previsto ocorrer em 2025 para a concretização da Via Circular? Os proprietários dos terrenos já foram contactados, algum terreno já foi adquirido, existe alguma previsão para tornar pública a lista de terrenos, respetivos proprietários e valor, de forma a tornar o processo de aquisição transparente e justo para todos os proprietários?

No arranque do mandato foi prevista uma receita global para quatro anos, 2021-2025, de sensivelmente noventa milhões de euros e foi previsto um investimento na ordem dos vinte sete milhões, ou seja, 30% da receita seria traduzida em obra. Com o acréscimo das transferências do Governo, ao invés dos noventa milhões de euros, temos uma receita previsional para este mandato de cem milhões de euros. Numa relação direta, é previsível termos trinta milhões de investimento em obra neste mandato? Questiona-se, desses cem milhões de euros, qual o acumulado previsional neste quadriénio dos saldos de gerência? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Por uma questão de oportunidade e gestão dos tempos de intervenção, começo a minha participação nesta que é a última assembleia de 2024 para em nome do grupo parlamentar do CDS-PP formular votos de um Feliz Natal e um próspero ano novo a todos os povoenses com uma menção especial a todos os nossos emigrantes que, pelos mais diversos motivos, não possam estar perto dos seus familiares nesta quadra natalícia.

Relativamente ao assunto que motivou esta intervenção no período antes da Ordem do Dia, gostaria de dar nota a esta assembleia e ao executivo de uma problemática existente no nosso concelho e que, no entender do CDS-PP fará sentido atentarmos. Podendo posteriormente a medida ser alargada às restantes freguesias, pelo menos numa fase inicial, é necessária a criação no cemitério Municipal da vila de uma infraestrutura essencial de que não dispomos, de momento, na qual possam ser convenientemente guardadas as urnas contendo as cinzas de todos aqueles que em vida manifestaram o desejo de serem cremados. O local tecnicamente designado por columbário, reveste-se da maior importância em virtude do crescente aumento do número de cremações em detrimento da sepultura em campa ou jazigo.

Fica, pois, a sugestão para que se possa, com a máxima urgência, debelar esta fragilidade, dando a merecida dignidade a todos os povoenses que por esta via optem, permitindo ainda às suas famílias um local digno para venerarem os seus entes queridos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Decidi fazer esta intervenção neste momento de transição de ano civil, véspera de Natal e aproveito desde já para desejar a todas e a todos, um Santo Natal e um feliz ano de 2025 e considerando que faltam poucas sessões para findar o mandato, nas quais poderei participar ou não, por força da minha condição de suplente, ou ainda disponibilidade pessoal ou profissional, para o poder fazer e, com a quase certeza que não integrarei e próxima Assembleia Municipal em lugar elegível, sobretudo por opção. Por opção, porque sou mais um fazedor do que um orador, por opção, porque assumi um compromisso que cumpri, por opção, porque esperava muito mais desta Assembleia

Municipal com novos protagonistas, com uma nova geração a imergir, essencialmente do principal partido da oposição, que não foi capaz de fazer mais do que ser força de bloqueio, prejudicando várias vezes os povoenses somente com a intenção de criar dificuldades à governação do Partido Socialista e a este Presidente de Câmara.

Esperava uma oposição capaz de discutir seriamente o concelho, esperava uma oposição que, após dezasseis anos, tivesse mais capaz de discutir o futuro e respeitar o passado. Quem não se lembra do chumbo de dois pontos que os anteriores Presidentes de Câmara tinham assumidos compromissos através de documentos escritos pelos dois anteriores Presidentes de Câmaras do PSD? Esperava uma oposição que tivesse na Póvoa de Lanhoso e nos povoenses a sua principal preocupação, ao invés da pequena política e dos jogos de poder pelo poder.

Não posso deixar de dar nota dos aspetos que mais me agradaram neste mandato. Um líder parlamentar do PS excecional que nos últimos vinte anos de participação em Assembleia Municipal como líder de bancada, só foi suplantado por um tribuno e conhecedor de excelência como João Tinoco de Faria. Um Presidente de Câmara que voltou a prestigiar o cargo e assegurar a todas e todos os vereadores a possibilidade de poder intervir, contrariando práticas do passado validadas por esta bancada da Assembleia Municipal do PSD, que não permitia que ele próprio usasse da palavra em sessões passadas, em mandatos passados, na Assembleia Municipal, censura que também era validada pela deputada e líder de bancada, Fátima Alves. Um Presidente da Assembleia Municipal de excelência, com um nível e capacidade até hoje ímpar, que veio confirmar a exceção à regra que dizem que determinados locais, nem bons ventos, nem bons casamentos. Qualidade, excelência, lealdade, compromisso, rigor e competência. Um bem-haja, senhor Presidente, e espero que se mantenha no cargo durante muitos anos e julgo que este sentimento é acompanhado pelos povoenses e por todas as bancadas, mesmo que aqui ou ali possamos ter estado em desacordo com um ou outro pormenor. O bom uso deste púlpito para fazer a defesa dos interesses do nosso concelho pode ser sempre questionado e discutido. É ou não devida esta ou aquela intervenção? Considero, e é esta a minha interpretação, que todas as matérias que sirvam o esclarecimento dos povoenses cabem nestes critérios tão abrangentes, em que, dependendo de quem o utiliza, pode também fazer o seu uso por o achar oportuno.

E, por isso, entendo que devo anunciar e felicitar o senhor Presidente da Câmara, meu camarada Frederico Castro, pela sua eleição como recandidato à Câmara Municipal, muitos parabéns. Aceitou o convite do Partido Socialista que está unido à sua volta, mobilizado e empenhado para que, em conjunto, sejam dadas todas as condições para tentar protagonizar uma reeleição que acredito que merece e os povoenses, julgo que também lhe reconhecerão essa capacidade do mérito e que possam reconduzir para mais um mandato que será certamente fundamental para dar continuidade ao processo de mudança iniciado em 2021 e que paulatinamente tem sido notório.

Quero ainda felicitar a candidata do PSD à Câmara Municipal e quero felicitá-la, dizendo-lhe que o facto de ter sido a quinta convidada e, por isso, a quinta opção, não faz da senhora uma pior ou melhor candidata, aliás, na sua nota de apresentação pública refere que a sua participação política tem pouco mais do que meia dúzia de anos e estou certo que sem atropelos, cotoveladas ou manhas, isso também é sintomático do estado de um partido tão importante para a democracia portuguesa e para o poder local, como é o PSD. Como já referi, os dezasseis anos de poder secaram completamente jovens novos quadros de valor que se afastaram completamente e hoje é notória a dificuldade em almejar mais e melhor. Felicito-a ainda pelo facto de ter conseguido uma coligação de direita tão ampla quanto possível com o CDS, parceiro ao longo destes mais de três anos de mandato e com o partido Chega que num processo caricato conseguiu recrutar bem no núcleo do PSD para agora se juntarem novamente e com isso ficar bem patente, infelizmente, que não raras vezes o crime compensa. Por outro lado, com esse golpe de asa, asseguraram a integração na candidatura do único membro do GAP ou vereação que transita de mandatos passados e com isso comprometido com tudo o que foi feito até então.

Nesse caso, entendo como inevitável perguntar à candidata e senhora deputada, como interpreta a utilização dos meios públicos, SMS's pagos pela Câmara Municipal na campanha de 2021 a favor do PSD? Como interpreta a utilização de meios públicos, luz pública, no caso, em outdoors, pagos pela Câmara Municipal na campanha de 2021 a favor do PSD? Por outro lado, pergunto, a Senhora é capaz de assumir publicamente que vai pugnar pela defesa do município contra particulares ou entidades coletivas prevaricadoras e que lesam o município e os povoenses? Ou ainda, e nesse caso, a senhora teve a atenção de anunciar e mostrar-se muito preocupada em relação à questão da Braval, que preocupa a todos, a senhora é capaz de vir aqui hoje assumir que e no caso estaria disponível para o encerramento imediato da Braval, é isso que defende?

Em outro âmbito, também gostava de obter os seguintes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Têm sido feitas intervenções na via pública, sobretudo colocação de asfalto, pavimentação e marcações. Estas intervenções, são intervenções da Câmara Municipal ou de outra entidade externa, nomeadamente a IP? Aprovámos nos últimos dois anos, obras muito significativos para o concelho que ainda não foram concretizadas. Já foi amplamente explicado pelo senhor Presidente da Câmara que houve atrasos do visto do Tribunal de Contas que provocou um adiamento e que faz desesperar as populações pelos seus atrasos nos prazos de execução. Agradecia que nos informassem sobre o ponto da situação.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, eu vou começar por responder ao deputado Pedro Afonso, porque, de facto, a pergunta dele foi simples, a resposta também é simples, nós necessitamos, necessariamente, ao longo do tempo, de adaptar os equipamentos que temos disponíveis, nomeadamente os cemitérios que temos disponíveis em cada freguesia e na Vila, na freguesia de Nossa Senhora do Amparo, também, tendo em vista precisamente a possibilidade de nos adaptarmos às necessidades da população. Apesar de estarmos inseridos, diria eu, no distrito mais conservador do país e sermos um dos concelhos que acompanha esse conservadorismo, com o passar do tempo, vamos todos participando em cerimónias, como infelizmente, aconteceu recentemente na freguesia de Brunhais, em que o defunto pelo qual já prestamos aqui hoje, um minuto de silêncio, não foi a sepultar e foi cremado e, de facto, nós precisamos de adaptar as soluções que temos disponíveis e o cemitério municipal não é exceção, portanto, faz sentido a sua questão. Nós já fomos também interrogados recentemente por uma família que queria transladar as cinzas de um defunto de outro município para a Póvoa de Lanhoso e temos intenção de fazer essa adaptação, diria eu muito brevemente, não sei precisar em que período de tempo, mas só para dizer que, de facto, faz sentido e concordo com a sua análise. Eu não percebi a última questão que o deputado senhor Pedro Silva colocou, peço desculpa que tinha a ver com as obras e investimentos, se quiser depois prestar algum esclarecimento é que eu, de facto, não percebi.”

Interveio o deputado Pedro Silva, apenas para tentar esclarecer a questão que colocou, e no uso da palavra referiu:

“Aprovamos aqui em Assembleia Municipal, ao longo dos últimos dois anos várias obras, investimentos para as freguesias. Que algumas delas foram sendo adiadas por força do atraso do visto do Tribunal de Contas, e a pergunta era no sentido de perceber e explicar aos povoenses que provavelmente as obras estão em execução.”

O Presidente da Câmara, Frederico Castro, retomou a sua intervenção referindo:

“Bom, nós fizemos alguns processo de financiamento via empréstimo para concretização de obras nas freguesias, muitas delas já estão concretizadas, estão aqui os senhores Presidentes de junta que são as melhores testemunhas disso, há algumas dessas obras que estão ainda em processo de conclusão das peças que têm de ir a concurso e, portanto, está mais relacionado, nesta fase, está mais relacionado com a preparação das peças do que propriamente com o visto do Tribunal de Contas. Nós já recebemos os vistos após o período de Verão, se não estou enganado, do último empréstimo que foi contraído, mas todos eles seguem os trâmites que foram seguidos também no primeiro empréstimo, portanto, uma palavra de esclarecimento e tranquilidade, provavelmente, as obras que estão concretizadas não precisam de esclarecimento. Aquelas que ainda

não estão, estão em curso precisamente de poderem ser levadas a cabo os concursos para que essas obras possam ser concretizadas tão breve quanto possível, mas todas elas estão a seguir os seus trâmites normais e, diria eu habituais.

Relativamente à deputada Fátima Alves, há aqui uma série de questões. Eu não sei se anotei todas as questões, já percebi que tem muitas questões a colocar, é natural, que tenha muitas dúvidas também, mas eu vou tentar esclarecer algumas delas, pelo menos aquelas que me parecem mais pertinentes ou aquelas que têm, do meu ponto de vista mais relevância política, digamos assim.

Começando pela Braval, bom, nós tivemos, como é sabido, vários momentos ao longo deste mandato em que tivemos de discutir a Braval. E discutir o futuro da Braval, e a primeira nota que eu queria deixar registando sempre, eu fui registando sempre, a forma como a bancada do Partido Social Democrata, nomeadamente a sua líder da bancada parlamentar, se foi mostrando progressivamente incomodada relativamente à atividade da Braval, quando no passado tivemos nesta Assembleia Municipal, esta nota é importante, tivemos nesta Assembleia Municipal também alguns debates sobre esse tema, nomeadamente sobre o alargamento do aterro e a bancada parlamentar do PSD, nunca se mostrou especialmente incomodada com isso, mas essa é uma evolução positiva, até porque essa preocupação existe por parte da bancada do PSD, da bancada do Partido Socialista, se bem me recordo, desde sempre, e do atual executivo municipal, que ao contrário do que aquilo que possa parecer, e até pela forma como as questões são colocadas, possa quase parecer que o executivo municipal é também conselho de administração da Braval, não, o executivo municipal desempenha funções municipais, a administração da Braval está indicada, nomeada e foi até reformulada recentemente a sua liderança, com a saída do administrador, e entrada de uma nova administradora, mas está, de facto, isso sim, presente no conselho de Administração da Braval, uma pessoa que é residente na Póvoa de Lanhoso e que vossas excelências conhecem muito bem, que foi sucessivamente candidato na lista da Assembleia Municipal pelo Partido Social Democrata e que se não estou enganado, senhor Presidente, renunciou ao mandato, a este mandato. Ao longo deste mandato, renunciou à sua presença como deputado eleito na bancada do PSD nesta Assembleia Municipal. Portanto, é pena que nós não tínhamos oportunidade e que nunca tínhamos tido essa oportunidade, mesmo quando ainda não tinha renunciado ao mandato, de receber os esclarecimentos desse eleito do PSD, que é simultaneamente desse ex-eleito do PSD que é simultaneamente membro do Conselho de Administração da Braval, portanto, esta primeira nota é importante para se perceber que o executivo municipal não é advogado de defesa da Braval. Aliás, o executivo municipal, senhora deputada, e o Presidente da Câmara Municipal, esteve presente numa reunião com o senhor secretário de Estado do Ambiente, vai fazer na próxima quinta-feira duas semanas, e tive a oportunidade de fazer saber quando me convidaram para essa reunião que esperava que o senhor secretário de Estado trouxesse respostas relativamente ao tema que temos pendente e

que diz respeito ao alargamento do aterro sanitário, nomeadamente a construção do último alvéolo.

E este aspeto é importante explico porquê, porque se bem se recordam a Câmara Municipal desde o primeiro momento, esta câmara municipal, desde o primeiro momento, fez questão que fossem feitos os esclarecimentos públicos relativamente aos passos que foram dados na Braval, fez questão que esta Assembleia Municipal tivesse oportunidade de debater o tema, se não estou enganado em duas sessões de trabalho em que estiveram presentes os membros do Conselho de Administração da Braval e foi esta câmara municipal que exigiu que existisse algum tipo de plano de contingência que, independentemente de podermos entender que é mais ou menos profundo do ponto de vista da intervenção, e aqui é importante também referir que, quando refere a otimização dos meios que servem para colmatar os odores, eu não sei aquilo que é ou que significa a otimização dos meios. Não sei se a senhora deputada sabe, mas eu não sei precisar o que significa otimização dos meios, a otimização do que quer que seja, significa pegar nos meios que temos à disposição e aproveitá-los melhor ainda do que estavam a ser aproveitados até então, chama-se a isso otimização, portanto, a minha leitura daquilo que seja a otimização, a descrição que eu acabei de fazer, mas eu acho que nós podemos e devemos esclarecer melhor esses aspetos, temos todos a mesma preocupação, mas temos todos, sobretudo, uma preocupação.

Deixe-me regressar à visita do senhor secretário de Estado há cerca de quinze dias atrás, na visita do secretário de Estado, aquilo que foi possível perceber em primeiro lugar é que, de facto, não trazia respostas. Não trazia respostas, não trazia soluções, não trazia nada que pudesse ser palpável e que justificasse até a sua vinda à Póvoa de Lanhoso. E há testemunhas disto, aliás, precisamente um membro, o ex-membro da bancada parlamentar do PSD que é membro do Conselho de Administração da Braval, é testemunha de tudo isto que eu vou dizer, eu fui dos dois Presidentes de Câmara a indagar o senhor secretário de Estado relativamente à necessidade de nós termos um plano estruturado e pensado no tempo para podermos concretizar a realização, das duas uma, ou concretizar a realização do novo alvéolo do aterro sanitário ou então, eu próprio desafiei o senhor secretário de Estado, e acho que posso dizer aqui, desafiei o senhor secretário de Estado, a encerrar o aterro se ele entendesse que não havia condições para que ele pudesse estar em funcionamento e a retomar a atividade do aterro sanitário, quando passasse a estar em condições de estar em funcionamento. O encerrasse um mês, três meses, seis meses, o que fosse. E até desafiei os meus colegas Presidentes de Câmara, ou representantes de câmaras que estavam presentes, porque nós falámos muitas vezes entre nós de solidariedade, e ele existe, de facto, eu não tenho nada a apontar ao Senhor Presidente de Câmara de Vieira do Minho, de Amares, de Terras de Bouro, de Vila Verde ou de Braga, mas o que é verdade é que os problemas e os efeitos colaterais que eu descrevi com pormenor nessa reunião e que expliquei ao senhor secretário de Estado, que já não estão numa situação de urgência, estamos numa

situação de emergência relativamente à resolução deste assunto. Esses efeitos colaterais são sentidos em Vila Verde ou são sentidos em Terras de Bouro? Ou são sentidos em Vieira do Minho, ou em Braga ou em Amares, portanto, a solidariedade e a resposta todos sabemos qual é. Essa solidariedade é importante, mas é importante na medida de fazermos todos a pressão para que o problema se resolva. E eu posso aqui dizer também, que sim tenho e sinto da parte dos senhores restantes Presidentes de Câmara a solidariedade e a posição necessária para ajudarem a fazer a pressão necessária, também.

Ainda há pouco tempo, conversei com o Senhor Presidente de Câmara de Braga, o meu colega Ricardo Rio de Braga, com quem conversamos sobre este assunto, e temos o mesmo alinhamento. É importante perceber-se aqui, porque há muita gente que vê tudo a preto e branco, é tudo preto ou branco. Os autarcas têm muitas vezes objetivos comuns e cooperam entre si, que é importante, cooperam entre si. O senhor secretário de Estado do Ambiente leva da Póvoa de Lanhoso, levou da Póvoa de Lanhoso, uma mensagem muito clara. Nós não estamos na disposição de continuar a protelar o que quer que seja que esteja neste momento em curso, até porque percebemos nessa reunião também que da CCDR-N passou para a tutela da Secretaria de Estado do Ambiente, da Secretaria de Estado do Ambiente, o recurso passa para o Ministério do Ambiente e do Ministério do Ambiente já passou para o Ministério da Coesão. Estamos, eu acho que estão a passar a batata quente, digamos assim, de uns para os outros e nós continuamos a ter este problema e eu manifestei-me veementemente contra esta forma de estar da CCDR-N, da Secretaria de Estado e dos dois ministérios. E exige que o problema fosse resolvido o mais rapidamente possível, sob pena, de claro, nós numa situação limite, é evidente que isto não parece muito possível, mas numa situação limite, nós termos que jogar todas as cartas que tivermos e essa cartada que teve que ser, essa pressão que teve que ser feita de desafiar o secretário de Estado a encerrar o aterro nem que fosse temporariamente, obviamente que teve do senhor secretário de Estado, a reação que eu esperava, “Senhor Presidente de Câmara, isso é impossível”. Então, se isso é impossível, já sabe aquilo que não pode fazer, diga-me aquilo que vai fazer, porque já percebemos aquilo que não pode fazer.

Portanto, foi uma reunião difícil. Foi uma reunião em que se percebeu também que a nova administradora, a Eng.^a Alexandra tem um desafio muito grande pela frente. Nós tínhamos tido já uma reunião de trabalho numa assembleia geral que decorreu, aliás, que foi a Assembleia Geral que a empossou como administradora da Braval, em que foi possível perceber que os desafios eram grandes e ela ficou já alertada nesse momento para esta necessidade e para este processo. No final dessa reunião, tive oportunidade de voltar a conversar com ela desta visita do secretário de Estado, explicando-lhe que era preciso acelerar muito o passo em relação a esta matéria, porque o município da Póvoa de Lanhoso e o Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso está obviamente, não seria preciso dizê-lo, mas está obviamente a defender os interesses da Póvoa de Lanhoso, e a

defender os interesses dos habitantes da Póvoa de Lanhoso, ponto. E se um dia o interesse, a melhor forma de defender esses interesses for encerrar definitivamente ou provisoriamente a Braval, nós seremos os primeiros a defendê-lo. É evidente que a seguir teremos um problema diferente. Passaremos a ter o problema de ter que decidir, encontrar forma de transportar os resíduos para outro aterro sanitário, seja ele onde for ou para uma incineradora, e eu sugeri isso ao senhor Secretário de Estado, sabendo eu que isso provavelmente seria impossível, mas sugeri-lhe que todos os municípios tratassem de assumir a fatura de transportar os resíduos para a Lipor, para a Maia, se assim fosse necessário, portanto, grandes males, grandes remédios e essa pressão tem que ser feita. Percebi logo, obviamente que nenhum dos outros Presidentes de Câmara acharia isso boa ideia, eu próprio confesso que não acho boa ideia, mas, no limite, temos que fazer essa pressão, porque alguma solução isto tem que ter. Portanto, em relação a Braval, não sei se fui totalmente claro em relação às várias questões que colocou, mas acho que fui totalmente claro em relação à minha posição, em relação à minha visão do assunto.

O Parque Empresarial da Póvoa de Lanhoso, quando vir a luz do dia, eu espero que seja tão breve quanto possível, evidentemente que está diretamente associado com a construção da via circular, mas admitindo que o plano, apesar destes atrasos, o cronograma possa ser retomado logo que tínhamos esta fase concretizada, em que a avaliação de impacto ambiental concretizada possa depois refletir-se no projeto final que venha a ser aprovado em conjunto com a IP e a partir daí, retomarmos o comboio que estava em andamento. A construção da via circular pressupõe a construção também seja como o Parque Empresarial Municipal, seja através da iniciativa privada. Sempre disse que essas duas possibilidades estão em aberto e continuam em aberto. A minha previsão, naturalmente e quando o parque empresarial existir, o problema que existe hoje na Braval já não exista, nem isso faria sentido, porque ninguém imagina que nós tínhamos este problema a manter-se mais um ano ou dois anos que seja e que, num período em que exista o timing não é sequer o mesmo. Nem que nós começássemos a construir a via circular ao longo do ano de 2025, nunca teríamos o parque empresarial construído até meados de 2027, 2028, sendo muito otimista, portanto, aquilo que estamos a discutir são problemas diferentes, que têm espaços temporais diferentes e que necessariamente, terão a Braval como um dos problemas que terá que ser resolvido muito antes de qualquer construção de qualquer via circular ou de qualquer parque empresarial municipal ou privado.

Relativamente ao contrato de comodato que foi estabelecido com os Bombeiros Voluntários do Cine Fórum, essa é claramente uma prioridade para nós e se por um lado, é verdade que os avisos, que foram reprogramados, é importante explicar isso também a CCDR-N definiu como meta, definiu há bem pouco tempo, como reformulação das metas que dizem respeito à execução do Portugal 2030 que até ao final do ano, tenham de existir quinhentos milhões de euros de projetos submetidos, pedir aos municípios. Bom, o

primeiro aspeto é que os municípios não são os únicos que contribuem para essa meta. Os municípios são uma parte das entidades que podem contribuir para o cumprimento dessas metas. Em segundo lugar, a CCDR-N já percebeu que reprogramando em novembro, aquilo que eram metas para todo um período, para uma série de anos e eu diria, pelo menos até final de 2030, reprogramar as metas e os timings de apresentação das candidaturas para um período de dois meses. Aquilo que vai acontecer é uma coisa muito simples, nenhum município do norte do país, nem de qualquer outra região do país vai conseguir apresentar todos os projetos que fazem parte do ITI. Isso é humanamente impossível, é humanamente, tecnicamente, politicamente impossível, portanto, se por um lado, a CCDR-N reformulou as metas, por outro lado, tem consciência de duas coisas, que nenhum município pode cumprir essas metas, tem consciência que os prazos vão ter que ser alargado, porque não há outra solução senão essa e, portanto, aquilo que os municípios vão fazer é uma coisa muito simples, vão submeter até 31 de dezembro, os projetos que sejam mais simples e que tenham mais maturidade e, portanto, é fácil de prever que dentro do nosso ITI os projetos que tenham menos componente técnica e que não precisem de tanta preparação do ponto de vista técnico, será mais provável a sua submissão em termos de candidatura do que todos os outros, e aqui inclui-se tanto o Cine Fórum dos bombeiros voluntários como o plano de pormenor da barragem das andorinhas, que também faz parte do nosso ITI e que são projetos que necessariamente precisam de outra maturidade, seria completamente impossível num período inferior a dois meses, um projeto desta envergadura, qualquer um deles, projetos desta envergadura, desta densidade e desta complexidade pudessem ser apresentados e submetidos a candidatura, portanto, é evidente que estes prazos vão ter que ser revistos. Os municípios têm consciência disso, a CCDR-N tem consciência disso, eu percebo também a posição da CCDR-N, tem de exercer uma pressão, tem de exercer esta pressão, independentemente depois do resultado não ser de 500 milhões de euros, ser 250 milhões de euros, mas se não exercer essa pressão, nem 250 milhões de euros será. Portanto, eu percebo o papel deles, eles percebem o papel dos municípios, e todos entendemos que isto terá que ter timings muito mais alargados, como é natural, precisamente por isso é que estamos a falar de um quadro de financiamento comunitário, que está previsto, como aconteceu com o Portugal 2020, aliás, está previsto, está prevista a sua concretização ao longo dos anos e os próprios municípios têm pensados métodos de financiamento em função de cada candidatura. Tem determinada fórmula com financiamento a 85% ou fórmulas para outro tipo de investimento com financiamentos inferiores, mas que sejam completados, por exemplo, pelo BEI e que são mais concretizáveis no final do quadro comunitário, e tudo isso acabaria por ser prejudicado se, realmente, aquilo que é a meta traçada, agora, pela CCDR-N fosse concretizada, o que é humanamente impossível.

Relativamente ao processo de requalificação da escola Secundária. Nós, neste momento, não sabemos se esse financiamento vai resultar do PRR ou do BEI, aliás, essa dúvida já

foi aqui discutida, essa dúvida persiste, assim que esteja esgotada a verba do PRR as escolas que não forem contempladas serão alcançadas, digamos assim, pelo empréstimo que foi contraído pelo BEI, portanto, é uma questão de tempo e de oportunidade. A estratégia local de habitação, o processo da estratégia local de habitação, é um processo importante para nós, porque vai assegurar a construção de uma série de fogos, entre eles os 38 que refere, são os 38 fogos do Bobeiro que continuam a ser uma meta que nós queremos atingir no próximo ano e que têm, neste momento, o seu processo e os projetos em plena fase de concretização, portanto, nós tivemos aprovada também aqui a revisão da estratégia. Essa revisão não atrasa o processo de concretização da estratégia e o primeiro passo é mesmo os 38 fogos do Bobeiro, depois temos outros fogos do baixo concelho em Monsul, que também já estão a seguir o seu curso em termos de procedimento e de projeto.

Em relação aos contratos de prestação de serviços. Bom, os contratos de prestação de serviços que tem sido a fórmula que a Câmara Municipal tem usado para colmatar as necessidades em termos de prestação de serviços e de no fundo, de termos mais pessoas disponíveis para cooperar com os serviços da Câmara Municipal. Neste mandato, neste primeiro mandato, tendo em conta que, como já foi aqui dito hoje, eu sou candidato, portanto, como candidato tenho a intenção de fazer mais do que um mandato, mas neste primeiro mandato, a estratégia do município passou por, ou reforçar determinados serviços ou em relação a novas valências e novos serviços que foram disponibilizados à comunidade. Temos um período de afirmação dessa estratégia de concretização e de consolidação, digamos assim, seja do reforço, seja do novo serviço que fosse colocado à disposição da comunidade via Câmara Municipal para podermos partir numa fase diferente desta, espero eu num próximo mandato, para processos que possam servir para substituir, entre aspas, substituir os contratos de prestação de serviços por concursos públicos que venham a resultar na contratação de recursos humanos que assegurem a prestação desse serviço. Digamos que esta fase inicial, este primeiro mandato teve estas características por estas razões, é importante também frisar o que nós tivemos de assumir ao longo deste mandato o processo de delegação de competências na área da educação, na área da saúde e na área da ação social, o que significa, principalmente na área da educação, uma grande flexibilidade em termos de soluções no que diz respeito aos assistentes operacionais ou aquilo que possa ser similar a um assistente operacional em termos de funções e, portanto, todas estas componentes justificam o aumento significativo dos contratos de prestação de serviços que não são propriamente uma novidade, porque, como disse e muito bem, no início deste mandato, eram mais de quarenta, já eram mais de quarenta, eram quarenta em determinado contexto, com base em determinadas necessidades, são hoje um número diferente, num contexto diferente, com base em necessidades diferentes e numa estratégia diferente que o município tem vindo a levar a cabo.

Em relação às conclusões do inquérito da EPAVE, a senhora vereadora depois vai responder, mas eu queria responder em relação ao inquérito que sugere relativamente aos centros de convívio. Eu não me recordo no passado, nem sei se percebi muito bem a intenção da sua pergunta, porque não me recordo de no passado de terem sido feitos inquéritos de satisfação aos utentes dos centros de convívio e, portanto, eu aquilo que lhe posso dizer é que das iniciativas em que vamos participando, do contacto que temos com os autarcas de freguesias, onde existam centros de convívio, da forma também como temos vindo a apostar e investir nos centros de convívio, com inaugurações de já três centros de convívio neste mandato, como foi o caso de Geraz do Minho, de Lanhoso e de Sobradelo da Goma, com a intenção que temos de continuar, no próximo domingo, temos a inauguração de mais dois centros de convívio na freguesia de Garfe e na União de Freguesias de Águas Santas e Moure. Com a adesão cada vez maior de utentes, que é evidente e visível, por exemplo, na passada sexta-feira, numa iniciativa que decorreu aqui mesmo na praça na tenda onde decorrem os eventos, na quarta-feira da semana passada, em que tivemos um almoço dos centros de convívio que teve mais participantes de sempre. Eu diria que o melhor inquérito de satisfação é analisar estes dados, isso não significa que nós não possamos tentar medir a satisfação neste ou naquele centro de convívio e se houver já agora sinais que justifiquem algum inquérito de satisfação, mas se me quiser esclarecer da razão de ser da sugestão do inquérito de satisfação, eu sou todo ouvidos, porque de facto, não detetei necessidade de nós fazermos a medição da satisfação dos utentes, porque os sinais são estes que acabei aqui de descrever, mas se houver alguma indicação da sua parte, ou da parte de alguém que tenha alguma informação diferente, eu até agradeço que partilhe connosco.

Sobre o processo de revisão de PDM. Primeiro, eu até tomei nota de uma expressão que usou que tem vindo a ser protelado, e que agora foi protelado para 2025, ficava-lhe bem dizer, até porque é mais rigoroso dizer que tem vindo a ser protelado pela CCDR-N. Porque quem gere os processos de revisão do PDM são as comissões de coordenação regional, no nosso caso do Norte, noutros casos do centro ou de outras regiões do país. Quem tem vindo, já agora desde 2020, eu não a ouvi dizer isso no mandato anterior, mas eu já percebi que o chip mudou desde o mandato anterior, quem tem vindo desde o mandato anterior, desde 31 de dezembro de 2020, usando o seu termo, protelar a revisão do processo do Plano Diretor Municipal, é a CCDR-N. De 2020 para 2021, de 2021 para 2022, assim sucessivamente até 2024. Temos hoje, informalmente ainda, a informação que vai ser protelado mais um ano. Ainda não fomos notificados formalmente desse prolongamento de prazo. E há quem diga até que não seja de um ano, há quem sugira que possa não ser de um ano, que possa ser um período inferior a esse. O nosso processo de revisão do PDM está numa fase em que estamos praticamente já em condições de voltar a reunir a Comissão para podermos, no início do próximo ano, lançar o debate, a discussão pública do processo de revisão do PDM e, portanto, a vontade do executivo municipal é de que esse processo esteja concretizado rapidamente,

até porque há muita gente, mesmo muita gente, a aguardar pela revisão do processo de PDM para perceber se as suas pretensões, se a solicitação que nos fez chegar é ou não contemplada. Há centenas de casos desses no concelho, aliás, não são deste mandato são do outro mandato, há pessoas que estão à espera de perceber o resultado para perceber as opções de vida que vai tomar e se pode ou se não pode construir em determinada parcela de terreno. Há pessoas que estão há cinco, seis, sete, oito anos à espera de saber se é possível ou não, portanto, a nossa intenção é de concretizar o presente processo rapidamente. Nós tivemos até há bem pouco tempo a aguardar pareceres da Agência Portuguesa de Ambiente e da REN, da Reserva Ecológica Nacional. Essa fase já está ultrapassada e, portanto, nós estamos em condições de no início do próximo ano, podermos voltar a reunir pela segunda vez a Comissão, admitindo que essa reunião tenha o resultado que todos pretendemos, eu diria, mas admitindo que tenha o resultado que todos pretendemos, porque, como bem sabemos, nem sempre essas reuniões e os participantes dessas reuniões são propriamente cooperativo, portanto, admitindo que nós poderemos ao longo do próximo trimestre, no máximo, ao longo do próximo semestre do próximo ano, lançar a discussão pública. Há uma certeza que eu quero dar, até porque este tema é um tema sensível e as pessoas acompanham-nos com atenção quando falamos de PDM, é que nós, nós executivo temos vontade e temos predisposição para que esse processo seja tão breve quanto possível. Sendo certo, eu explico isto muitas vezes no meu dia a dia, tenho até uma cábula no meu gabinete que tem PDM e tem as entidades todas por ali abaixo, porque são mais de vinte, não é? Sendo certo que nós somos uma das entidades, neste caso, somos duas é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, mas duas das muitas entidades que têm de se pronunciar sobre este processo e, portanto, a perceção pública que sempre existiu, de que é a Câmara Municipal ou que é até o Presidente da Câmara Municipal que decide onde se pode ou não se pode construir. Se há uma coisa que este processo de revisão do PDM serviu para esclarecer, e eu já fiz esse esclarecimento, centenas de vezes, não estou a exagerar, fiz este esclarecimento centenas de vezes, é passar a perceção para as pessoas que não é a Câmara Municipal, nem é o Presidente da Câmara Municipal que decide se podemos ou não construir naquela parcela de terreno. Até porque é importante, já agora continuando a falar do PDM. É importante que as pessoas percebam que se a pretensão que possam ter, for concretizada, o mérito não é inteiramente da Câmara Municipal nem do Presidente da Câmara Municipal, mas se essa pretensão não for concretizada, a responsabilidade não é da Câmara Municipal, nem é do Presidente da Câmara Municipal, porque essa perceção existe há décadas na rua, e eu quero desfazer essa perceção da cabeça das pessoas, quero que saibam exatamente como funcionam os processos de revisão do PDM, que responsabilidade tem cada entidade e, sobretudo, que é um processo que é gerido e dirigido pela CCDR-N, assim como o prazo e o protelar do prazo desse processo, como devia ter sido esclarecido ou poderia ter sido esclarecido pela senhora deputada.

Eu não sei se me esqueci de algum ponto, penso que não sobre a via circular, as perguntas que fez tiveram resposta em Setembro. Eu posso voltar a responder, mas sobre a via circular aquilo que eu já disse no passado mês de setembro e que posso repetir aqui hoje é que como todos sabemos, desde fevereiro de 2024, o processo e o cronograma da via circular teve, digamos assim, uma pausa que diz respeito à necessidade de desenvolvermos o estudo de impacto ambiental que concretizado que está à data de hoje resulta numa avaliação de impacto ambiental que, sendo aprovada pela APA, como todos esperamos, possa resultar nas alterações ou em algumas adaptações do projeto da Via Circular urbana que com essas garantias, depois terá, digamos assim, menos debate em sede de Infraestruturas Portugal, portanto, e este tempo que nós tivemos de perder por força da tomada de posição da Agência Portuguesa do Ambiente, é um tempo que eu espero, nunca será totalmente recuperado, mas é um tempo que eu penso e espero que será recuperado parcialmente aquando da análise do projeto, porque estamos a falar de um projeto que já terá tido um debate da Agência Portuguesa do Ambiente e da própria participação das Infraestruturas Portugal, portanto, a minha expectativa é que as Infraestruturas de Portugal não demorem demasiado tempo a analisar um processo que eles já vão conhecendo, porque foram acompanhando a par e passo a evolução desde fevereiro, desde antes de fevereiro, mas, principalmente desde fevereiro de 2024, quando tivemos de lidar com este problema até há bem pouco tempo em que foram consensualizados os termos do estudo de impacto ambiental que resultou na avaliação de impacto ambiental.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só queria, de facto, acrescentar aqui alguma informação àquilo que já foi partilhado, pelo Senhor Presidente, relativamente à proposta de inquéritos à dinâmica dos centros de convívio, obviamente que nós agradecemos, todas as sugestões são sempre bem-vindas, mas também eu considero que a proposta neste sentido não fará muito sentido, por um lado, porque as evidências também nos mostram, como o Senhor Presidente disse e muito bem, que há uma satisfação generalizada dos utentes nos centros de convívio. Por outro lado, também já tivemos oportunidade de neste mandato de fazermos uma reunião com os senhores Presidentes de Junta, onde avaliámos aquilo que estava a correr melhor, menos bem e já fomos adaptando também alguns procedimentos tendo em conta os resultados dessa reunião, por outro lado, e para aqueles que não sabem, nós temos aquilo a que nós chamamos a Assembleia Sénior que é orientada pelo senhor Provedor do Idoso e nessa Assembleia Sénior, temos representantes dos diferentes centros de convívio e no âmbito dessa assembleia também

os utentes são auscultados e resulta uma série de recomendações e considerações que depois são remetidas à Câmara Municipal também com situações da melhoria de facto, de situações que nós analisámos com muito cuidado, e às quais tentamos dentro daquilo que é possível dar o devido encaminhamento, por isso, acredito que este processo é já monitorizado, é participado e nesse aspeto, penso que não se justificam os inquéritos de satisfação.

Relativamente também ainda a questão da estratégia local de habitação e aos processos de comunicação e de transparência. Dizer que complementar também a informação dada pelo Senhor Presidente, dizer-vos que estamos também a preparar o regulamento de atribuição e gestão pública do município da Póvoa de Lanhoso do Parque público da Póvoa de Lanhoso, é um regulamento que vai ser levado a reunião de câmara, está em fase de conclusão, há de ser também depois discutido e analisado no âmbito da discussão pública e há de ser também analisado aqui por este órgão e este sim, vai definir exatamente a forma como nós depois vamos gerir o parque público habitacional da Póvoa de Lanhoso, isto também em matéria de comunicação e transparência da gestão depois do Parque Público.

Relativamente à situação da EPAVE e aos inquéritos. Bem, os inquéritos resultam do sistema de gestão de qualidade da EPAVE e no âmbito do processo do selo EQAVET, de facto, já foram feitos inquéritos, neste caso, internos aos stakeholders internos, mas também vão ser feitos também aos stakeholders externos, nomeadamente às empresas que colaboram connosco, aos encarregados de educação, etc. Destes inquéritos resultarão relatórios, e esses relatórios depois de elaborados, serão publicados na página do site da EPAVE, porque o sistema da qualidade assim o exige. Também do resultado deste inquérito há de resultar um plano de melhoria que será também depois publicitado e que há de ser colocado em prática pelos membros da administração e de toda a comunidade educativa da EPAVE e todos os parceiros também que fazem parte desta comunidade educativa.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou à segunda fase de intervenções e concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Há coisas que eu não posso deixar passar. Senhor Pedro Silva, senhor deputado, que momento hilariante que nos proporcionou a todos e quando diz que a bancada do PSD não discute os temas de interesse da Póvoa de Lanhoso, você nada mais fez que vestir a pele de militante do Partido Socialista, e usar este púlpito, esta casa da democracia para fazer campanha eleitoral. Uma campanha que começa cedo, mas da pior forma, senhor Presidente, foi hilariante e foi também desconfortável para todos nós, portanto, tem da

minha parte toda a concordância quando quiser chamar a atenção para não haver deputados municipais com esse tipo de intervenções.

A primeira nota que eu queria esclarecer, a primeira mentira, disse duas, coligação com o chega é completamente mentira. Eu sou o Presidente do partido PSD, isso só aconteceria se eu não fosse Presidente da Comissão política do PSD. Portanto, eu hoje digo-lhe que você está enganado, em futura possibilidade de haver coligações no concelho da Póvoa de Lanhoso, você irá ver que está enganado e aí eu terei o belo prazer lhe chamar mentiroso, e que será nesta Assembleia Municipal. A segunda mentira é relativamente à quinta escolha que disse que, a Fátima Alves era a quinta escolha, e não, não é a quinta escolha, o processo de escolha de candidato do PSD foi um processo sereno, eu sei que o senhor deputado não está habituado a processo serenos de escolha de candidatos, o seu passado, diz bem que esteve envolvido em processos bastante turbulentos, e bastante violentos, mas o do PSD foi sereno, foi um processo sereno e, a Fátima Alves é a única escolha, foi a única escolha que foi submetida à Comissão política, é a primeira escolha, é a melhor escolha, e é uma pena, o senhor deputado, dizer que não estará presente no próximo mandato como deputado municipal, porque hoje já fez muitas questões, à deputada Fátima Alves, e a partir do próximo mandato faria muitas questões à Presidente de Câmara, Fátima Alves. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, referiu:

“Relativamente à campanha, penso que ela é mutua por todos os lados, por isso, da minha parte, sintam-se à vontade na casa da democracia para fazer campanha, também faz parte do momento que nós estamos, que é fazer política e campanha e a política que fazemos em prol dos povoenses, portanto, na democracia e como diz o nosso Presidente da Assembleia da República, a nível nacional, somos livres de expressar a vontade e no tempo que cada partido tem, terão sempre a minha disponibilidade para falar, sendo responsabilidade de cada um aquilo que vai dirigir, portanto, da minha parte voz ativa à democracia.”

E concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não foi minha intenção incomodar a bancada do PSD, longe de mim, até porque bem sei que há uma dificuldade bem evidente em serem confrontados e lidarem com a verdade, isso percebo que cause um certo incómodo. Em relação ao facto de me acusar e eu expliquei devidamente que a minha intervenção tem a ver com o tempo que eu acho que podemos e devemos utilizar neste púlpito para todas as matérias que são do interesse, nós entendemos que sejam do interesse da Póvoa de Lanhoso, do nosso concelho. Acho estranho é que não concordando o senhor com o facto, tenha vindo cá fazer exatamente a mesma coisa.

Em relação aos factos que eu aqui aduzi, são factos, não me surpreende que o senhor não os conheça, provavelmente não tenham passado por si e no mais, também lhe quero dizer, com toda a franqueza, não estarei cá eu no próximo mandato, estarão cá outros ilustres deputados municipais da bancada do Partido Socialista e, naturalmente, que vão colocar questões, se a Eng.ª Fátima Alves não fizer aquilo que os eleitos do PSD na lista da Câmara Municipal fizeram neste mandato que foi renunciarem todos aos seus cargos, mas se não for o caso, a deputada Fátima Alves, naturalmente que vai ser questionada por esta bancada do Partido Socialista e vai ter oportunidade de responder inclusive, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal julgo que vai manter a intenção dele ao longo deste mandato que foi possibilitar aos vereadores do PSD a possibilidade de intervirem, facto que vocês não permitiram ao longo de dezasseis anos, não permitiram que os vereadores do Partido Socialista pudessem intervir mesmo que tivessem sido confrontados para o efeito e na qual a senhora deputada, Fátima Alves, também acabou por dar o seu contributo neste particular. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que a Câmara não tencionava intervir, passou ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, o alargamento do aterro não faz parte do meu percurso em sete anos, que é o meu tempo nesta Assembleia, é curto, mas profícuo, não tivemos cá em discussão nunca o alargamento do aterro sanitário, a única questão que tivemos cá, se o senhor vereador à data se lembra, era a questão de passar a Braval a uma empresa municipal. Agora, esta situação da Braval não tem quinze dias senhor Presidente, tem dois anos, mais de dois anos. Sabemos porque foi esta a informação que nos foi dada que a Braval estava a entrar numa fase de extinção da vida útil da sua capacidade e que estes problemas iam começar a surgir, portanto, nós sabemos isto desde 2021, final de 2021, a esta parte. Quando o Senhor Presidente diz que desafia o secretário de Estado para encerrar o aterro. Eu tenho que lhe perguntar, quando fez esse desafio, provavelmente equacionou para si de que forma iria resolver os resíduos do concelho, porque imagine que o senhor secretário de Estado, diz-lhe assim, sim senhor encerremos, cada município trata dos seus resíduos, que solução teríamos para a Póvoa de Lanhoso? É a questão que lhe lanço.

Outra pergunta que lhe queria fazer, é ao nível do estudo de impacto ambiental. Digame, senhor Presidente, no seu entendimento, devemos atender àquele que é o parecer da Braval, que é tentar rebater esta necessidade ou tudo faremos para ter um estudo de impacto ambiental atualizado? Quanto ao parque empresarial, se me diz que o timing é

2027 ou 2028, não tenho mais nada a dizer, já fixou aí uma calendarização que vai além deste mandato, portanto, fica sempre dependente do que acontecer após setembro.

Relativamente ao aviso que falamos cá do Norte 2030, o aviso é de 30 de julho de 2024, já tinha sido anunciado em maio, portanto, eu acabei por não perceber quais são os projetos que efetivamente estamos em condições de apresentar até 30 de dezembro, quais são? Temos quinze dias, provavelmente, eles já têm que estar a ser previstos. Nomeadamente à estratégia local de habitação já esclareceu, a senhora Vice-Presidente e muito bem, já nos falou deste regulamento que vai acautelar todas estas circunstâncias, portanto, não tenho mais questões a efetuar.

Quanto à consolidação da estratégia para contratação de pessoal, entendo que seria de ponderar se 2025 não deveriam ser algumas vagas abertas.

Nomeadamente à EPAVE a senhora Vice-Presidente também esclareceu que vai tudo ser inserido no site, portanto, também não tenho nada mais a questionar.

Relativamente aos centros de convívio e uma vez que, de todo o que é lido em termos de plano de atividades, cada vez mais o município tende nas auditorias aos serviços, basta ver que nós chegamos a um balcão único e temos lá uma situação para classificar e avaliar os profissionais, e, por isso, a questão era mesmo essa não em particular nesta situação, mas tudo o que puder ser monitorizado deverá ser monitorizado.

Relativamente ao PDM, vou recordar as suas palavras em 2021, quando tivemos cá a sessão de esclarecimento, o senhor Presidente, disse que não se vinculava a prazos das entidades, disse-o em convicção, não é, pelo facto da CCDR-N dar um novo prazo que a Póvoa de Lanhoso terá que ir nesse prazo, aliás, que nós vemos os outros municípios já com as revisões em cima da mesa, portanto, não é o facto da CCDR-N protelar que nós teremos que protelar também. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom por partes, sobre o encerramento da Braval. Nós estamos a falar de cenários hipotéticos, são exercícios e, portanto, num cenário hipotético de encerramento provisório ou permanente da Braval, evidentemente que teriam que acontecer duas coisas. Primeiro percebermos quais são as soluções que temos geograficamente mais próximas da Póvoa de Lanhoso, segundo, se essas operações estão ou não em condições de receberem mais resíduos, que podem estar próximos mas não estarem em condições de receber resíduos, terceiro de que forma era custeado tanto o depósito como o transporte. E essa solução teria de ser uma de três, ou custeado pelo Orçamento de Estado e teria que ser discutido com a tutela, naturalmente, ou custeado pelos municípios, por cada um dos municípios pelo Orçamento Municipal, ou custeado pelos

utilizadores. Tudo isto pressupõe, olhe, pressupõe logo à partida, uma coisa que ninguém quer, que nós deixemos de ter a taxa mais baixa do país, a Póvoa de Lanhoso, depois cada um de nós pode medir dentro da reflexão que fizer, se entende que isso é ou não suficiente, isso e outras eventuais vantagens. Mas a Póvoa de Lanhoso e os municípios da Braval são os seis municípios de todo o país que têm a taxa mais baixa. Isso está amplamente demonstrado já por vários estudos. São os seis municípios que têm a taxa mais baixa em todo o país. Estou a falar da operação de recolha de resíduos, de recolha e depósito de resíduos, do processo completo.

Essa informação não pode estar correta, mas se quiser depois um dia trazer, os dados, nós podemos analisá-los e compará-los, fazemos isso em ON para quem nos acompanha a partir de casa, poder ouvir também aquilo que possa ter a apresentar. Portanto, nós teríamos de encontrar uma solução que passaria por uma fórmula que teria de ter ou este tripé ou um destes três fatores assumir na sua plenitude o custo adicional que pudesse existir.

Sobre o estudo de impacto ambiental deve ou não fazer-se? Olhe, deve cumprisse a lei, e aquilo que a lei determinava era que um aterro até 150 mil toneladas não devia ter estudo de impacto ambiental. A lei foi alterada, portanto, se a lei foi alterada, a pretensão da Braval não faz sentido. Foi isso que eu já disse na Assembleia Geral, foi isso que eu já disse na visita do senhor secretário de Estado, se a lei voltar a ser alterada daqui a quinze dias no mês de janeiro, então, em função dessa atualização, se passar a ser 200 mil toneladas por aterro, então aí passamos a ser abrangidos novamente pela não necessidade de avaliação de impacto ambiental, portanto, deve cumprir-se a lei.

Relativamente ao aviso ser de maio, senhora deputada, eu já respondi a isso, pode fazer a pergunta de muitas maneiras diferentes, a minha resposta não muda. Os municípios planeiam, aliás há aqui pessoas que têm obrigação de saber isso, os municípios planeiam o seu plano de investimento em função dos recursos que têm à disposição, nomeadamente os quadros de fundos comunitários, de cada quadro comunitário, planeiam ao longo do quadro comunitário, o facto de estarmos a referir um aviso que possa ser de maio, não significa que até final de 2024 este aviso tenha de ser aproveitado e tínhamos de ter uma submissão de uma candidatura a este aviso, não, a estratégia do município pode pressupor que, no final do quadro comunitário, olhe, pode pressupor até por outra razão que há bocado ali ignorei, mas que é muito importante, há muitas vezes do ponto de vista estratégico, interesse em preservar determinado projeto para o final do quadro comunitário, porque a probabilidade de o financiamento ser superior no final do quadro comunitário é muito maior. Porque todos sabemos, ou se não sabemos, os eleitos numa assembleia municipal, têm obrigação de saber isto que, no final de cada quadro comunitário, a necessidade de execução do quadro pressupõe que os critérios sejam mais alargados e a rede tende a ser menos estreita e menos apertada. Ora, isso significa, muitas vezes, não só em sede de overbooking, mas significa que a percentagem de financiamento possa ser ultrapassada mediante o momento em

que é apresentada a candidatura no momento do quadro comunitário. A isto chama-se pensar e gerir estrategicamente, não é? Portanto, estrategicamente não é só o município da Póvoa de Lanhoso, são todos. Já agora não é só este executivo, são todos, se for analisar as candidaturas em anteriores mandatos e a forma como os vários executivos sucessivamente se foram posicionando à medida que os quadros foram sendo executados, vai perceber que teve sempre este efeito, tem que fazer esse estudo para perceber o efeito que, de facto, tem tanto do ponto de vista do reforço da percentagem de financiamento, como do ponto de vista, até da oportunidade de podermos submeter projetos com maturidade suficiente em períodos de overbooking. Isto não tem nada de novo, não tem nada de inovador aquilo que eu estou a dizer, portanto, o que não é compatível com a definição de novas metas que, como eu já disse, todos sabem que são impossíveis de ser alcançadas, portanto, aliás, o ministro da tutela foi já amplamente desafiado a tentar renegociar as metas com a União Europeia relativamente aquilo que está previsto, a estes 500 milhões de euros para a zona norte, mas porque é que não existe este problema na zona centro, por exemplo? Porque a meta na zona centro é inferior e há um processo, um projeto na zona centro que tem a ver com a requalificação da linha de alta velocidade, se lhe quisermos chamar assim, que abrange, só esse projeto abrange, alcança toda a necessidade de cumprimento de meta que tem a zona centro, e, portanto, são realidades diferentes, mas eu diria, por outro lado, se me permitem que esse é um problema da tutela e é um problema de cada uma das comissões de desenvolvimento regional, não é propriamente um problema dos municípios que planearam a sua vida de uma forma e aos quase noventa minutos do segundo tempo, têm as regras de jogo alteradas, nenhum município consegue cumprir isso e nenhum município vai cumprir isso, garanto-lhes e daqui a uns meses estaremos aqui para fazer essa análise.

Portanto, que projetos vão ser submetidos, repito aquilo que disse há momentos, vão ser submetidos os processos que tiverem maturidade suficiente e necessária para podermos apresentar essas candidaturas que serão os processos de menor complexidade técnica, são esses que vão ser submetidos.

Em relação ao PDM colocou uma questão, colocar as questões de forma enviesada, não faz com que a resposta possa ser diferente. Também já lhe disse há bocadinho, vai ter que se habituar a estes debates, porque nós no próximo mandato, admitindo que sejamos os dois eleitos, não é, podemos não ser, mas admitindo que sejamos os dois eleitos, vai ter que se habituar a fazer perguntas, que aceitam as respostas que lhe são dadas, porque se não vamos ser repetitivos. E, portanto, o processo de revisão do PDM pressupõe o pronúncio de outras entidades que não a Câmara Municipal. O facto de nós termos uma posição que entende que não somos condescendentes com os prazos que nos são colocados, não faz com que possamos alterar, ou obrigar determinada entidade a emitir determinado parecer, ou faz? Ou acha que faz? Pois, mas não, está a ver, portanto, não faz, porque as entidades são independentes, pronunciam-se dentro dos

prazos que entendem que são os adequados em função dessa pronúncia, entrámos nas fases seguintes de cada processo, neste caso, um processo de revisão do PDM, que é uma coisa altamente complexa e, portanto, ainda bem que expliquei há momentos para quem quis perceber, a Câmara Municipal é uma das entidades que participa no processo de revisão do PDM, há muitas outras também e, portanto, quando muito nós controlámos aquilo que diz respeito às tomadas de posição da Câmara Municipal, nós controlámos, por exemplo, o momento em que decidimos que vai ser feita a discussão pública deste assunto. Controlámos isso, a partir do momento que a segunda reunião tenha ocorrido e que as conclusões sejam aquelas que nos permitam partir para a discussão pública, aí é a Câmara Municipal que decide se parte para discussão pública passado quinze dias ou passados seis meses, isso sim, mas nós não controlamos nem tínhamos como controlar. Não sei se a senhora deputada tem essa ilusão, eu também já vivi algumas ilusões quando estava há sete anos só nestas coisas, não nota-se é que está há pouco tempo nisto, já o disse ali, e isso é demasiado evidente, mas os próximos meses vão dar oportunidade de evidenciar isso.

Aquilo que eu estava a querer dizer é que nós vamos ter oportunidade nos próximos meses de poder demonstrar às pessoas o grau de preparação e de experiência e de capacidade para podermos lidar com determinadas matérias. Provavelmente, por isso é que a senhora deputada vai defender coisas que foram discutidas nos últimos sete anos, mas não tem noção do histórico dos últimos, deixe-me fazer contas, dos últimos 23 e, portanto, é, de facto, muito diferente e, por vezes, essas diferenças são muito evidentes. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD, informou que a Mesa da Assembleia apenas recebeu uma inscrição de um Presidente de Junta, pelo que concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Garfe.

Interveio o Presidente da Junta de freguesia de Garfe, Paulo Ferreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Teve início ontem mais uma edição de Garfe Aldeia dos Presépios. Vai já na sua vigésima terceira edição e eu quero vir cá fazer o reconhecimento das milhares de pessoas que, durante estas vinte e três edições, participaram e colaboraram, digamos, na construção dos presépios, mas não só esses, mas também todos aqueles que de alguma forma contribuíram para digamos, o engrandecimento deste certame que é uma marca, não de Garfe mas de todo o concelho da Póvoa de Lanhoso e diria já do Norte de Portugal.

Deixo a todos um convite para irem a Garfe até ao primeiro fim de semana de janeiro. É com alguma perplexidade e tristeza que, apesar de irmos na edição número vinte e três, dou conta de que existem ainda muitos povoenses que nunca tiveram a oportunidade ou

nunca quiseram visitar esta iniciativa e estou certo que são eles que estão a perder, mas deixo este convite a todos os povoenses.

É às vezes um bocadinho, digamos, caricato, perceber que somos procurados por tanta gente que vem de longe e, às vezes, as pessoas de cá desvalorizam um bocadinho as iniciativas que temos no concelho. É só um desabafo mas é uma realidade que, às vezes vou constatando. Deixo então a todos o convite, em Garfe respira-se Natal, o verdadeiro espírito de comunidade, de união, de fraternidade, de amor e é esse convite que eu queria deixar e a mensagem que deixo a partir de Garfe para todo o mundo, num momento bem complexo que vamos vivendo.

E com isto deixo também uma mensagem de Feliz Natal para todos vocês, para todos os povoenses, todas as suas famílias, e que o ano de 2025 possa ser um ano que a todos nos traga prosperidade e felicidade acima de tudo, porque se formos felizes tudo o resto significa que quando estamos felizes, tudo o resto se encaixa. Muito obrigado e um bom Natal a todos.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que se faria um intervalo. Após o intervalo, passou de imediato à ordem de trabalhos. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O período em causa diz respeito, a perto de dois meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia 30 de setembro.

No que respeita à educação, serviços sociais e saúde, damos nota de que, no dia 30 de novembro, assinalámos o Dia Internacional da cidade educadora. Submetemos a candidatura o Plano Intermunicipal da Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE). Apesar da distribuição da atribuição de espaços escolares ter deixado de ser da competência do município, continuamos a ser interlocutores entre os agrupamentos de escolas, a operadora, a CIM do Ave, e os encarregados de educação. O regime escolar financiado pelo IFAP é o programa que engloba a distribuição de leite e fruta no pré-escolar e no primeiro ciclo, o qual pretendemos manter neste ano letivo. No período em análise, deram entrada 106 candidaturas a bolsas de estudo relativas ao ensino secundário e 214 candidaturas relativas ao ensino superior, perfazendo um total de 320 candidaturas analisadas. No presente ano letivo, entregamos gratuitamente cadernos de atividades às crianças do primeiro ciclo, abrangendo 759 crianças. No primeiro período, foi também atribuído o primeiro ciclo um kit escolar de material com materiais de artes visuais. No início do mês de setembro foi lançada a newsletter da Educação. Assinalamos o Dia Mundial da alimentação dando conta do trabalho que temos vindo a desenvolver. A

gestão da plataforma SIGA também faz parte do trabalho regular que é efetuado através dos serviços de educação. Estivemos também presentes num primeiro encontro da rede de municípios das cidades amigas das crianças, no âmbito do programa viver mais desde o início do ano, foram apresentadas 47 candidaturas, das quais tiveram integração 24 pessoas; de setembro a dezembro, recebemos 37 candidaturas ao programa NaturaLanhoso.

No âmbito da gestão e manutenção dos equipamentos escolares é de referir a conclusão da requalificação do jardim-de-infância de Simões e a requalificação do jardim-de-infância de Garfe, bem como as manutenções e reparações de infraestruturas elétricas. No dia 29 de novembro, recebemos uma sessão que teve o objetivo de atualizar o sistema de antecipação de necessidades de qualificação. No final de setembro, participamos no Euroguidance Croos Border Seminar 2024 em Belgrado, na Sérvia. No âmbito da equipa do Serviço de atendimento e Acompanhamento social foram realizados 110 atendimentos, negociação de contratos de inserção e Acordos de Inserção social. O SAAS acompanha cerca de 180 famílias. Foram ainda realizadas cinco reuniões do Núcleo Local de Inserção e damos continuidade ao Roteiro social. Referência ainda para a transferência de competências em matéria da Associação Social. Atribuímos apoios eventuais no valor de 1.344,04€. através das que de acordo loja Social, foram realizados oitenta e um atendimentos através das comissões técnicas de apoios sociais, mantivemos a análise a processos diversos. No que se refere ao apoio ao medicamento, foram avaliados 25 pedidos entre renovações e cartões novos. No dia 28 de setembro, decorreu a primeira ação da Academia de Voluntariado, de forma a assinalar o Dia Internacional do Voluntariado. Recebemos um seminário, ações que geram mudança, a importância do voluntariado nas lojas sociais, a importância do voluntariado e da Eco loja Social. No âmbito da rede social, a equipa que integra o projeto Radar Social organizou no dia 26 de outubro, o primeiro encontro intercultural conhecer para acolher. O Núcleo Local da Garantia para a Infância, reunião no dia 7 de novembro para apresentar e debater os dados recolhidos pela equipa radar Social no que respeita aos indicadores chave da garantia. A garantia para a infância contempla a atribuição de uma prestação mensal que complementa o abono de família, apoiando 54 crianças no concelho. Continuamos também o apoio e colaboração com a CPCJ.

Continuamos a trabalhar para a população sénior, sobretudo através dos centros sociais, mas também das IPSS's e de outras entidades parceiras. Iremos abrir em breve centros de convívio em Garfe e em Águas Santas. Temos também trabalhado na requalificação dos centros de convívio de São João de Rei e da União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude. Continuamos a apoiar o trabalho do Provedor do Idoso, sendo de destacar a terceira Assembleia Sénior a 29 de novembro. No dia 8 de outubro, tomamos conhecimento da renovação da distinção de autarquia mais familiarmente responsável. No dia 24 de outubro, recebemos novamente o prémio viver em igualdade, atribuído a cada dois anos pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Procedemos à

assinatura, com a Deco, de um protocolo para a criação de um balcão de habitação e energia ao consumidor a vigorar no ano de 2025. No âmbito do primeiro direito, realizou-se uma reunião com todos os beneficiários diretos no sentido de esclarecer sobre a possibilidade de o município celebrar um acordo de representação. No que se refere ao acessibilidades, 360 finalizámos, conforme previsto em sede de candidatura duas das habitações. Nos dias 17 e 18 de outubro, participamos no nono fórum da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis com o tema muda de vida, crianças saudáveis, crianças felizes. Procedemos à instalação de 90 painéis fotovoltaicos na cobertura do centro de Saúde. Teve início a 25 novembro, a execução da empreitada de reestruturação de um espaço no centro de Saúde para a criação de um futuro gabinete de saúde oral, operação financiada pelo PRR. De 6 a 12 de outubro, assinalámos a Semana Europeia do Aleitamento Materno. De 7 a 11 de outubro, no âmbito da semana da Saúde Mental, Desafiamos os agrupamentos de escolas a aplicarem o kit básico de saúde mental junto das crianças finalistas do pré-escolar. No âmbito da saúde mental, no período em análise, foram prestadas 187 sessões de acompanhamento psicológico pelos serviços do município. No dia 27 de outubro, promovemos a caminhada Rosa no âmbito da iniciativa Outubro Rosa da Liga Portuguesa contra o cancro, registámos 170 participantes e um valor arrecadado de 1.458 euros. Assinámos também o Dia Nacional do Cuidador Informal. No período em análise, o SIGO realizou 206 atendimentos a vítimas de violência doméstica e dois acolhimentos de emergência. Foram ainda abertos 26 novos processos. No âmbito da vertente preventiva destacamos a semana Municipal para a Igualdade e não discriminação com o tema Direitos, liberdades e Garantias em democracia. A continuidade do projeto Igualdade, cidadania e Direitos humanos, o acolhimento de Team Building com parceiros de rede do Norte de apoio a vítimas de tráfico seres humanos. A participação nas comemorações nacionais do Dia Mundial da Igualdade. Assinalamos ainda diversas datas nas redes sociais e divulgamos uma campanha informativa sobre 14 mulheres pioneiras em diferentes áreas da sociedade. No que diz respeito à juventude e desporto, no dia um de outubro assinamos contratos programas desportivos para a época 2024/2025, numa cerimónia em que estiveram representados todos os clubes e associações desportivas do concelho. No dia 2 novembro inauguramos o campo de voleibol de praia, localizado no Parque da Pontido e no dia 20 de novembro demos início a treinos gratuitos de Walking Football para maiores de 50 anos. Apoiamos também os seguintes eventos, o Raid BTT Rota dos Bifes, organizado pelo BTT de Porto D'Ave; a prova internacional, Mr. Universo, REDPIT PRO e a Taça internacional IFBB de José Monteiro em culturismo. A maratona solidária de cycling, uma iniciativa do Oxigenium Fitness, em que o valor das inscrições foi convertido em duas toneladas de bens alimentares para a loja social. Apresentação do livro Relato de futebol, narração na Rádio, TV e Internet, da autoria de Pedro Azevedo, jornalista desportivo em parceria com a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do distrito de Braga. Soubemos também no dia 2 de dezembro que foi atribuído ao município da Póvoa

Lanhoso. Pelo sétimo ano consecutivo, o galardão de Município amigo do Desporto. Apoiamos a realização do VIII Trail das andorinhas organizado pelo Grupo Desportivo da Goma. A partir da equipa do espaço jovem, continua a ser desenvolvido o programa de juventude em movimento que, nos meses de setembro, outubro e novembro integrou 13 jovens. Ainda a partir do espaço jovem, iremos dinamizar nas férias escolares mais uma edição do programa de ocupação de tempos livres, juntamente com a rede de entidades parceiras.

No que diz respeito à coesão territorial, dando continuidade à descentralização de trabalho dos órgãos municipais, realizaram-se reuniões de câmara descentralizadas em Geraz do Minho e Lanhoso. Realizamos também visitas à União de Freguesias de Campos e Louredo, Lanhoso, Travassos, União de Freguesias de Calvos e Frades, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, Sobradelo da Goma, Vilela e Garfe. No que se refere às intervenções nas freguesias, destacamos as obras de requalificação de várias ruas e travessas, questão para iniciar que estão em curso ou em conclusão, nas seguintes freguesias: União de Freguesias de Águas Santas e Moure; Calvos e Frades; Campos e Louredo; Fonte Arcada e Oliveira e ainda na União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude. Também nas freguesias de Covelas, Galegos, Garfe, Monsul, Póvoa de Lanhoso, Rendufinho, São João de Rei, Santo Emilião, Serzedelo, Sobradelo da Goma, Taíde, Travassos e Vilela. No dia 29 de setembro, assinámos um protocolo com a fábrica da Igreja de Moure e a União de Freguesias de Águas Santas e Moure que vai permitir a conservação e restauro do altar-mor e a pintura dos retábulos laterais da Igreja Paroquial de Santa Maria de Moure. No dia 27 de outubro, participamos na inauguração da requalificação do cemitério de Geraz do Minho. Ao nível das intervenções em espaço público destacamos ainda as nossas hortas sociais, a manutenção em espaços verdes públicos, a limpeza dos afluentes principais do rio na Vila, limpeza profunda do início do trilho dos moinhos, arranjo paisagístico no parque infantil da Portela e no cemitério de Geraz do Minho, apoio das equipas de Espaços verdes em diversas ocorrências da Proteção Civil, lavagem e reparação de telhado, pintura interior e exterior da sede da Junta de freguesia de Friande para a criação de Centro de Convívio, intervenção na antiga Escola de Águas Santas para a criação de centro Convívio, intervenção na antiga escola de São João de Rei também para a criação do centro de Convívio, e ainda no âmbito dos centros de convívio, a intervenção na escola de Garfe. Pintura de passadeiras e sinalética horizontal nas vias municipais, pavimentações em diversas freguesias. Ainda em execução, requalificação de rede de ramais de abastecimento de água em Frades, Campos e Louredo, Friande, Brunhais, Serzedelo, Garfe, Taíde, Travassos e Galegos. No início do mês de novembro, promovemos um estudo com diferentes ensaios na ponte que liga a freguesia de Brunhais, à freguesia de Sobradelo da Goma na EM 599-2.

No que diz respeito ao ambiente, a Câmara Municipal renovou o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano, atribuído pela ERSAR. No âmbito do projeto de recolha de biorresíduos, contamos já com 1.865 adesões. No que diz respeito à saúde

animal e no que se refere ao centro de recolha oficial de animais, o processo encontra-se em fase de revisão do projeto. Nota também para a aprovação de financiamento do ICNF no âmbito da campanha de prestação de serviços veterinários de assistência à animais detidos pelos centros de recolha oficial de animais e de associações zoófilas. No que se refere à campanha de esterilização, desde o início do ano, foram esterilizados cerca de 300 animais. Relativamente às campanhas de identificação eletrónica e sensibilização para identificação animal, em 2024, foram restituídos 31 animais que se encontravam perdidos. No dia 4 de outubro, assinalámos nas redes sociais o Dia Mundial do Animal. No período em análise, o centro de interpretação do Carvalho de Calvos dinamizou 31 atividades de cariz técnico, lúdico-pedagógico e contabilizamos um total de 1.011 visitantes. No dia 11 de novembro, participamos nas cerimónias de hastear da bandeira eco escolas em todos os estabelecimentos do Agrupamento da Póvoa de Lanhoso que, pelo segundo ano é considerado um Eco Agrupamento. Este ano o número de Eco escolas, subiu de 8 para 13, o que se traduz na totalidade dos estabelecimentos escolares pertencentes aos dois agrupamentos. Pelo apoio prestado ao programa, a Câmara Municipal também recebeu a distinção de Eco município. Entre 18 e 21 de novembro participamos mais uma vez na Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos 2024, com o tema “desperdício alimentar, não tem paladar”.

O Carvalho de Calvos foi uma das 10 árvores finalistas do concurso árvore do ano 2025.

No que diz respeito à mobilidade, encontra-se concluída a requalificação de passadeiras em vias do concelho, tendo sido realizado o melhoramento da sinalização de quinze passadeiras, para além das requalificações também feitas pelos nossos serviços. Demos continuidade ao acompanhamento contínuo e articulação com a autoridade de transportes CIM do Ave no âmbito da manutenção e gestão de serviço de transporte público rodoviário, incluindo medidas de apoio à redução tarifária.

No que diz respeito à Proteção Civil, no dia 15 de outubro, participamos na apresentação pública do novo veículo de salvamento especial que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários levou a cabo no quartel desta corporação. O município contribuiu com 90 mil euros para a aquisição deste veículo. Cujo custo foi superior a 400 mil euros. Demos início, no dia 1 de outubro, a trabalhos de estabilização de emergência em terrenos florestais que foram afetados pelos incêndios de setembro. Estas ações começaram em Garfe, trabalhos realizados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil em colaboração com a Brigada de Sapadores Florestais, da Comunidade Intermunicipal do Ave e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. No dia 9 de outubro, estivemos no terreno através dos serviços Municipais de Proteção Civil, da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, do Serviço de Jardins e Espaços Verdes e de Ação Social em colaboração com os demais agentes da Proteção Civil, bombeiros e GNR local, para ajudar a resolver as diversas ocorrências registadas um pouco por todo o concelho, em resultado da passagem da tempestade Kirk. no dia 4 de outubro, participamos na segunda parte da ação de formação técnica sobre gestão colaborativa em situação de

acidente grave ou catástrofe, com a realização da componente prática através de um exercício Livex que a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil através do comando sub-regional de emergência e Proteção Civil do Ave, promoveu com o apoio do Município de Guimarães. Já no dia 5 de novembro participamos na 12.ª edição do exercício público de âmbito nacional, de sensibilização para o risco sísmico, denominado "A Terra Treme", medida prevista na Estratégia Nacional para uma proteção civil preventiva 2030. Este ano, o exercício decorreu com as pessoas utentes da Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do distrito de Braga, numa iniciativa promovida pelo Comando sub-regional de Emergência e Proteção Civil em parceria com Serviço Municipal de Proteção Civil. No dia 17 de novembro, assinalámos em conjunto com a GNR e os Bombeiros voluntários, o Dia Mundial em memória das vítimas da estrada, como vem acontecendo esta sensibilização realizou-se com recurso a um simulacro estático, na EN 103, desta vez na freguesia de Serzedelo. A propósito do dia internacional para a redução do risco de desastres, promovemos no dia 14 de outubro, uma ação de sensibilização na Escola Básica do Ave.

Na área do ordenamento e desenvolvimento económico, relativamente ao processo de segunda revisão do PDM, que está a seguir o procedimento administrativo exigido pelo regime jurídico de instrumentos de gestão territorial, sendo de destacar que foi analisada e ponderada e respondida a última comunicação da CCDR-N para ajustes de algumas áreas edificáveis propostas; continuamos a tratar da resposta à comunicação da APA, com assuntos muito variados, como recursos hídricos, infraestruturas básicas, mais especificamente as de abastecimento de água e saneamento; ruído; risco associado a exposição ao radão (Rn); e ainda estruturas ecológicas municipais. Continuamos a atualização da carta de compromissos urbanísticos e dos cadastros da rede de água e saneamento. Continuamos com atendimentos ao público para informação sobre a 2.ª revisão do PDM.

No que diz respeito ao projeto da Via Circular urbana, todos os estudos solicitados pela APA estão terminados. Em função disso, o projetista encontra-se a dar seguimento à elaboração do projeto final.

No que se refere ao gabinete de apoio à empregabilidade, foram registados 10 encaminhamentos e 5 colocações. No dia 22 de outubro, realizou-se a primeira reunião do planeamento do Conselho Consultivo de Desenvolvimento Territorial da Startup Póvoa - LEIRA. No dia 24 de outubro promovemos juntamente com Instituto de Emprego e Formação Profissional, uma sessão de divulgação dos incentivos à contratação de jovens e outros desempregados inscritos no IEFP. Também partilhamos informação sobre candidaturas ao sistema de incentivos de base territorial da CIM do Ave, destinadas a apoiar micro e pequenas empresas. Demos continuidade a algumas iniciativas como o Mercado PVL, a feira de antiguidades e velharias e os fins-de-semana gastronómicos.

No que respeita à atratividade do concelho entre 29 de setembro e 8 de outubro, um grupo de 14 peregrinos percorreu o novo caminho de Jacobeu, o caminho português de

Santiago de Leon de Rosmithal, que atravessa os territórios de 11 municípios, ao longo de 240 quilómetros. Esta peregrinação teve por objetivos conhecer e analisar no terreno as alterações e ajustes propostos pelos municípios envolvidos e aventar possíveis ajustes. No período em análise, destacamos ainda o seguinte. Na casa do livro, o Dia Mundial da Alimentação; o dia da grávida na Biblioteca; dia do Trava línguas e palavras Cruzadas; oficina de criação de efeitos de Natal ecológicos. No Theatro Club, o encontro de Teatro Lino Gravia, organizado pelo Grupo Cénico Povoense, o intercâmbio teatral também do Grupo Cénico Povoense e, por último, destacamos ainda a participação do Grupo Cénico Povoense no 9.º Festival Ibérico de Teatro Amador em Mérida, Espanha, nos dias 1, 2 e 3 de novembro. Em outubro, demos ainda início a mais um ano letivo das oficinas de teatro. No dia 5 de novembro, depois de mais de quarenta anos, o cinema regressou ao Theatro Club com uma sessão especial de Cinema Digital em 4K do filme "Joker". Comemoração do Dia de Santa Cecília, padroeira dos músicos pela banda musical de Calvos. O teatro para bebés "do lado de dentro". E também, no Castelo de Lanhoso realizou-se um escape room. E no âmbito do projeto Póvoa Dança, as aulas de danças de salão e de danças Latinas, regressaram em outubro com os níveis de iniciação e intermédio. Demos continuidade e concluímos o programa das comemorações dos 50 anos dos 25 de Abril.

O período em análise fica ainda marcado pelo arranque da programação de Natal que, como sabem é de dia 1 de dezembro a 5 de janeiro. São três as iniciativas que se complementam e que abrangem diferentes pontos do concelho, o Natal na Praça; Garfe, Aldeia dos Presépios; e o que já foi realizado no fim-de-semana passado, a Feira de Natal do baixo concelho. Este ano, pela primeira vez, a Póvoa de Lanhoso, dispõe de uma pista de gelo natural, o programa é muito diversificado e dá palco, sobretudo a instituições e entidades locais, assim como a diferentes projetos. Também mantemos a campanha de apoio ao comércio tradicional de modo a incentivamos a que as pessoas façam as suas compras localmente e ajudem a economia da Póvoa de Lanhoso. No dia 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, iniciámos os trabalhos que irão levar à construção do plano estratégico local para o turismo, horizonte 2030, setor que representa uma das atividades estruturantes do concelho. No dia 30 de outubro, a reunião de Comissão de Acompanhamento da Certificação de Filigrana de Portugal que se realiza anualmente, decorreu nos Paços do Concelho. Participámos também no início de novembro na abertura da exposição de Filigrana de Portugal que encerrou as comemorações do centenário da Joalheria do Carmo em Lisboa. No dia 7 de outubro, assinalámos o Dia Nacional dos Castelos e no dia 17 de outubro, assinalámos o Dia Internacional do Património Cultural Imaterial. No dia 23 de novembro, o posto de turismo acolheu mais uma oficina, desta vez na área da cestaria.

No que diz respeito à transição digital e modernização administrativa, a plataforma de serviços online com possibilidade de instruir pedidos de licenciamento da utilização e comunicar comunicações prévias, através desta plataforma, o número de requerimentos

totais disponíveis é de 71 relativos à Divisão de Urbanismo e Divisão de Gestão Administrativa. Desde janeiro deram entrada por esta via 682 processos, à data temos 958 utilizadores registados no portal de atendimento online.

No âmbito da conciliação familiar do bem-estar e da felicidade no posto de trabalho, promovemos no dia 5 de outubro, a segunda edição do Dia do colaborador que, para além do convívio, englobou a distinção de seis funcionários que completaram vinte e trinta anos de serviço, e de onze colaboradores que se aposentaram. No dia 10 de outubro assinalamos o Dia Mundial da Saúde mental disponibilizado em horário laboral, sessões de mindfulness e dinâmicas de grupo para prevenção de Saúde mental. No dia 16 de outubro, dinamizamos um workshop de gestão emocional, comunicação e liderança. No dia 13 de novembro, promovemos formação de manobrador de plataformas elevatórias em segurança. Realizamos também a sensibilização no Dia Mundial da Diabetes. Como referido anteriormente, a equipa de voluntariado interno teve a sua primeira ação como brigada de limpeza numa habitação em Garfe que ficou parcialmente destruída pelos incêndios ocorridos no mês de setembro. Esta ação, para além do benefício à comunidade local conseguiu reforçar o espírito de equipa e o sentimento de família. Os colaboradores continuam a aderir às novas medidas de conciliação como o gozo da tarde de trabalho no dia de aniversário do filho menor de 12 anos e a dispensa de duas horas no dia de aniversário dos pais com idade igual ou superior a 66 anos. No período em análise, seis colaboradores beneficiaram destas novas medidas de conciliação. Reforçamos a divulgação do apoio da Câmara Municipal na elaboração das candidaturas no âmbito do programa regressar.

Como notas finais, no dia 12 de outubro, recebemos a visita do governador do distrito do Rotary clube, António Simões Pinto. No dia 18 de outubro, acompanhamos a visita da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, ao hospital António Lopes da Santa Casa da Misericórdia. No dia 6 de novembro, estivemos presentes em mais uma edição do cortamato escolar e ainda registámos com agrado a participação da banda musical de Calvos no décimo primeiro desfile nacional de bandas filarmónicas, inserido nas comemorações do primeiro de dezembro que decorreu em Lisboa. Assinalamos também com particular agrado a conquista no dia 1 de dezembro do campeonato português de velocidade automóvel pela equipa povoense Veloso Moto Sport. Esta é também uma forma de dar a conhecer o nome da Póvoa de Lanhoso, através deste mesmo desporto.

No que diz respeito à informação financeira datada de 3 de dezembro de 2024, a execução da receita, no que diz respeito à execução orçamental da receita, temos 26.939.812 euros, o que corresponde a 75,3% do orçamento, valores a receber de participações comunitárias, 583.426 euros, outras receitas, 1.123.520 euros, o que perfaz um total de 1.706.946 euros. No que diz respeito à execução orçamental da despesa paga, temos 22.457.121 euros, correspondendo a 62,8% do orçamento. O total de dívida, é neste momento, de 9.640.021 euros. Não há pagamentos em atraso.

Este é um resumo da atividade do município nos últimos dois meses. Toda a informação detalhada será publicada no site do município, assim como nas redes sociais para consulta pública. Muito Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não dispondo de tempo para elencar ou tecer considerandos sobre todas as atividades desenvolvidas neste período e aqui relatadas pelo vereador Ricardo Alves, o CDS-PP, gostaria de aqui dar boa nota à linha de atuação na área da educação, especificamente na questão da alimentação das crianças, salientando desde já a continuidade da implementação do regime da fruta escolar que garante a oferta de frutas variadas a todos os alunos. A dinamização do projeto em luta contra o desperdício alimentar e a contratação de uma nutricionista para monitorizar os refeitórios escolares. Medidas que, no nosso entendimento, funcionando em conjunto, se esperam impactantes para aquisição de bons hábitos alimentares pelas nossas crianças, garantindo-lhes ainda uma alimentação saudável e de maior qualidade.

Gostaríamos também de salientar, com especial agrado, as intervenções efetuadas no âmbito do programa acessibilidades 360 ao abrigo do PRR, através do qual a Câmara Municipal promoveu intervenções de melhoria das condições em habitações de pessoas com necessidades especiais, cujo impacto na vida das pessoas é imediato e significativo. Ainda no que diz respeito à habitação, gostaríamos de questionar o executivo quanto aos resultados das candidaturas aos apoios do IFRRU para a reabilitação de habitações de famílias carenciadas, sabendo se já foram iniciadas algumas intervenções ao abrigo deste instrumento.

Relativamente à mobilidade urbana e segurança rodoviária, referem no relatório que se encontra concluída a requalificação das passadeiras em vias do concelho. Discordando respeitosamente esta afirmação, a questão que coloco é que requalificação, geral ou das quinze passadeiras que elencaram no relatório? Como sabemos, muito ainda há que fazer nesta matéria, pelo que nos parece precoce dizerem que estão concluídas as intervenções necessárias. Ainda neste âmbito, gostaria também de questionar o executivo sobre qual a expectativa no impacto que irá causar à fluidez da circulação automóvel na vila, a recente obra de elevação da passadeira situada aqui bem perto no cruzamento da rua comandante Luís Pinto da Silva, com a rua de Neuves Maisons.

Passando ao ambiente, reitero uma questão muitas vezes aqui por nós trazida, agora que o município renovou o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano atribuído pela ERSAR, pergunto, novamente, se já existem resultados das análises da água das fontes e fontanários públicos do nosso concelho? Se já teremos alguns dados

concretos nesta matéria, esta é sem dúvida, uma questão deveras importante para a saúde pública, pelo que não deverá ser relativizada nem menosprezada. Ainda em matéria de ambiente, é dito no relatório em relação ao centro de recolha oficial de animais, o canil e gatil, se preferirem, que o projeto se encontra em fase de revisão. A questão que coloco é saber qual o motivo da revisão ao projeto estar a ser elaborada por uma empresa externa, quando o projeto inicial, que, diga-se, mereceu a atribuição da quase totalidade do subsídio passível de atribuição na candidatura apresentada ao ICNF e que foi integralmente realizado pelos serviços técnicos do município? No âmbito deste processo, gostaríamos ainda de saber se a referida revisão já se encontra concluída, uma vez que o prazo para a sua elaboração era curto e qual o montante estimado para a construção do centro de recolha oficial de animais? Pelo que conseguimos apurar, gostaria só de que me confirmassem se estaremos a falar de um investimento a rondar os 850 ou os 840 mil euros, senhor Presidente, isto apurando ou somando, de forma simplista, os 217 mil euros, salvo erro, de apoio do ICNF aos 620 mil já inscritos no Orçamento para 2025.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O documento em análise apresenta o relatório da atividade do município, abrangendo diversas áreas de atuação. A ênfase recai na execução do programa eleitoral com foco no bem comum, na inclusão e no desenvolvimento sustentável, pontos, dos quais destacamos, principalmente, educação e igualdade de oportunidades, a implementação de transportes adicionais e o compromisso com programas educativos inovadores que mostram o esforço pela inclusão. Medidas como a distribuição de kits escolares e frutas, garantem o suporte a crianças em diferentes contextos. Saúde e bem-estar, projetos como a caminhada Rosa e o apoio à saúde mental, sublinham a preocupação com a qualidade de vida.

Também se destacam os investimentos em infraestruturas como os painéis fotovoltaicos no Centro de Saúde. Desenvolvimento Social e sustentável, ações como apoio a famílias vulneráveis por meio da Eco loja social, intervenções em habitações, reforçam a procura pela qualidade e equidade social. A gestão ambiental avançada, é destacada por campanhas como a de resíduos e reconhecimento com o selo de qualidade da água. Inclusão e igualdade de género, iniciativas como a semana Municipal para a Igualdade e não discriminação, e o trabalho do SIGO, mostram um compromisso ativo contra desigualdades. Cultura e desporto, diversos eventos, como espetáculos teatrais e competições desportivas, reforçam o desenvolvimento cultural e a promoção da saúde física. Infraestruturas e mobilidade, melhorias de vias, implementação de sistemas de

saneamento e apoio a transportes públicos, refletem a preocupação com a acessibilidade e sustentabilidade.

E muito mais haveria a dizer, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, é focado no muito que ainda têm pela frente, que espero que continuem motivados a percorrer o caminho que iniciaram, sem recuos e sem ficar a marcar passo, progredindo, passo a passo com a mesma confiança, disse.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto é a análise da atividade do município nos últimos dois meses e meio, o PSD encontra-se totalmente inteirado e valoriza todas as atividades desenvolvidas nas mais variadas áreas, com especial enfoque na educação, no desporto, na ação social e cultura.

Eu quero destacar e valorizar, em primeiro lugar, o programa de Natal, um programa bastante vasto e completo, já tenho participado em algumas iniciativas e constato que está bem organizado, e quero aqui salientar um aspeto que é a introdução do evento oficial, digamos assim, da passagem de ano sei que no ano passado, creio que houve qualquer festa, foi no dia anterior, foi no dia trinta. Mas agora há a festa oficial da passagem de ano, foi uma recomendação deixada o ano passado pelo PSD, e creio que pode ser dado aqui o início a um evento, que pode ser de referência, em tantas cidades existem eventos de referência de passagem de ano e aqui a Póvoa de Lanhoso terá o primeiro, pode ser o primeiro passo para um evento de relevância no concelho.

Deixar aqui uma nota, também, positiva para o concurso da árvore do ano 2025. Toda a gente notou certamente aqui uma maior intensificação e maior dedicação da parte do município, na delegação deste concurso, e aquilo eu quero deixar uma palavra de apreço também pela Sónia Fernandes, a deputada do PSD que veio aqui várias vezes a este púlpito deixar os seus reptos para que os povoenses votassem no Carvalho de Calvos e apelou também várias vezes ao município que implementasse uma maior estratégia de divulgação deste concurso e isso verificou-se, portanto, e agradeço à Sónia e também agradeço ao município, amanhã saem os resultados, esperamos todos que a árvore Carvalho de Calvos fique em primeiro lugar.

Quero também valorizar, porque aconteceu neste período o encerramento nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e com isto não valorizo só o encerramento, mas sim todo o programa que foi desenvolvido ao longo do ano, elogiando e enaltecendo o trabalho desenvolvido, não só pela Câmara Municipal, pela Mesa da Assembleia Municipal também, mas também por todas as entidades envolvidas neste programa. Os partidos políticos que também colaboraram neste programa, que

considero que foi bastante profícuo e honrou a liberdade e a democracia que foi conquistada há 50 anos atrás.

Sobre as refeições nas escolas, deixar nota positiva para a implementação de novas dinâmicas que visam resolver alguns problemas, mas o certo é que vão chegando ainda algumas queixas de alguma fraca qualidade das refeições e, portanto, apelava ao município que tivesse especial atenção neste aspeto.

Deixo aqui a recomendação para, também, a revisão dos sinais de trânsito verticais que se encontram bastante gastos em diversos locais do concelho, sei que estão também a fazer este levantamento, mas é algo que também têm que intensificar. E também chamar aqui a atenção para valas abertas, resultantes do alargamento da rede de água que foram abertas para fazer o alargamento da rede de água, mas estão por, digamos, pavimentar já há bastante tempo, são alguns casos em algumas freguesias e, portanto, também chamo a atenção para este aspeto.

As obras nas freguesias, esplanadas neste relatório são essencialmente, tirando quatro casos, são essencialmente obras que provém do financiamento aprovado em 2022, do empréstimo, que seriam para executar em 2023, algumas já estão concluídas, algumas estão em curso, mas eu tenho aqui duas dúvidas sobre duas obras, que é uma sobre a obra de beneficiação do Parque Armando Oliveira, em Esperança, prevista para o ano de 2023, e ainda não foi executada, não está também nas obras das freguesias para 2025 no plano plurianual de 2025, não está lá esta obra, mas está no plano plurianual de investimentos de 2024 com um valor executado ou a executar, já falta pouco para acabar o ano, de 37.500 euros, que é precisamente o valor previsto do empréstimo que foi aprovado em 2022, portanto, eu aqui questionava, se a obra, a obra não começou, porque eu sei que não começou, se vai terminar até ao final do ano? É isto que eu questiono ou quando é que vai começar? A outra obra que eu queria questionar é a Rua de Viandos em Ferreiros, que também estava prevista para 2023, ainda não está executada nem iniciada, não está naquelas páginas onde explana as obras para as freguesias, mas está no plano plurianual de investimentos para 2025. Só que aqui a dúvida que eu tenho é que está com um valor de 53.100 euros, sendo que o valor previsto inicialmente para esta obra era de 28.500, que era o valor aprovado em empréstimo e agora tem um acréscimo de 24.600 euros de receita própria.

No fundo, perguntar o que é que se está a passar então com esta obra para o facto de não estar iniciada nem executada e para ter havido este acréscimo de 24.600 euros de receita própria, e para quando é que está previsto então iniciar a obra? Aqui ainda mais em relação a outra obra, a requalificação da Rua de Valcovo em Rendufinho, que também estava prevista para 2023 no pacote de empréstimos aprovado em dezembro de 2022. Ainda não está executada nem iniciada. Esta obra estava formatada inicialmente em 49.200 euros, a par da requalificação da Rua e Beco da Sanseriga, estas duas estão concluídas a Rua de Valcovo, não. Sendo que no documento que vai ser discutido amanhã, para 2024, há uma estimativa de valor executado de 51.587,84 €.

Creio que há aqui alguma incongruência nestes valores, porque a Rua de Valcovo ainda não está executada e, portanto, queria saber se será então executada em 2024, que é aquilo que dá a entender o documento, ou se passará para 2025?

Mais um assunto, a questão do primeiro direito, eu sei que já foi abordado no PAOD, eu queria saber qual é o ponto de situação das 173 candidaturas da Póvoa de Lanhoso, uma vez que os prazos implicam aqui a questão dos financiamentos, porque, se for até 30 de junho de 2024, 36 mil casas, que é aquilo que é, pretensão do Governo, são financiadas a 100%, se for até dezembro de 2026 o financiamento cai para 85% a junho de 2027 cai para 75%, dezembro de 2027, cai para 65% e, a partir dessa data, é 60%, portanto, é importante saber aqui qual é o ponto de situação destes 173 fogos. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando por explicar, aliás, percebi depois melhor a questão que tinha sido colocada no período antes da ordem do dia pela bancada do Partido Socialista que vai de encontro também a uma questão que foi colocada agora pelo deputado Pedro Afonso, e que se prende com a intervenção nas passadeiras que nós classificamos como concluídas, de facto, porque as passadeiras que foram autorizadas a ser intervencionadas pela IP, estão concluídas. Essa é a conclusão, não estão todas concluídas. Nós estamos a falar de passadeiras que estão na EN 205, já agora um esclarecimento que acho que é, não sei se já falámos sobre isso aqui, mas tenho ideia que não. Nós somos atravessados por uma estrada nacional, a estrada que vem do Pinheiro e que chega à entrada da Avenida da República naquela rotunda e vem por São Pedro, passa em frente à escola Gonçalo Sampaio, passa em frente ao Centro comercial da Calva, à Avenida dos Bombeiros Voluntários, é uma estrada nacional, portanto, nós em teoria, não podemos intervir nessa estrada de forma nenhuma, e tivemos de consensualizar com as infraestruturas de Portugal a intervenção nesta estrada para podermos intervir precisamente nessas passadeiras e, principalmente, a ideia inicial era até aquilo que eu penso que foi conseguido, que é conferir outra segurança, na zona das escolas, da escola Gonçalo Sampaio, da Escola Secundária e de certa forma, também, na EPAVE e, portanto, aproveitámos para fazer uma série de outras intervenções e a conclusão é essa, a conclusão é dessas 15 passadeiras.

Nós temos feito outras intervenções em vias que não são de estrada nacional, aliás, foi visível através de algumas imagens que foram aqui projetadas com equipamento que o município adquiriu neste mandato, e esse equipamento sim, é um equipamento, que pretendemos usar com a frequência possível em função das necessidades que forem surgindo nas nossas estradas, nas estradas municipais e essas são da nossa tutela,

portanto, é um trabalho que se fará de forma contínua, esperamos nós em função das necessidades.

Relativamente ao canil e gatil, eu penso que somou duas parcelas, se interpreto bem a interpretação que fez, mas a informação que nós temos é que o valor global será os seiscentos e qualquer coisa mil euros e não tenho o valor presente de cabeça, mas não somámos os 600 mil euros aos 200 e quase 20 mil euros de financiamento do ICNF. Não, portanto, o valor andarà na ordem dos 600 e poucos mil euros. Depois, o concurso público dará o quadro final em termos de resultado de concurso que será lançado no início do ano. Portanto, a intenção é lançar o concurso logo no início de 2025, de forma que o centro de recolha oficial esteja concretizado até ao verão, até ao verão de 2025.

Fez uma referência relativamente à intervenção que fizemos naquela passadeira da confluência da estrada nacional com a Rua Neuves Maison, não é? Há ali uma dupla intenção, em primeiro lugar, causar nos automobilistas que, apesar de estarmos a falar, de uma zona que à partida, poderia parecer que não é de grande velocidade, têm ocorrido ali alguns incidentes, até de pessoas que tomam uma marcha diferente daquela que deviam tomar quando vêm da Rua Neuves Maison e que não deviam tomar determinada marcha, mas fazem-no de forma abusiva e, portanto, a intenção vai no sentido de, por um lado, condicionar um pouco os automobilistas, mas, por outro lado, também, de satisfazermos uma necessidade que identificámos já há algum tempo que tem que ver com as pessoas que têm dificuldade de mobilidade ou pessoas que se desloquem com carrinhos de bebés que tinham uma dificuldade em abordar essa travessia no sentido descendente, ou seja, digamos que a rampa era demasiado íngreme para que uma pessoa que se deslocasse com um carrinho de bebé pudesse abordar a passadeira com segurança. Nós tivemos esse relato algumas vezes e decidimos fazer aquela intervenção que coloca a plataforma numa quota que a pessoa pode abordar com outra segurança e com outro conforto e, portanto, isso para nós é importante e achamos que essa intervenção faria sentido para assegurar estes dois objetivos.

O deputado Luís Carvalho, relativamente ao concurso da árvore do ano, nós chegámos todos à conclusão que tínhamos a mesma intenção, digamos que será mais isso, não é? O município fez aquilo que lhe compete os deputados municipais, e a deputada Sónia Fernandes fez o que lhe compete também, e muito bem, deixou a posição dela em relação à necessidade de fazermos o necessário para promover e para divulgar através dos meios que tínhamos à disposição, o concurso e, portanto, o resultado será conhecido amanhã. Nós, independentemente do resultado ainda bem que ainda não conhecemos o resultado, porque já nos sentimos todos confortáveis com o trabalho que foi desenvolvido antes de saber o resultado. É importante o resultado, mas também é importante sentirmos que estivemos todos à altura desse desafio.

Eu queria fazer uma referência em relação ao programa dos 50 anos do 25 de Abril. Já o fiz na cerimónia de encerramento, mas queria fazê-lo aqui também, porque somos acompanhados por pessoas que estão em casa a assistir à Assembleia Municipal e os

senhores deputados municipais não estavam todos presentes na sessão de encerramento e, portanto, é importante dizer o seguinte, nós conseguimos, na minha opinião, conseguimos fazer três coisas importantes, envolver a comunidade, envolver as instituições e conseguir ao longo do programa, promover iniciativas que, de alguma forma, tocassem os mais jovens. Para os mais jovens o 25 de Abril é uma coisa longínqua que está descrita na Internet, é perceptível através de alguma produção cinematográfica e outras coisas que entretanto foram feitas, mas é uma realidade virtual quase, não é? E, portanto, nós tínhamos a intenção e eu acho que isso foi conseguido, sinto que isso foi conseguido no contacto com as escolas, também, e com os mais jovens, tivemos várias vezes essa oportunidade, nós conseguimos, pelo menos, provocar na cabeça dos mais jovens e na consciência dos mais jovens, o alerta em relação àquilo que era Portugal antes de 1974, terem essa curiosidade. Eu fazia muitas vezes e hei de fazer mais vezes, essa questão aos mais jovens, qual era a visão deles do 25 de Abril, o que é que foi o 25 de Abril para eles? E eu acho que a resposta de muitos desses jovens, gosto de acreditar que de todos, mas dos que acompanharam mais de perto o programa, pelo menos, a visão deles hoje é diferente daquela que existiriam ano atrás, porque nós tivemos momentos em que, por exemplo, fizemos uma cerimónia do dia 25 de Abril, em que chamámos os jovens das escolas para estarem presentes na cerimónia para cantarem o hino nacional para sentirem aquele momento.

Tivemos recentemente uma iniciativa no agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, em que estiveram lá carros de combate, um dia inteiro, a que os jovens puderam perceber como funciona um carro de combate. Qual a utilidade que tem hoje num teatro de operações como é a Ucrânia, por exemplo, e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, mas que tipo de carros de combates existiam há 50 anos atrás? Que papel tiveram os carros de combate, já agora no 25 de Abril, não tiveram papel propriamente dito em termos de ação, mas tiveram um papel de pressão, de contenção, de condicionamento das coisas, nomeadamente no Terreiro do Paço, mas não só, os jovens perceberem isso e perceberem os passos que foram dados e o dia do 25 de Abril. Acho que foi uma meta, era um objetivo que tínhamos traçado no início e foi uma meta que foi amplamente alcançada. Eu sinto isso, os membros da Comissão Executiva, a Comissão a que eu presidi, sentiram isso e penso que os membros da Comissão de Honra que foi presidida pelo senhor Amândio de Oliveira também sentiram isso e, portanto, eu diria modéstia à parte, que estivemos à altura, fizemos um trabalho bem feito e deixamos algumas marcas importantes para as gerações futuras, até porque uma das mensagens que eu fui deixando aos mais jovens é que, eles, tal como nós, e tal como eu, porque eu tenho 47 anos, não era nascido em 1974, eles serão o garante da democracia daqui a 50 anos, têm de ser, têm de pensar nisto, têm de começar a pensar nisso, não têm que viver a pensar nisso. Mas têm de começar a pensar nisso hoje e têm a grande vantagem de isso ser discutido com eles hoje, nós no nosso tempo, quando tínhamos a idade deles, ninguém discutiu nada disse connosco. Isso significa, de facto, que nós estamos a olhar

para a importância do 25 de Abril, da democracia, da liberdade, do facto de isso não ser totalmente assegurado nos dias de hoje, por muito que alguns pensem, que algumas pessoas pensem que não há retrocessos em relação a este tipo de coisas, há retrocessos e basta olharmos, por exemplo, para determinadas forças políticas emergentes que há dez anos atrás não existiam e que hoje têm uma presença na comunidade, na sociedade, na Assembleia da República, nesta Assembleia Municipal, não tem, mas não sabemos se no futuro, terá ou não, pode vir a ter e, portanto, estamos a falar de forças políticas que são absolutamente contrárias a muito daquilo que foi conquistado, embora eles digam o contrário, muitas vezes, mas depois demonstram que não é assim e, portanto, isso é preocupante e deve ser discutido, deve ser debatido e devem ser alarmados os mais jovens para essa realidade, até para não aderirem facilmente a abordagens que politicamente são muito vazias, mas que são atrativas por vezes e esse alerta tem que ser dado pelos agentes políticos atuais, que têm responsabilidades políticas nos dias de hoje.

Relativamente às valas, o senhor deputado, faz parte do executivo de uma junta de freguesia e sabe que nós não podemos nem devemos corrigir as valas dentro de um determinado período de tempo. Eu sei que esse é um debate constante no terreno, aliás, já surgiram algumas polémicas nas redes sociais, as mesmas redes sociais que eu faço questão de não acompanhar, mas vou sabendo que, por vezes, vão surgindo para aí umas polémicas nas redes sociais, em relação às valas que estão abertas ou que foram fechadas ou que alguém solicitou que tivesse sido em determinado momento corrigidas. Bom, nós, por muito que, por vezes as pessoas ou os executivos de junta de freguesia, ou membros da Assembleia Municipal possam entender, e têm direito ao seu entendimento, que as valas deviam estar tapadas quase imediatamente a seguir à sua abertura, isso não é possível, porque isso iria obrigar a uns seis meses depois, a um ano, depois fazermos novas correções, aliás, nós temos correções dessa natureza a fazer, em várias freguesias do concelho em valas foram abertas e com o passar do tempo foram cedendo. Vocês conhecem isso nas freguesias, estão aqui muitos autarcas, conhecem essa realidade, portanto, nós temos o dever de aplicar os meios que temos para corrigir essas necessidades, mas, na medida do possível aplicar esses meios, uma vez, aplicá-los bem aplicados uma vez e se para isso for necessário aguardar mais um mês ou mais dois meses para que a compactação esteja assegurada e para que a intervenção seja que não sejam intervenções ao longo do tempo, tanto melhor, aliás, eu quero recordar que nós iniciámos este mandato com valas, precisamente valas de abastecimento de água por corrigir em muitas freguesias dos senhores Presidentes que estão aí ou dos representantes das juntas de freguesia que estão sentados nas bancadas do PSD e do PS, que tinham mais de um ano, depois podemos discutir se um ano é tempo suficiente ou não, ou se é tempo em demasia. Depois cada um tem a sua opinião, mas estamos de acordo em relação à necessidade de corrigir essas valas, como certamente estaremos de

acordo em relação à necessidade de usarmos os recursos que temos disponíveis bem usados, uma vez, de não o fazermos constantemente, não é?

Sobre as três obras que referiu, na freguesia de Esperança, na freguesia de Ferreiros e na freguesia de Rendufinho, elas têm um denominador comum. O atraso por parte do empreiteiro de cada uma destas obras que já devia, de facto, ter iniciado e não teve oportunidade ainda de o fazer no caso de Esperança e no caso de Ferreiros, e Ferreiros é um caso que já está numa fase diferente, porque nós muito provavelmente, teremos de em função do concurso que foi lançado e dos vários concorrentes que submeteram proposta, fazer o necessário em termos administrativos para passarmos ao concorrente seguinte, porque a empresa que ganhou esta intervenção em Ferreiros está há seguramente três meses, eu diria três meses, está ali a senhora Presidente de junta, conhece o processo também, está há muito tempo a protelar o processo, a prometer que na semana seguinte vai começar e que na semana seguinte vai começar e andamos nisto permanentemente, portanto, isso justifica uma das perguntas que colocou e muito provavelmente, vamos ter que passar ao concorrente que ficou em segundo lugar. Relativamente ao valor, o valor é significativamente superior, porque a intervenção que nós prevemos fazer inicialmente não é a intervenção que pretendemos fazer agora, porque a intervenção é bem mais profunda e tem que ver com a possibilidade de fazermos um alargamento que não estava previsto à partida, que não era uma possibilidade e, portanto, seria até mais simples para a Câmara Municipal manter tal e qual a intervenção como ela estava programada, mas entendemos que isso não serve bem a população e não serve bem as pessoas que usam aquele espaço, aliás, isso acontece em várias freguesias, estou a olhar ali para o representante da freguesia de Lanhoso que recentemente solicitaram-nos a permuta da obra que estava prevista para 2025. Nós fizemos uma análise em termos de orçamento para perceber o custo que teria, chegámos à conclusão que tem um custo de mais seis ou sete mil euros do que aquilo que estava previsto e mesmo assim, assumimos fazer essa intervenção. Vai ser uma intervenção mais onerosa, mas serve melhor as pretensões da população de Lanhoso e a intenção da Junta de freguesia que há um ano atrás tinha definido determinada prioridade e agora abordou a Câmara Municipal no sentido de perceber se seria possível ou não fazer essa alteração e nós entendemos acompanhar essa pretensão da Junta de freguesia. Em relação ao Valcovo há um dado adicional é que nós vamos ter que repetir o processo, o procedimento de contratação pública, isso acabou por ajudar a atrasar a concretização da obra. O início da obra, digamos assim, daí que as outras obras que referiu tenham sido priorizadas se estivéssemos à espera de a repetir o procedimento para fazer primeira obra que, de facto, devia ter começado antes destas, iríamos atrasar as outras obras também e entendemos que não havia necessidade disso e, portanto, o empreiteiro começou pela segunda e vai mais tarde, no fundo, inverter a prioridade e concretizar a obra da Rua de Valcovo que também sofreu já agora uma alteração, porque a Junta de Freguesia solicitou-nos um acordo que previa a construção

de um muro e de um alargamento em que a Junta de freguesia assumia a responsabilidade do muro, se não estou enganado, e nós assumiremos a responsabilidade do alargamento, nós concordamos com a Junta de freguesia e, portanto, estes até são bons exemplos da forma como, por vezes definimos e planeamos as intervenções com as juntas de freguesia, mas mantemos a abertura e a disponibilidade para rever essas prioridades e para as ajustar em função daquilo que é o entendimento dos autarcas das freguesias com quem temos trabalhado ao longo deste mandato. Muito obrigado.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Prestar aqui esclarecimento relativamente à estratégia local de habitação e ao primeiro direito. E permitam-me que retome este assunto um pouco bem mais lá atrás, e que faça também aqui um enquadramento e para que sejamos todos muito claros e transparentes relativamente a este processo. Nós chegámos que em 2021, e tínhamos ainda o processo da estratégia local de habitação parado, completamente parado. Ainda foi no âmbito desta Assembleia, e no primeiro ano que aprovámos aqui o primeiro documento. Logo a seguir avançamos, no âmbito deste documento com uma consulta pública, ao mercado, que percebemos que não resultou e que nos remeteu para a necessidade de fazermos a primeira revisão da estratégia local de habitação. Aprovámos também no ano anterior essa revisão que foi submetida ao IHRU em fevereiro de 2024. Tivemos agora, apenas agora em outubro, a aprovação dessa revisão. O que aconteceu foi que, com as alterações de Governo, muitas alterações no IHRU, alguma falta de eficácia, diria eu, de facto, os processos pararam, foram muito complicados. As respostas foram quase inexistentes, apesar das nossas constantes perguntas e acompanhamento destas matérias. Foi um processo difícil ao longo de todo este ano, nós submetemos as candidaturas, como foi já aqui partilhado por várias vezes nesta Assembleia, quer as do município quer a ajuda nas que foram submetidas por parte de algumas juntas de freguesia, nomeadamente, de Covelas, Esperança e Brunhais, Fonte Arcada e Oliveira, dos 47 beneficiários diretos, dentro do prazo que estava estipulado, que era 31 de março de 2024. O que é certo, é que a seguir, a todo esse processo, nós tivemos conhecimento que o PRR previa financiar 26 mil habitações a 100%, que seriam concretizadas até junho de 2026, mas foram submetidas 59 mil candidaturas.

Ora, perante estes factos, com estes dados, o Governo teve que analisar muito bem tudo aquilo que tinha em mãos, e como há bocado dizia, houve aqui um interregno de informação enorme que veio até quase outubro, em que nós não conseguíamos sequer falar com o nosso ponto focal no IHRU, não tínhamos informação, não sabíamos muito bem o que é que aconteceu. Entretanto, tivemos a informação que iria sair uma lista ordenada das candidaturas submetidas, por ordem às vezes a ordem é um segundo a lista saiu, soubemos isso depois, por um contacto que tivemos, com o Senhor Presidente

do HIRU do senhor arquiteto Benjamim, agora o atual Presidente do HIRU, que iria sair essa lista provisória, à qual nós devíamos estar atentos. A lista provisória saiu, nós analisámos a lista e fizemos as recomendações relativamente àquilo que não estava correto relativamente àquilo que tínhamos submetido, entretanto, há cerca de três semanas, tivemos a lista definitiva. E, de facto, na lista definitiva estão contempladas todas as 59 mil candidaturas submetidas, e estão seriadas até 26 mil aquelas que têm financiamento garantido. O que é que fez entretanto o Governo? O Governo publicou uma resolução de Conselho de Ministros em 25 de setembro, em que define aquilo que o senhor deputado há pouco aqui mencionou, perante este cenário de ter quase ou mais do dobro das candidaturas inicialmente previstas encontrou aqui uma estratégia, digamos assim, de encontrar financiamento para as 59 mil e o financiamento para as 59 mil é, basicamente, aquilo que o senhor deputado disse, sendo que às 26 mil que já estavam previstas no PRR, o Governo vai acrescentar mais 10 mil financiadas pelo Orçamento de Estado também essas a 100%. As restantes ficam então com esse padrão que mencionou, tendo em conta o prazo de execução, podem ser financiadas a 85, 75, ou 60%. O que é que nós temos como indicação do IHRU? É preciso maturidade nas candidaturas, mesmo aquelas que não estão contempladas agora na lista dentro das 26 mil, o que nos pedem é para avançarmos com os processos para termos o máximo de maturidade nos processos, avançarmos com os projetos, com os concursos, porque acredita o Governo que dentro das 26 mil que estão na lista, muitas delas não vão ser concretizadas até junho de 2026, por não terem essa maturidade e outras serão substituídas e entrarão nesse financiamento dos 100%. Assim como ainda vão entrar as mais 10 mil. A boa notícia que temos todos é que as nossas candidaturas estão na listagem, integram a listagem e terão todas financiamento, terão financiamento a 100% se nós conseguirmos, de facto atingir esta maturidade nas candidaturas. A reunião que tivemos com os 47 beneficiários diretos foi exatamente para lhes dizer isto também, era importante olharem agora para os seus processos, para os seus projetos e dentro daquilo que são as competências que têm no âmbito dos processos, tentarem avançar o mais que pudessem nas candidaturas. Dissemos também e disponibilizámos a equipa multidisciplinar que, entretanto, criámos no município que podia dar esse apoio e podiam até, porque isso está previsto na legislação, a Câmara gerir as candidaturas daqueles beneficiários que entendessem que não tinham condições para o fazer, sendo que têm que fazer um acordo de delegação dessa competência no município, 24 destes 47 beneficiários diretos fizeram este acordo e a Câmara Municipal já tem essas cartas. Entretanto, já fizemos uma abertura de conta só direcionada para este fim. Estamos a avançar com os processos e era isso que dizia, não há garantia agora em nenhuma situação dos 100%, porque nós não entrámos, nas 26 mil primeiras na lista, porque só entraram aqueles a que foram submetidos até 2 de fevereiro. Apesar da lei inicialmente prever que todas até 31 de março seriam elegíveis, são, mas não são em 100%, porque, de facto, o número disparou relativamente àquilo que é expectável. O que temos agora

então, é que trabalhar todos com muito afinco para criar condições para as nossas candidaturas avancarem com a maior maturidade possível para conseguirmos de alguma forma ainda ir a jogo nos 100%, mas se não formos, ir a jogo de qualquer das formas para o financiamento, porque a garantia que temos é que as nossas candidaturas vão ser todas financiadas, porque estão integradas nesta lista.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu início ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora Vice-Presidente Fátima Moreira, daquilo que percebo então é que farão todos os esforços para que as candidaturas ganhem maturidade para serem incluídas nas 10 mil?”

Interveio a Vice-Presidente Fátima Moreira, e referiu:

“Temos que, de alguma forma, dar a garantia, que as pessoas têm as casas feitas e pagas em junho de 2026. Essa garantia é a maturidade.”

O deputado Luís Carvalho retomou a sua intervenção e referiu:

“É isso que significa maturidade? Sendo que nas primeiras 26 mil a Câmara não entrou, só entraram todas as que foram submetidas até 2 de fevereiro.

Mais um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre então a obra do parque Armando Oliveira de Esperança, porque fiquei sem perceber como não está previsto esta obra no plano plurianual de investimentos para 2025, suponho então que vai ser executada ainda este ano? É esta a dúvida que eu tenho.

Sobre a de Viandos, de Ferreiros, acabou por me esclarecer que são trabalhos extra que fizeram subir o valor e entrará no PPI de 2025 sobre a de Valcovo entrará no PPI de 2025 e tenho aqui um acréscimo de cerca de dois mil euros, sendo que antes era 49 mil e duzentos, a Rua e o Beco Sanserigas estão concluídas então, este acréscimo de cerca de dois mil é para os trabalhos também a mais que a junta pediu, hipoteticamente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em Rendufinho respondeu de facto, nós não sabemos se há trabalhos a mais ou não, essa diferença de dois mil euros pode ser um acerto que tem a ver com o concurso ou com trabalhos a mais, pode ser qualquer uma dessas duas justificações, a obra da

freguesia da Esperança não consta dos documentos de 2025, porque quando elaborámos o plano e orçamento para 2025, quando iniciámos a elaboração em setembro, continuamos em outubro, mas quando foi concretizado em novembro e foi levado a reunião de câmara, nada fazia prever que uma obra dessas tivesse que passar para o ano de 2025, de facto, portanto, existe um atraso, eu já expliquei isso aqui, não posso precisar se aquilo que falta fazer será concretizado até ao final deste ano ou não, mas se tivermos que fazer algum tipo de revisão aos documentos de 2025 será feito e, portanto, e eu espero que não seja necessário, há um novo processo concursal em relação à obra de Rendufinho, não em relação à obra da Esperança.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, trazemos ao vosso conhecimento o relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao primeiro semestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave. E de uma forma geral, este relatório não evidência grandes alterações comparativamente ao primeiro semestre do ano transato, refletindo a continuidade de uma gestão rigorosa e também equilibrada.

Neste período, a EPAVE registou um total de 2.260.000 euros, demonstrando a solidez e o rigor na gestão financeira da instituição. O total do património líquido alcançado é de 713.991 euros, refletindo a estabilidade, também, da organização. Além disso, destaca-se o resultado positivo líquido de 125.422 euros, evidenciando um desempenho financeiro robusto e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Dado o atraso do PESSOAS 2030, destaca-se neste período os financiamentos obtidos por meio do processo de transferência de fundos para as escolas, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023. Neste contexto, a Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, a DGEstE, atuou como distribuidora dos adiantamentos entre o Governo resultando num saldo de 766.338,91 €. Adicionalmente, foi recebido o

primeiro adiantamento do PRR relativo ao centro tecnológico especializado, no montante de 340.249 euros, que reforçará a capacidade de investimento e inovação da EPAVE. No que se refere à rubrica do fornecimento de serviços externos, esta manteve-se estável em relação ao ano 2023. Por outro lado, a ligeira variação da rubrica de gastos com o pessoal deve-se essencialmente à atualização salarial dos trabalhadores não docentes em vigor desde janeiro de 2024.

Por fim, relativamente ao plano de prevenção de corrupção e de riscos de gestão, o mesmo que é mencionado pelo ROC, o mesmo foi aprovado em reunião de Conselho de Administração realizada neste mês. O documento encontra-se pronto para publicação no site oficial da EPAVE, estamos à espera que o site seja atualizado e que tenha maior capacidade que, neste momento, não consegue ter capacidade de ter mais publicações. Quanto ao valor a ser pago pelo município, referido no ponto 10, também, do relatório relativo ao contrato-programa, à semelhança dos anos anteriores, este valor é pago agora até ao final do ano que diz respeito a comparticipação pública nacional dos projetos aprovados a financiamento da formação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao conteúdo do relatório semestral do revisor oficial de contas inerente ao primeiro semestre, de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave que acabou de ser apresentado pela senhora vereadora do pelouro da Educação, Dra. Fátima Moreira, gostaríamos de dar nota que o CDS-PP se encontra inteirado do mesmo.

Gostaríamos ainda de dar boa nota à aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2024/2025 recentemente aprovado no dia 5 de dezembro, dando assim cumprimento à obrigatoriedade legal constante n.º 2 do artigo 43 da Lei 50/2012.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Sérgio Reis.

Interveio o deputado Sérgio Reis, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto, a informação do parecer do Revisor Oficial de Contas do primeiro semestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave. Trata-se de um documento técnico para cumprimento da legislação aplicável, pelo que a bancada parlamentar o PSD está inteirada do seu conteúdo. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto dois por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esse relatório refere-se ao período compreendido entre o final do ano letivo, 2023/2024 e a preparação do ano letivo, 2024/2025, é o terceiro trimestre, logo será julho, agosto e setembro. O relatório de execução orçamental deste terceiro trimestre integra o projeto dos cursos profissionais aprovado apenas em julho de 2024, referente ao ano letivo 2023/2024. Como bem sabemos, devido aos atrasos do programa PESSOAS 2030, em outubro de 2024, foi enviado o pedido de reembolso referente ao período de setembro de 2023, a março de 2024, que ainda está em análise. Atualmente o projeto encontra-se em fase de submissão do pedido de reembolso.

Durante este trimestre foi efetuada uma transferência de adiantamento por parte da DGEstE com o objetivo de atender às dificuldades financeiras enfrentadas pelas escolas, uma vez que não tiveram as candidaturas aprovadas. Com os recebimentos e os pagamentos realizados, o fluxo de tesouraria apresenta um saldo positivo de trezentos e oito mil quatrocentos e quinze euros e sessenta e cinco cêntimos. No que diz respeito à execução orçamental do projeto do centro tecnológico especializado, um percentual de execução manteve-se inalterada relativamente ao segundo trimestre de 2024. Atualmente a execução do projeto está em fase a realização de procedimentos de contratação pública que são essenciais para garantir uma boa implementação e a elegibilidade da candidatura.

De referir que não se verifica a utilização da conta corrente caucionada. O orçamento aprovado, a receita de 3.393.968,52€. Apresenta uma execução da receita cobrada líquida no valor de 1.275.891,95€, o que corresponde a uma execução líquida da receita cobrada de 38% e da despesa de 28%. Uma percentagem que é influenciada pela não execução das verbas relativas ao CTE. Neste ano letivo, a escola tem a funcionar 12 turmas, conseguiu abrir todas as turmas aprovadas em sede de concertação da CIM do

Ave, facto que apenas só se verificou na Póvoa de Lanhoso e em Mondim. Salienta-se neste aspeto, o esforço de toda a comunidade educativa na divulgação dos cursos e na captação de novos formandos, o que tem acontecido até ao presente momento.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este relatório de execução orçamental da EPAVE, precisamente quanto ao terceiro trimestre deste ano, 2024, são apresentados então estes resultados da execução orçamental da receita e da despesa, respetivamente, normais, apesar que me deixam aqui um pouco apreensivo, porque em relação ao período homólogo, temos aqui valores um pouco mais baixos. Nós no ano passado tínhamos uma execução da despesa no terceiro trimestre na ordem dos 54%, este ano está nos 28%. Podemos assumir que esta baixa taxa de execução da despesa pode-se dever à execução residual do orçamento que está destinado para o CTE? E alerto aqui, também, para o facto da nomenclatura no relatório estar assim um pouco díspar, posso aqui explicar, por exemplo, no mapa de execução orçamental da despesa, a nomenclatura aqui das rubricas não está conforme aquilo que está explanado no documento, principalmente no mapa, apresentam uma D5, no documento referem que é a rubrica D6, no mapa referem a D7 e no documento referem a D6, penso que devem ter em atenção essas gralhas que podem suscitar aqui um pouco de dúvidas na análise do documento.

Já em relação à execução da receita, neste terceiro trimestre de 2024, verifica-se então também um valor inferior ao período homólogo, mas não nos suscita aqui qualquer tipo de dúvida, uma vez que referem que se deve à ainda não aprovação do pedido de reembolso do projeto do ano letivo 2023/2024 do programa PESSOAS 2030.

Relativamente às alterações orçamentais, modificativas e promotativas não nos suscita aqui também nada a opor, posto isto o grupo parlamentar do PSD está inteirado sobre este ponto. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório de execução orçamental do terceiro trimestre de 2024, há instantes apresentado, damos nota a esta assembleia que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do mesmo.

Gostaria ainda de saudar a nova estrutura diretiva do Conselho de Administração da EPAVE, desejando desde já, votos de um trabalho profícuo no desempenho de funções, sobretudo quanto ao grande desafio que é boa implementação do centro tecnológico especializado.

Termino ainda deixando a sugestão, que na elaboração dos próximos relatórios trimestrais, seja ou vá sendo evidenciado o estado de implementação do CTE. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado o ponto três da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a 2.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico de Oliveira Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto é relativamente simples, mas estamos a falar de um processo, que está relacionado com o contrato que foi assinado com o BEI em 2019 e que teve que ver com a reabilitação do Largo da Feira e envolventes, que teve um ajustamento no financiamento de 89 mil euros, que estava previsto inicialmente 89 mil euros, para 80.264,58€, o que faz com que resulte um diferencial de 8.735,42 € que acaba por ser suprido com o reforço do FEDER portanto, estamos a falar de uma substituição de um valor que estava assegurado pelo BEI que depois é assegurado numa fase posterior pelo reforço do FEDER. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Artur Salgado.

Interveio o deputado Artur Salgado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, o mesmo consiste, como explicou o senhor Presidente da Câmara, o ponto é simples, numa adenda, neste caso a segunda, ao contrato de financiamento reembolsável à operação Portugal 2020.

Esta reabilitação é do Largo da Feira, só para lembrar o senhor Presidente que podia ter esclarecido, esclareceu muito bem o ponto, mas que também é do mandato anterior, que ainda se faziam obras nessa altura, o senhor Avelino Silva, não é?

Mas, portanto, o ponto foi bem esclarecido. Resumidamente, haverá um reembolso extraordinário a favor do município no valor de oito mil e setecentos e qualquer coisa euros, portanto, não é muito significativo mas sempre é um reembolso, dou nota que face ao exposto, a bancada do partido social-democrata está inteirada da situação.

E se o senhor Presidente me permitir, já agora, como estamos perto do Natal e inseridos no espírito natalício. Permita-me que deseje a todos os presentes e a todos os povoenses em geral, um feliz Natal e repleto se possível de muita saúde. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, se me permite, faço a intervenção aqui da bancada, é só mesmo para dar nota que estamos inteirados. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já quase tinha saudades dessa sua forma rudimentar de fazer política, realmente o tempo vai passando, mas há coisas que não mudam. Bom, eu comecei por dizer que é um contrato que foi assinado em 2019, quem é membro de uma assembleia municipal, há de saber que os mandatos terminaram em 2021, o mandato de 2017, os mandatos são de quatro em quatro anos, portanto, sendo um contrato assinado em 2019, diz respeito ao mandato anterior, a uma obra, a uma candidatura, uma obra que foi concretizada, e bem, pelo executivo anterior, aliás, se há coisa que eu tenho feito e não me privo de o fazer, é referenciar sempre que necessário as obras que vêm do mandato anterior que foram concretizadas neste mandato, está ali o senhor Presidente da Junta de Verim, Ajude e Friande, onde inaugurámos uma obra neste mandato, no dia 10 de junho de 2022, salvo erro, que foi levada a concurso e, portanto, foi pensada e programada e foi submetida, assim é que é, no mandato anterior foi concretizada neste mandato. Eu disse-o aquando da inauguração, está ali o senhor Presidente de junta que

me faz justiça, portanto, nós já não estamos nesse tempo e esse tipo de concorrência sabe, não me faz mesmo, não me atrapalha absolutamente nada, porque eu só penso no presente e no futuro.

E o senhor foi Presidente de Junta de uma freguesia em que está certamente atento às obras que nós temos feito na freguesia de Santo Emilião e, aliás, se falar com o atual Presidente de Junta de Santo Emilião vai ter oportunidade de perceber que ele próprio reconhece o bom trabalho que tem conseguido fazer com este executivo municipal, e com esta Câmara Municipal, e eu estou a parafrasear o senhor Presidente de junta atual da freguesia de Santo Emilião, portanto, é uma questão de pontos de vista, sabe e se há coisa que nós não temos é nenhum complexo em relação ao passado, em relação às obras que foram lançadas no passado, candidatas no passado, nós concretizamos processos que vêm do passado, o que é perfeitamente normal, isso aconteceu também no mandato de 2005 e 2009, o senhor há de se recordar disso, foi o seu primeiro mandato como Presidente de junta, não é? Portanto, eu acho que vamos ter muitas oportunidades no futuro de concretizar processos que foram iniciados por este executivo e concretizados por este executivo no próximo mandato e quem sabe em mais mandatos pela frente, isso faz parte do jogo democrático e faz parte do trabalho político e quem está num primeiro mandato, seguramente bases lançadas para poder continuar no futuro, a lançar obra a fazer obra, e a fazer obra com todas as freguesias, aliás, que é uma coisa que não era uma prática muito comum, é que no passado fazia-se obra com certas freguesias e nós hoje fazemos obra com todas as freguesias, independentemente até muitas vezes, da pretensão das juntas de freguesia poder mudar com o passar do tempo, como eu já aqui referi hoje, não estou a fazer disto uma critica, eu estou a dizer que a posição evolui e nós evoluímos com a posição deles e ajudamo-los e acompanhámo-los, e tenho a certeza que o senhor não tem falado muito com o atual Presidente de Junta de Santo Emilião, senão não tinha conseguido fazer a intervenção que veio aqui fazer, mas, como disse o termo é mesmo esse, é rudimentar.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto quatro.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a 2.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Informação da Câmara Municipal sobre o reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de**

dezembro de 2016 e anulação contabilística de todas as dívidas. E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trazemos a vosso conhecimento esta informação que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, o montante de 39.802,31€ relativamente a dívidas não cobradas a 31 de dezembro de 2016. No ano passado também trouxemos aqui na mesma altura, um valor de 44.413 e no ano anterior de 295.224,33€ e este montante referia-se entre 2002 e 2014. O que podemos constatar é que tem havido um esforço gradual de diminuição deste valor das dívidas que são incobráveis, sendo que a grande fatia destas verbas estão afetadas à questão dos resíduos que são difíceis, algumas, sobretudo quando se tratam de situações em que as pessoas têm apenas resíduos, que não têm outros serviços e não é um processo simples, digamos assim, fazer com que as pessoas paguem aquilo que devem. Apesar disso tudo tem existido um esforço por parte dos serviços no sentido de ir diminuindo estes valores das dívidas incobráveis. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Realmente, a senhora Vice-Presidente, e muito bem, já explanou a dificuldade de cobrança, essencialmente dos resíduos, as pessoas têm que estar sensibilizadas que, independentemente de haver ou não corte nos serviços, como acontece na água e essencialmente no abastecimento de água, deverão zelar pelo pagamento e pelo cumprimento das suas obrigações.

Dar uma nota positiva também para a redução que se verifica do ano transato para este, portanto, a bancada parlamentar do PSD encontra-se inteiramente informada sobre o ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto cinco por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2016 e anulação contabilística de todas as dívidas.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato, ao ponto seis. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para concessão de**

redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro). E concedeu a palavra à Câmara para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou, novamente, todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como também já é hábito, estes pontos, mais pequeninos, o senhor Presidente esvaziava aqui a minha participação, mas basicamente é esta mesma proposta que acabou de ler, a concessão de redução destes 30% de pagamento do IMI para titulares do cartão humanitário, neste caso para membros da corporação dos Bombeiros da Póvoa de Lanhoso e também da Cruz Vermelha Portuguesa. Não sei se depois têm alguma pergunta, estou naturalmente disponível para esclarecimentos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CSD-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta de redução de 30% do valor do IMI a pagar pelos titulares do cartão humanitário, o CDS-PP está inteiramente de acordo, como, aliás, tem vindo a ser a nossa posição nesta matéria ao longo dos anos, uma vez mais, enaltecemos o relevante e meritório serviço prestado aos povoenses, quer pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, quer pelo Núcleo da Póvoa de Lanhoso, da Cruz Vermelha Portuguesa.

Como já aqui referi no passado, este pequeno gesto de gratidão para com quem diariamente dá o seu melhor na prestação de socorro e assistência no nosso concelho é inteiramente merecido, pelo que votaremos favoravelmente a proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a esta proposta para concessão da redução de 30% do IMI para titulares do cartão humanitário, no caso os membros ativos dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e os membros do núcleo da Póvoa de Lanhoso da Cruz Vermelha portuguesa dizer que, de acordo com aquilo que tem sido a posição do PSD ao longo dos anos e também como forma de reconhecimento pela nobre missão que desempenham, votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado o ponto seis, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para concessão de redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Propostas da Câmara Municipal para:**

a) Aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2024 (a receber em 2025), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

b) Aprovação da fixação da taxa de derrama para 2025 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

c) Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano 2025, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

d) Aprovação da percentagem de 4,0% na participação no IRS do ano 2025, para efeitos os previstos na alínea b), n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à alínea a) que fixa as taxas do IMI para o ano 2024, a receber em 2025, nós propomos a redução para o mínimo que está previsto legalmente este ano, de frisar que, no que diz respeito à tabela de redução em função do agregado familiar, existe uma atualização em função dos dependentes a cargo, um dependente que era uma redução de vinte euros, passa para trinta euros, dois dependentes que eram quarenta euros, passa para setenta euros e três dependentes que eram de setenta euros, passa para cento e quarenta euros, portanto, há esta diferença este ano.

Em relação à alínea b), manter a taxa de derrama em 0%, é aquilo que tem sido feito ao longo dos anos.

Em relação à alínea c), manter a taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%.

E em relação à participação no IRS no ano 2025, propor a redução para os 4%, nós iniciámos o mandato nos 5%, fizemos uma redução o ano passado para 0.75 este ano

para 0.50 e propomos no próximo ano mais meio ponto percentual, portanto, para os 4%, 4.75%; 4.50% e 4%, assim é que é.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No que diz respeito à proposta de fixação das taxas de IMI para o ano de 2024 no valor percentual mínimo que se encontra ainda associada a tabela de deduções específicas que o senhor Presidente acabou de referir, em função da dimensão do número de dependentes, que este ano regista um aumento proveniente da lei publicada em outubro ao abrigo do programa mais habitação, o CDS-PP solidariza-se com a proposta e votará favoravelmente, como, de resto, tem vindo a fazer ao longo dos anos.

Relativamente à fixação da taxa de derrama em 0%, nada tendo contra a proposta em si, manteremos a nossa linha de pensamento nesta matéria, e optaremos uma vez mais por nos abster, tal como no ano passado. Fazemo-lo por entendermos que, apesar de a fundamentação da proposta ser válida nos argumentos e uma vez mais, bastante parca na contextualização da situação económica concelhia nesta matéria, temos vindo a solicitar ao executivo ao longo dos anos, a elaboração de um documento criterioso com dados e indicadores objetivos acerca da caracterização económica do nosso concelho que permita servir de ponto de partida para a aferição do crescimento económico concelhio.

Prova da necessidade do que temos vindo a dizer é que, ao contrário do que é elencado na proposta para o IMI, neste ponto, nada nos é transmitido relativamente ao custo desta medida para os cofres do município em matéria de perda de receita, voltamos a ver vertidos na proposta considerandos como "este município optou nos últimos anos, por não fixar esta taxa, representando um estímulo para a fixação e manutenção de empresas geradoras de desenvolvimento". Ou também, "a perda de receita por esta via é compensada com o reforço da criação de condições que fomentem mais e melhor emprego e crescimento económico". A pergunta que CDS-PP coloca é como é que se consegue chegar a estas conclusões sem indicadores que permitam aferir o crescimento e desenvolvimento económico do nosso concelho?

Relativamente à fixação da taxa de direitos de passagem, em 0,25%, nesta matéria o CDS mantém também a sua posição política e entende que as famílias deveriam ser aliviadas do pagamento desta taxa, não só na Póvoa de Lanhoso, como de norte a sul do país, os direitos de passagem deveriam, por princípio, ser cobrados aos operadores económicos que do espaço público beneficiam e com ele fazem negócio. Pelo exposto, mantemos a posição do passado e votaremos contra nesta proposta.

A fixação de 4% da participação do e IRS, em linha com o que dissemos no ano passado sobre as iminentes dificuldades económicas associadas ao aumento da inflação, parecem-nos que, infelizmente, no próximo ano de 2025, não haverá um desagravamento dessas mesmas dificuldades em virtude do difícil contexto mundial. Entendemos, por isso, ser sensato e louvável a redução em meio ponto percentual, a taxa de participação a cobrar em sede de IRS aos povoenses como medida compensatória que possibilitam um aumento do rendimento disponível das famílias. Nesse sentido, o CDS-PP solidariza-se com o executivo e com as famílias povoenses e votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos subpontos em análise, o PSD concorda na generalidade, votará favoravelmente, no entanto, merece aqui algumas notas dois dos subpontos, nomeadamente, relativamente à taxa de participação do IRS, é certo que o PSD nunca aplicou nenhuma redução enquanto poder, é justo dizê-lo, passou a propô-la quando oposição em virtude da crise financeira gerada na pandemia e na pós pandemia, mas certo, também, é que o PS é menos ambicioso no poder que na oposição, uma vez que, ao abrigo do estatuto de direito de oposição solicitava ou pedia ou exigia ao executivo o dobro da redução, portanto, neste momento, teria que se fixar em 3%, penso que era isso que era justo, era acompanhar a ambição que tinham em 2020.

Relativamente à taxa da derrama, a regulação da taxa de derrama, nós sempre dissemos que era conveniente regulá-la, nomeadamente o timing que foi indicado desde o início do mandato, era quando as obras da Via Circular Urbana estivessem em andamento ou perto da conclusão, uma vez que o Concelho seria mais atrativo e aí era importante pensar de uma forma justa de regular a taxa de derrama, infelizmente, não é com a urgência que todos pretendíamos, mas esperemos que esteja para breve. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Também a bancada do Partido Socialista é Solidária com esta proposta apresentada pela Câmara Municipal. Votaremos favoravelmente, mas fazer aqui só duas apreciações relativamente à alínea a) e à alínea d), que são duas alíneas que demonstram bem se

preferirmos, vou destacar aqui dois pontos positivos, o primeiro ponto positivo, isto mostra-nos a capacidade de cumprir compromissos deste Presidente de Câmara que, enquanto vereador da oposição e na oposição, comprometeu-se a trazer as taxas de IMI para o mínimo, a fixar as taxas no mínimo e é o segundo ano consecutivo que o faz. Era também um compromisso com os povoenses baixar aqui a taxa de participação no IRS e é um compromisso que também estava assumido e cumprido e, portanto, isto revela também outra coisa é que o Partido Socialista mantém a sua coerência, estando na oposição ou estando no poder, não há a tal mudança de chip que há bocado o senhor Presidente falava e que aqui o senhor deputado Diogo demonstrou e assumiu que efetivamente antes pensavam de uma forma e a partir do momento que passaram para a oposição, passaram a pensar de outra forma.

Neste lado, na bancada do Partido Socialista mantém-se a coerência e congratulámo-nos com estas medidas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, eu justifiquei a mudança de opinião, não é? Houve a crise financeira que também justificou aqui muitas alterações a nível de gestão autárquica, neste e no executivo anterior, e foi na sequência dessa crise financeira que nós propusemos a redução da participação da taxa de IRS, portanto, a mudança de chip não aconteceu. Aconteceu uma mudança de circunstâncias que levou a que fosse alterada a nossa posição, como outras foram alteradas, vocês também não reduziram aquilo que se proponham, eu só vim aqui chamar a atenção para a falta de coerência que vocês tiveram convosco próprios, na diferença da taxa de participação do IRS, não foi com a nossa incoerência. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria responder ao deputado Diogo Amaral. Eu acho que fez uma intervenção honesta, eu interpretei bem as suas palavras, acho que foi interpretado por toda a gente. No fundo, nós propomos, apresentámos determinadas propostas em cada momento em função do contexto, é verdade e, portanto, temos em momentos diferentes posições que podem ser diferente, não necessariamente demagógicas, mas posições que possam ser diferentes, porque o contexto é diferente. E chegámos à conclusão todos, que

não é tão fácil ser poder como quem está na oposição pensa e não é tão fácil ser oposição como quem estava no poder pensava. E, portanto, é verdade que nós em contextos diferentes, podemos ajustar honestamente a nossa posição, nós fizemos uma redução em linha com aquilo que íamos propondo. Eu gostava que a redução pudesse ser maior, infelizmente, não é possível, mas se for possível no futuro, e se daqui a um ano estivermos aqui a discutir o orçamento no mesmo contexto em que estamos atualmente e se eu tiver oportunidade e possibilidade de propor uma redução da taxa de comparticipação de IRS, tenho a intenção de o fazer. Digo eu hoje, daqui a um ano, podemos ter um contexto que me leve a ter que justificar, por que razão não há condições de o fazer, mas hoje temos essa intenção, e eu percebo a sua intervenção, e eu tenho a certeza que interpreta bem aquilo que eu lhe estou a dizer.

O deputado Pedro Afonso falou do efeito da taxa de derrama ser, mantermos a taxa de derrama nos 0%. Há um efeito, nós podemos medir e é fácil de medir a aplicação da taxa de derrama, se ela fosse aplicada, por exemplo, a todas as empresas que apresentam determinado volume de negócios. Volume de negócio não, determinado resultado, não é o volume de negócio, é o proveito, o resultado, mas há um efeito que nós sabemos e quem passa pela atividade empresarial sabe que, obviamente, todas as empresas são muito ou pouco beneficiadas com a ausência da taxa de derrama, portanto, esse estímulo que já existia no passado, não é? Portanto, esse estímulo, com ou sem medição, não estou a dizer que não tenha razão, mas podemos fazer essa medição, mas há um efeito que nós temos a certeza que existe. Todas as empresas são beneficiadas com a ausência da taxa de derrama, e basta compararmos com Guimarães ou com Braga, por exemplo, para percebermos a diferença entre ter uma empresa sediada na Póvoa de Lanhoso ou num desses concelhos, portanto, tudo o que beneficia a atividade económica, é positivo para os empresários, para as empresas, para os funcionários, para tudo o que gira à volta da atividade empresarial.

É verdade que nós poderemos ter de um dia fazer uma análise diferente. Acho que já o dissemos aqui, e já tivemos aqui essa discussão, penso eu, de fazermos uma análise diferente, que é há medida que as condições que nós oferecemos ao tecido económico que forem sendo diferentes, forem sendo mais do ponto de vista infraestrutural mais capazes, provavelmente poderemos, aliás, nesse momento não vamos inventar nada de novo se o fizermos, porque já acontece em alguns municípios, de determinadas empresas que têm determinados resultados pagarem ou a totalidade ou uma parte da derrama, portanto, nós temos de medir depois sim, é o efeito que isso tem, para as empresas tem algum impacto negativo para a atividade de uma empresa que tenha um volume e um resultado muito significativo. E se para o município e para os cofres do município, sem penalizar as empresas, se é útil ou não começarmos a cobrar um valor que pode e deve ter um retorno depois em termos de orçamento e em termos de investimento, por exemplo, nas vias de comunicação e noutras infraestruturas que queiramos ao longo dos próximos anos, dez, vinte ou trinta anos, concretizar. Isso deve

ser sempre pensado a médio prazo, na minha opinião, mas, de facto, a partir do momento em que nós tínhamos já outras infraestruturas disponibilizadas para o tecido económico, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou as alíneas do ponto sete, à votação do plenário, dando o ponto por terminado.

Deliberação a): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2024 (a receber em 2025), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação b): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 42 votos a favor e uma abstenção, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de derrama para 2025 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação c): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 42 votos a favor e um voto contra, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano 2025, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação d): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da percentagem de 4,0% na participação no IRS do ano 2025, para efeitos os previstos na alínea b), n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que conforme edital e convocatórias a sessão da Assembleia estava agendada para dois dias, e uma vez que se completavam as quatro horas de reunião, deu por terminada a primeira reunião, informando que a segunda reunião se realizaria no dia seguinte.

**Continuação da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2024 realizada
a 17 de dezembro de 2024**

Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2024, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado pelo primeiro secretário José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e segunda secretária Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso para continuar os trabalhos iniciados no dia anterior.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Elisabete Tinoco Vieira; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Pedro Vale da Silva.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: João António Rodrigues Marques; Sérgio Matias de Sousa Reis; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José Vítor Lopes Martins e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Maria Alice Rodrigues de Sousa.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 16 e 17 de dezembro de 2024 relembrando que a reunião do dia anterior tinha terminado com a deliberação do ponto

sete da ordem de trabalhos, pelo que passou ao ponto oito. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2025.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto oito refere a necessidade de alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos. Como é sabido, a taxa de inflação situa-se nos 2.1% este ano, o executivo decidiu propor esta taxa para a atualização destes três serviços e deixamos à consideração dos membros da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta do executivo para a fixação de taxas de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos a vigorar no próximo ano 2025, gostaríamos de tecer aqui alguns considerandos.

Não obstante a necessidade de cumprimento dos critérios impostos pela ERSAR quanto ao grau de cobertura de custos ter de ser superior a 90%, importa salientar que tal meta pode também ser alcançada não só pelo lado da receita com o aumento dos tarifários, mas também pelo lado do controlo de custos e da redução da despesa. Se reduzirmos as perdas de água, se evitarmos os acréscimos desnecessários à quantidade de esgoto a tratar nas nossas ETAR's também estaremos em condições de cumprir com as metas impostas pela entidade reguladora, pelo que deveria ser dado especial enfoque a esta via, ao invés de agravar os custos fixos das famílias povoenses.

Na sequência do voto de confiança dado no início de mandato, à proposta inicial do executivo de aumento dos tarifários com vista à melhoria da cobertura da rede e mantendo-nos fiéis às nossas convicções, da necessidade de prestação de um serviço de qualidade a todos os povoenses e volto a frisar a todos. É nosso entendimento que, tendo em consideração que não foram iniciados, ainda, os importantes investimentos de expansão da rede de saneamento a que o executivo se propôs e ao qual o CDS-PP foi solidário por defendermos igualdade de direitos e de tratamento a todos os povoenses, com especial sensibilidade por todos aqueles que, à data de hoje, ainda não são servidos por rede pública de saneamento, e que o aumento da cobertura efetuado nos últimos três anos, que nos coloca pouco acima de 53% de cobertura de rede de saneamento é manifestamente pouco para aquilo que todos esperávamos, a partir do início de 2022.

Não obstante, obviamente, todo o trabalho que tem vindo a ser realizado pelos serviços municipais nesta matéria, é entendimento do CDS-PP que seria justo nesta fase, não sobrecarregar mais os povoenses até ser dado um impulso importante na realização dos referidos trabalhos de expansão da rede de saneamento.

Com base nestas premissas, entendemos que, ao invés do sentido de voto manifestado no ano passado, é nosso dever de consciência para todos aqueles que não podem usufruir destes serviços, tomar a opção nos abstermos numa proposta que, na prática, agrava a economia mensal das famílias. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto da ordem de trabalhos, estamos a deliberar o aumento dos custos com água, resíduos e saneamento com base na taxa de inflação fixada pelo Banco de Portugal para o ano de 2025, que se situa na ordem dos 2.1%. Trata-se de um incremento anual a variar entre os oito e os doze euros, dependendo da tipologia do utilizador e tendo em consideração a disponibilidade dos serviços nas habitações dos mesmos.

Desde o início deste mandato que temos sido várias vezes confrontados com estes aumentos nas taxas de serviços essenciais aos munícipes da Póvoa de Lanhoso, de forma a garantir que o grau de recuperação de custos para estes serviços, água, saneamento e gestão de resíduos, esteja na ordem dos 90% e na ordem dos 100%, neste caso específico para os resíduos.

Senhor Presidente, uma vez que os indicadores da ERSAR têm sido sujeitos a alterações, pode informar sobre qual foi a taxa de cobertura de gastos em 2023 e em 2024, uma vez que no portal da ERSAR só temos disponíveis os indicadores de 2022? E qual a taxa de cobertura de gastos prevista para os serviços de água e saneamento, ou seja, a previsão para 2025, com este aumento calculado com base na taxa de inflação?

Adicionalmente, questiono, também, qual a razão objetiva para não existir a necessidade de se aumentar as taxas de saneamento, uma vez que, no ano passado não sofreram alterações e o senhor Presidente de Câmara há um ano atrás citou que relativamente ao saneamento, de facto, aquilo que tem acontecido é que nós temos tido a possibilidade de expandir a rede e de aumentar o número de ligações, também com um aumento de ligações à rede que permite outra sustentabilidade dos custos associados a esse serviço em particular e, portanto, associando a esses dados aquilo que os nossos técnicos concluíram foi que, neste momento, não temos necessidade de aumentar o custo para os munícipes deste serviço em concreto. Fim de citação. Não aumentámos no ano passado, este ano vamos ter que aumentar. Dá a sensação que o

serviço não está a ser financeiramente sustentável, será que o número de adesões à rede foi suficiente, o número de adesões à rede de saneamento? E qual é que, também, foi o investimento do município nesta área do alargamento da rede de saneamento?

Por último, interrogo a Câmara Municipal, se o município já efetuou alguma candidatura no âmbito dos fundos comunitários, no âmbito do Portugal 2030? Para a captação de fundos de investimento com vista ao desenvolvimento do nosso território com vista a garantir este serviço à população? Para já é só, obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A minha intervenção foca-se essencialmente num dos pontos que o deputado Pedro Afonso aqui trouxe, e na qual me revejo integralmente, que tem a ver com as percas de água, percas, furtos de água e similares, e eu gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, que é que tem sido feito por parte do município para debelar estas situações, porque, de facto, é uma preocupação, tem que ser uma preocupação de todos nós, que os munícipes cumpridores, tenham que suportar um valor considerável a favor daqueles munícipes que são incumpridores, e, por isso, acho que, de facto, tem que haver aqui um cuidado redobrado na fiscalização, mais a mais quando temos se é verdade que os técnicos fizeram referência, ao facto do ponto de vista financeiro haver sustentabilidade e dessa forma, provavelmente, nem haver necessidade de aumentar os valores e isso é um bom sinal, quer dizer que o município tem uma saúde financeira apreciável, mas é verdade também que a ERSAR e todas as entidades reguladoras ou até defesas de consumidores, como, por exemplo, a Deco Proteste, que aqui trago, fazem a defesa que os preços devem ser aumentados precisamente para, também, sensibilizar os utilizadores para o cuidado que devem ter com este tipo de utilização.

Mas, sobretudo, a minha intervenção vai neste sentido de apelar ao reforço, até porque em sessões da Assembleia Municipal passadas têm sido dados aqui alguns maus exemplos de utilizações que não são propriamente depois compensadas financeiramente pelo serviço prestado pelo município e acho que é importante que o município tenha esse cuidado e tenha essa fiscalização perante os incumpridores, sejam eles particulares, sejam eles empresas ou outras coletividades. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom por ordem, começando pelo deputado Pedro Afonso, nós, a Póvoa de Lanhoso, a região e o país, estamos inseridos numa economia de mercado e não é preciso ser grande economista para saber que uma economia de mercado rege-se por regras, e as regras têm que ver muitas vezes com a atualização de preços que têm que ver com a inflação, portanto, uma atualização de preços, que está relacionado, que está associada à taxa de inflação, é uma prática comum na União Europeia, em Portugal, e os municípios podem ou não aplicar esta prática, dependendo, aí está e de encontro à intervenção do senhor deputado, dependendo também dos objetivos que se proponham a cumprir.

É importante recordarmos que uma taxa de cobertura de custos ou de gastos, de até 90% significa, este foi o limite que estabeleceu a ERSAR, digamos assim, mas significa que qualquer estrutura que tenha uma taxa de cobertura que esteja situada nos 90% continua a ter 10% de despesa, que não é coberta, portanto, a ERSAR define as suas próprias metas, há municípios que referiu que valorizam mais outros que valorizam menos, mas elas são, do meu ponto de vista, relevantes, já agora, do meu ponto de vista e não só, do ponto de vista dos executivos anteriores também, já aqui discutimos, eu não vou repetir a discussão toda dos documentos que foram assinados por anteriores Presidentes de Câmara que tinham que ver, precisamente com compromisso de atingir as metas estabelecidas pela ERSAR, em que então, nesses mandatos, os anteriores Presidentes de Câmara se comprometeram a atingir essas metas, por alguma razão o fizeram, portanto, o meu entendimento é que os anteriores executivos e este executivo valorizam o facto de a ERSAR definir como meta uma taxa de cobertura de gastos de 90%.

Em cada momento, ou melhor, em cada ano civil e em cada orçamento que preparámos em cada ano civil, deve o executivo municipal perceber qual é a previsão técnica daquilo que possa vir a ser a necessidade de atualizarmos ou não as taxas, em função das metas da ERSAR, da eficiência dos serviços, claro, do número de novas ligações que são solicitadas ao longo de determinado ano civil, do alargamento da rede, porque muitas vezes, o alargamento da rede não é sinónimo de novas ligações de imediato, a rede é alargada, acontece na água também, a rede é alargada e as novas ligações são solicitadas ou não, muitas vezes são solicitadas quando as pessoas têm necessidade, portanto, até porque estamos a falar de uma realidade em que muitas das habitações no que toca à água e ao saneamento, também, muitas das habitações já têm solução, já têm que ter solução. Imaginemos uma habitação que, neste momento, tenha um poço ou um furo e que tenha uma fossa, que normalmente é essa a solução que é aplicada para este tipo de necessidades, se amanhã tiver abastecimento de água no lugar de Vilarinho de Cima, por exemplo, ou se tiver saneamento, as pessoas já têm todas solução, portanto, nada indica que vão imediatamente pedir as ligações, vão pedir à medida que for sendo necessário ou porque tem um ano muito quente e por razões de seca, isso aconteceu há dois anos atrás, tivemos muitas solicitações, porque o verão foi

muito quente, e os senhores Presidentes de junta, sabem isso, tiveram muitos casos desses, e sabem que nós também tivemos. Relativamente ao saneamento é uma solução, digamos que é um serviço diferente, porque geralmente as pessoas sentem-se servidas e depende do volume de uso e aí costumamos ter duas realidades diferentes. O domicílio e o comércio, não é? Comércio, normalmente, tudo que é restaurantes, cafés têm necessidades diferentes e geralmente são aqueles que sentem mais necessidade e até fazem, entre aspas, mais pressão para que estas soluções surjam.

Portanto, isto para dizer que o alargamento de rede não significa automaticamente aumento do número de ligações e nós devemos em cada ano fazer, reequacionar toda essa fórmula para percebermos se é ou não necessário alguma atualização. Eu não lhe sei dizer qual é a meta que está prevista em termos de cumprimento do que está estabelecido pela ERSAR no próximo ano, mas sei-lhe assegurar que está seguramente acima dos 90%, estará, no limite nos 90%, hipoteticamente, mas tem que estar nos 90 ou mais, porque foi isso que nos comprometemos a fazer desde o início do mandato, é isso que temos cumprido.

Relativamente à questão do deputado Pedro Silva, nós temos, há dois tipos de perdas, quando estamos a falar no caso da água, há dois tipos de perdas de rede, há as perdas por furto e as perdas por acidente, acontece a muitas pessoas, já me aconteceu a mim, até, haver uma fuga e essas fugas não serem detetadas. Todos nós já, com certeza, já conhecemos situações dessas e, portanto, essas perdas têm uma razão de ser, elas geralmente são detetadas tecnicamente, são referenciadas junto da Câmara Municipal, junto dos serviços, até porque isso depois tem algum efeito em termos de tarifa ou de aplicação de tarifa, geralmente, está tipificado já desde mandatos anteriores, as outras perdas por furto têm que ser detetadas e, portanto, o trabalho tem sido feito nesse sentido e vamos continuar a fazê-lo e sempre que é detetada alguma situação do género, as pessoas são notificadas para corrigir.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, só não me respondeu foi à questão da taxa de cobertura em 2023 que era só para ter o termo de comparação depois para 2022. Se o conseguir dar agora, se não pronto, mas depois em momento oportuno pode dar isso. Pronto, de água e saneamento, estamos explanados, agora eu queria era falar sobre os resíduos, porque na assembleia passada eu questioneei a Câmara Municipal sobre a obrigatoriedade de implementação do tarifário com base no conceito utilizador/pagador por força de um decreto-lei que foi publicado em março deste ano, que iria exigir então aqui uma revisão ao regulamento municipal e também uma reflexão por parte do

executivo sobre a maneira como nós vamos fazer aqui a gestão dos resíduos no concelho e que também, neste caso, e que prevê a indexação das tarifas de resíduos aplicadas à efetiva produção dos resíduos, de forma a responsabilizar os produtores que os fazem a partir deste ano, referiram que se encontravam em consulta de mercado para assessoria da implementação deste tarifário. Gostaríamos de saber qual é o ponto de situação, se já tiveram algum andamento na revisão deste Regulamento Municipal da Gestão de Resíduos e qual a previsão de implementação deste tarifário no concelho? Neste caso, só para os utilizadores não-domésticos, os domésticos só se prevê para 2030.

Este diploma legal também prevê, em matéria de aplicação da taxa geral de resíduos, a devolução aos municípios de 30% por via do fundo ambiental, do valor pago da TGR naquela ano, ou seja, caso os municípios demonstrem investimento por parte da reciclagem dos resíduos de embalagens, que é o caso do município da Póvoa de Lanhoso, estaremos aqui a falar num retorno na ordem dos cinco mil, seis mil, dependendo do número de fogos e dependendo da tarifa da TGR que é acautelada conforme o consumo de água, gostaria de saber como aqui estes fundos são para aplicar em investimentos para a recolha seletiva de bio resíduos. Se já tem algum planeamento para o mesmo?

Juntamente também a este ponto, gostaria de interrogar se já apelaram junto do Conselho de Administração da Braval, a Póvoa de Lanhoso e os outros municípios, para que o aumento de custos deixe de ser suportado por estes aumentos indexados com base na taxa de inflação. Isto advém do facto, também, houve um despacho, ou seja, um decreto-lei que diz que as entidades em alta vão receber mais contrapartida financeira pela recolha seletiva dos resíduos e também na triagem dos resíduos seletivos, na recolha indiferenciada e isto é um valor brutal porque estamos aqui a falar de taxas percentuais na ordem dos 150% para os resíduos de embalagens, outros na ordem dos 68%, tendo em conta estes dois pontos, não conseguimos perceber o porquê deste aumento nos resíduos, porque, neste caso, ainda são calculados, conforme o consumo da água e estamos aqui a penalizar, os utilizadores, podem consumir assim muita água, mas se podem não produzir resíduos que justifiquem o valor que se paga. E também, porque temos aqui uma alteração legislativa que permite às entidades em alta, este reforço financeiro e também aqui um investimento por parte do Governo para que os municípios invistam no sistema de recolha dos resíduos.

Não obstante, o grupo parlamentar do PSD irá abster-se no presente ponto. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e concedeu, novamente, a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à taxa de cobertura, eu não a tenho presente de cabeça e até estranho que ela não esteja ainda disponibilizada pela ERSAR, mas é estranho porque costuma estar já, mas, como lhe dizia há momentos, estará seguramente acima dos 90%, estarão todas no final deste mandato em relação aos quatro anos.

Relativamente à atualização que referiu, ela requer uma alteração regulamentar. Nós temos os regulamentos em revisão e, portanto, a consultoria que referiu também há de apresentar as suas conclusões e nós vamos, a intenção é verter essas conclusões no regulamento que é precisamente o mesmo regulamento que nos impede de, de momento, poder mexer em qualquer tarifa, portanto, podemos considerar justo ou injusto, mas é verdade que, desde há muitos anos a esta parte o consumo de água tem influência depois na taxa, no pagamento dos resíduos e, portanto, acho que estamos hoje, e após todos estes anos, todos de acordo que é preciso encontrar um barómetro diferente, uma forma diferente de fazer essa medição, mas até que seja concluído esse trabalho, vamos ter que nos cingir a manter o modelo atual.

Relativamente ao efeito da recolha dos bio resíduos, nós somos, eu diria que somos dos municípios, nós e os restantes municípios na Braval sim, mas somos dos municípios que está, digamos assim, mais adiantado em relação a esse processo. Nós já estamos na segunda fase, começamos numa primeira fase no núcleo urbano e já estamos numa segunda fase nas freguesias com maior predominância urbana e sim, a pretensão é que possamos ver refletido esse efeito na TGR, como sabemos, a taxa de gestão de resíduos é dos maiores encargos, no nosso caso não, mas noutros casos no país, como eu dizia ontem, nós somos o sistema de recolha dos resíduos que tem tarifário mais em conta para os municípios.

Ontem surgiu aqui essa dúvida, mas para os municípios, de facto, eu estava a falar dos municípios, o senhor deputado, estava a falar dos consumidores, dos munícipes, portanto, estamos a falar de coisas diferentes, e a nossa pretensão é que consigamos continuar a ter uma taxa competitiva, sem querer voltar à discussão de ontem, a mesma taxa competitiva dentro do equilíbrio que é exigido à operação em termos de eficácia e de impacto, ou de danos colaterais se lhe quisermos chamar assim, mas sim, estamos de acordo em relação à necessidade de continuar a fazer esse caminho, até porque, do ponto de vista legislativo, do ponto de vista da legislação europeia é um caminho inevitável. Portanto, quem ainda não iniciou terá que o fazer, nós já estamos bem avançados no processo. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos, pelo que colocou o ponto oito à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 18 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários

dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2025.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto nove da ordem de trabalhos. **Ponto Nove: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, bem como o respetivo Organograma, para o exercício de 2025, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, de facto, este ponto, requer o debate em torno do organograma que tem poucas alterações este ano. Estamos a falar provavelmente da principal alteração que é o gabinete jurídico passar da alçada da gestão administrativa para o executivo. Depois temos aqui ligeiras alterações que têm que ver, por exemplo, com a redesignação da Divisão de Educação e Serviços Sociais que passa para educação e saúde, e depois os serviços de ação social que passam a reportar diretamente à presidência, neste caso à senhora vereadora responsável por esta área. E não há mais nenhuma alteração significativa se não estas.”

Depois o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta do executivo para aprovação do regulamento da Organização dos Serviços Municipais, congratulamo-nos com a atenção dada pelo executivo às sugestões que aqui vamos trazendo e cujo acolhimento esperamos ser vantajoso para o bom funcionamento dos serviços prestados à população. Apesar de vermos com agrado a reestruturação promovida no âmbito da criação do gabinete jurídico e de contraordenações que passa a estar sob a alçada direta da presidência, como o senhor Presidente, acabou de referir o que, em si só, atesta a pertinência da observação que vos formulamos no passado, mas importa, desta feita, questionar se existirá um reforço efetivo de recursos humanos deste gabinete, dada a extrema importância das funções que lhe são solicitadas e a abrangência do auxílio que presta a todas as outras divisões municipais?”

Uma outra questão que gostaríamos de ver explicada é a seguinte, no organograma do ano passado, previu-se a criação do Departamento de Gestão Autárquica, cuja importância aqui foi relevada à data pelo senhor Presidente e cuja vaga se encontra ainda hoje por preencher. A questão que lhe coloco é a seguinte, senhor Presidente, neste caso e para utilizar a mesma terminologia que empreguei no passado, quando aqui mencionei o departamento jurídico, mais do que coxo neste caso, o departamento de gestão autárquica é inexistente, o que nos leva a pensar em duas situações possíveis, ou este departamento não fazia realmente falta nenhuma ou então estamos há um ano a padecer de uma melhoria significativa na organização funcional dos serviços. Fica a questão.

Como nota final relativamente à votação deste ponto, por entendermos que a organização dos serviços deve ser da inteira responsabilidade do executivo em funções, impera que a sua adequabilidade, respeite o modelo de gestão por este pretendido, não cabendo à oposição mais do que alertar para eventuais falhas ou deficiência na prestação dos serviços. Nesse sentido, o CDS optará por se abster no presente ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta em análise da organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, com enfoque na gestão e valorização dos recursos humanos como elemento essencial para a eficiência dos serviços públicos. Sublinha-se que os recursos humanos são fundamentais para assegurar o serviço público de qualidade. Reconhece-se que a valorização, motivação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores promovem maior eficiência, eficácia e compromisso com as metas institucionais. Propõe-se ainda uma política integrada de gestão de pessoal, abrangendo o recrutamento, formação e avaliação de desempenho e o bem-estar no local de trabalho.

Ressalta-se ainda a necessidade de se fomentar um ambiente organizacional que combine inovação com proximidade ao cidadão, contudo, naturalmente, nada mais é importante do que planear com modelos teóricos impecáveis e organigramas que brilhem no papel, mas não podemos ignorar o verdadeiro motor de eficácia organizacional que reside nas pessoas, porque no final do dia, a teoria pode até sustentar a burocracia, mas são as pessoas que fazem os serviços funcionar. E é nesta ordem de pensamento que Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta que nos foi apresentada precisamente de alteração do regulamento da Organização dos Serviços Municipais para o exercício de 2025 evidencia alterações na estrutura, na competência e na gestão dos serviços municipais da Câmara Municipal, passo o pleonasmo.

Ora, o que temos atualmente é um modelo que reside no equilíbrio entre as unidades orgânicas nucleares e flexíveis, portanto, o que temos são departamentos, divisões e gabinetes claramente definidos e que estão alinhados com as necessidades funcionais do município.

Agora, nesta proposta, são introduzidas novas sob unidades, há um aumento no detalhe de competências das divisões específicas na área da educação, como disse o excelentíssimo senhor Presidente, no ambiente e no urbanismo. Há também ajustes na hierarquia de algumas divisões, pese embora, entendemos e admitimos que possa haver benefícios em termos de especialização, perguntamos, foi feita uma avaliação quanto à necessidade de este desdobramento destas novas subunidades, garantindo que a sua criação vai efetivamente contribuir para a eficiência dos serviços? E não estejam apenas a tratar-se aqui de gastos que poderiam ser desnecessários? Isto porquê, porque corre-se o risco de gerar sobreposição de funções e até redundâncias. Para além do que temos hoje em dia no modelo atual, que tem o enfoque nos princípios da desburocratização, da proximidade aos munícipes e na gestão por objetivos.

Esta proposta introduz uma maior ênfase na inovação tecnológica, como não poderia deixar de ser, na inovação tecnológica, na modernização, isto tudo alinhado com estratégias de digitalização dos serviços públicos, obviamente que a inclusão da inovação é positiva, no entanto, ela terá de ser acompanhada de capacitação dos trabalhadores. O plano, ou se quisermos, a forma como esta implantação da capacitação nos senhores funcionários irá ser feita, não está claramente especificado no documento que agora nos foi apresentado. E nesta linha de orientação, entendemos que seria necessário e interessante que o regulamento explicitasse indicadores de desempenho para avaliar os benefícios desta modernização, que efetivamente, como sabemos, nós só podemos controlar aquilo que conseguimos medir, tudo o resto fica na base das hipóteses.

Esta nova proposta também especifica melhor as funções dos cargos de direção e dos técnicos intermediários, com ênfase no acompanhamento e avaliação de desempenho. Esta especificação é bem-vinda, mas para garantir precisamente que estas metas sejam cumpridas, é necessário a elaboração de indicadores de desempenho, e que também não são visíveis na proposta.

Na relação com os munícipes, com os cidadãos, portanto, e a sua participação pública, a proposta reforça a criação dos canais digitais de interação com os municípios. Embora os canais digitais sejam de absoluta relevância, a proposta não menciona como é que será

garantida a acessibilidade àqueles munícipes, que não têm apetências informáticas ou que não tenham conhecimentos digitais. Eu posso avançar aqui um exemplo muito concreto que não se passou neste município, mas num município vizinho, em que um senhor, já com uma certa idade, vê constantemente durante o inverno a sua estrada, sai de casa e tem ali a estrada completamente alagada por uma ribeira, o que é que faz? Dirige-se aos serviços da Câmara Municipal para apresentar, não é uma queixa, para apresentar a situação e é-lhe dito constantemente, faça-o na plataforma. Ora, um idoso que não tem conhecimentos digitais não vai conseguir fazê-lo. É apenas uma chamada de atenção e, portanto, deverão, no nosso entender, ser incluídas medidas inclusivas que permitam a estas pessoas com menos apetências digitais informáticas, possam elas também interagir e possam proceder, talvez através de pontos de apoio, que façam essa ponte entre as pessoas e o município e também, para além disso, esses pontos de apoio também podem ministrar ensino de competências informáticas e dos serviços online.

Finalmente, o impacto financeiro desta medida? Entendemos que não é apresentada uma análise e muito menos detalhada sobre os custos adicionais decorrentes da reestruturação que agora nos é proposta e era, no nosso entender, absolutamente necessário incluir na proposta deste regulamento em discussão, uma análise de orçamento que justifique quer as alterações que estão agora a ser propostas, quer que venha demonstrar precisamente a sua viabilidade financeira.

E, portanto, o grupo parlamentar do PSD entende que esta proposta apresentada à Assembleia Municipal carecia e carece desta minúcia, destes pequenos detalhes que foram mencionados. Estes detalhes, quer quanto à sua viabilidade prática quer quanto aos impactos financeiros nas contas do município, e adverte-se que é necessário garantir que estas mudanças que agora são propostas, sobretudo ao nível destas especificações das competências e com a integração da inovação, tragam uma efetiva otimização da eficiência dos serviços municipais, pois só assim haverá benefícios reais e até mensuráveis para os povoenses. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deputado Pedro Afonso, a propósito da pertinência do gabinete jurídico e da importância e transversalidade do mesmo, a alteração do organigrama não altera absolutamente em nada aquilo que disse, portanto, o gabinete jurídico já era crucial, continua a ser, era transversal, continua a ser, e o volume de trabalho que tinha continuará a ter, portanto, se nós tivéssemos, e não estou a dizer que não tínhamos que o fazer um dia, mas tivéssemos que reforçar do ponto de vista dos recursos humanos, a equipa do gabinete jurídico já teríamos que o ter feito antes e não por esta razão,

portanto, o gabinete jurídico tem, é provavelmente dos serviços mais, interpretem bem a minha palavra, mais camuflados da Câmara Municipal, porque está presente em tudo, e é pouquíssimo visível, e nós entendemos que encontraríamos, digamos assim, melhorias de eficácia na comunicação e na forma como no dia a dia, podemos tratar os assuntos, colocando o gabinete jurídico diretamente sob a alçada do executivo, precisamente para que possam surgir ainda melhores indicadores em termos de eficácia e de resultados do que aqueles que já temos e que já são muito positivos, portanto, uma coisa não pressupõe outra. Se um dia tivermos de fazer algum reforço dos recursos disponibilizados ao gabinete jurídico, fá-lo-emos, independentemente desta alteração.

Relativamente ao departamento de gestão autárquica, para além das duas possibilidades que colocou, existe uma terceira, que eu acho que o senhor, como homem atento, deve ter percecionado. Nós lançámos o concurso público e o concurso público não teve nenhum concorrente que tenha preenchido os requisitos e, portanto, aquilo que acontece é que a autarquia continua a manter exatamente aquilo que disse há um ano atrás, o Presidente da Câmara Municipal mantém exatamente os mesmos propósitos que comunicou há um ano atrás, precisaremos de encontrar uma solução através de concursos externos ou internos, ou outro tipo de solução, mas precisaremos de encontrar uma solução que nos assegure que tínhamos, tão breve quanto possível, um diretor de gestão autárquica, ou uma diretora de gestão autárquica que assegure o reforço de capacidade técnica que eu defendia no momento e que continuo a defender. Acho que todos os serviços vão ter muito a ganhar com isso, precisamos, de facto, é de encontrar alguém que tenha o perfil certo, a experiência certa e que seja a tal mais valia que nós pretendemos que seja, porque se assim não for também não será uma inutilidade, mas não será tão útil como eu desejo que seja e, portanto, essa visão mantém-se, vamos ver o que nos traz o ano de 2025, mas admitindo que temos um horizonte de um mandato completo pela frente dentro de 2025 e 2029, eu enquanto gestor autárquico, pretendo se tiver essa possibilidade de assegurar que a Câmara Municipal tenha esse reforço de capacidade técnica para que no próximo mandato isso seja notório.

A deputada Sónia Fernandes colocou algumas questões, a primeira sobre a necessidade do desdobramento, se existe ou se não existe, naturalmente, existe. Se ela não existisse, não estava verificada na proposta que nós apresentámos e essa necessidade é detetada como será compreendido por todos e compreensível, é detetada pelo executivo, e decorre da experiência de três anos em que tivemos oportunidade de fazer algumas mexidas, durante estes três anos, sugerimos outras mexidas, criámos uma nova divisão, mas se eu recuar 19 anos, não é? Durante dezanove anos, nós tivemos várias mexidas no organigrama ao longo dos anos, que são mexidas perfeitamente, podíamos recuar 50 anos se quisesse, eu digo 19 anos, porque, mas se recuarmos alguns anos, naturalmente, encontraremos vários momentos em que os mesmos executivos encontraram necessidades diferentes. Isso é normal, acontece numa empresa, acontece numa autarquia, acontece em qualquer organização em que a determinado momento,

percebemos que será mais eficaz fazer esta ou aquela alteração, portanto, as coisas, a vida é feita de mudança, e um democrata que se fosse vivo, teria completado cem anos recentemente, dizia que só os burros é que não mudam, não é? Não sei se estão familiarizados com o termo, foi o Mário Soares que disse isso, portanto, acho que a vida é feita de mudança e nós vamos evoluindo, vamos mudando, vamos atualizando, não temos sempre razão, o que eu pensava, ainda ontem tínhamos aqui um debate sobre aquilo que se pensava quando se está na oposição e no poder, ali com o deputado Diogo, e é verdade que nós vamos evoluindo e vamos mudando, sempre com o objetivo de melhorar a estrutura que temos à disposição, e a gestão que fazemos dessa estrutura e é daí que nasce a necessidade do desdobramento.

Relativamente à capacitação dos recursos humanos, naturalmente, nós temos essa preocupação, nós não alterámos por decreto, queremos que as pessoas depois possam ser capazes de estar à altura das necessidades e do desafio, aliás, posso assegurar, está ali até a responsável dos recursos humanos da Câmara Municipal, a Dra. Joana Martins que sabe, como muitas pessoas sabem, pelo menos, os que trabalham comigo, que nestes três anos, sempre que recebi da parte de algum funcionário, a pretensão de fazer determinada formação, a minha resposta foi sempre a mesma, foi sempre sim, sempre sim, estou a falar de formação, independentemente de ser a formação, que está ou não prevista legalmente e que é obrigatória, estou a falar de todo o tipo de formação.

Portanto, ainda a semana passada tive um chefe de divisão que tinha a pretensão de fazer uma formação juntamente com a pessoa que está sob a alçada dele, comunicou-me isso, e a minha resposta foi a de sempre, sim, claro, todos sabem que é importante assegurar que os serviços continuam a funcionar dentro da normalidade. Uma coisa não pode impedir a outra, nem nunca impede, portanto, esta é a melhor forma que tenho de lhe responder à capacitação dos funcionários, porque por parte do responsável pelos recursos humanos, que é o Presidente da Câmara Municipal, neste mandato, eles têm uma espécie de carta-branca para tudo o que tenha a ver com formação.

Sobre a avaliação eu, não sei se percebi bem a sua questão relativamente à avaliação e se por acaso não responder de forma clara à sua pergunta, peço que depois peça esse esclarecimento, que está aliás previsto no regulamento, sobre a avaliação de desempenho, nós temos como sabe, um sistema que está implementado, nós o país, a administração pública, chamado SIADAP. E o SIADAP rege os critérios para a avaliação de desempenho que estão diretamente relacionados com a definição de objetivos também com as competências de cada um, com as funções de cada um e com a definição de objetivos de cada serviço e, portanto, esse é um processo complexo, que vai passar de bianual a anual, portanto, provavelmente o grau de complexidade, é um pau de dois bicos. Eu já dei por mim a pensar nisso várias vezes, o grau de complexidade pode tornar-se maior ou podemos até entrar numa frequência de tal ordem relativamente à avaliação que passe a ser um processo normalizado, não é menos rigoroso, isso noutros tempos, talvez, mas não é menos rigoroso é menos tenso no

sentido em que é sempre um processo delicado e tenso e que as pessoas tendem a sentir, por vezes, alguma injustiça que decorre das quotas, não é? Todos os modelos que estão quotizados podem, naturalmente, arrastar situações de injustiça e isso tem acontecido, por vezes acontece, já acontecia ao longo dos anos também, e na avaliação que já fizemos neste mandato, é natural que tenha surgido algum tipo de situação que se pudesse considerar injusta, porque decorre precisamente do facto de estarem quotizadas as avaliações.

Relativamente aos processos e à digitalização dos processos. Eu acho que é recomendável, eu não sei se todas as autarquias estão a pensar fazê-lo ou não, mas acho que é recomendável que nunca estejam completamente eliminadas as possibilidades de as pessoas poderem instruir o processo de forma tradicional, se lhe quisermos chamar dessa forma, tradicional, a digitalização é importante, a desmaterialização é importante, mas a verdade é que continuamos a ter nem que seja um município, o potencial de uma pessoa que precise de usar meios diferentes que possa continuar a ter esses meios à disposição, ainda que o caminho que deve ser feito e nós próprios estamos a fazer também esse caminho de reforço dos meios, por exemplo, em relação ao balcão móvel que vai estar disponível a partir do próximo ano e que vai ter uma periodicidade de circulação pelas freguesias, portanto, as pessoas vão poder recorrer ao balcão móvel, não precisando de recorrer ao balcão único da Câmara Municipal. Estamos neste preciso momento a fazer um levantamento. Já recebemos a informação de uma dessas duas juntas de freguesia, estamos a fazer o levantamento de custos da freguesia de Taíde e da freguesia de Monsul para podermos com os senhores Presidentes de junta estabelecer um protocolo que reforça os meios e no fundo, acaba por compartilhar uma parte da despesa que tem tanto a Junta de freguesia de Taíde, como a Junta de Freguesia de Monsul, para que o serviço que é prestado nestas duas freguesias possa ser completado pelos serviços que nós prestamos no balcão único, também, isso permitirá fazer com que as pessoas do Vale do Cávado e do Vale do Ave possam ter mais essa alternativa em termos de recurso a serviços da Câmara Municipal, descentralizados, mas, independentemente desse caminho, eu acho que não devemos, aliás, temos feito isso relativamente aos processos de urbanismo em que tivemos aqui um período transitório que se foi mantendo e que se foi prolongando em que as pessoas podem apresentar processos via digital, mas podem continuar a fazê-lo como era feito até termos a plataforma em funcionamento, sendo certo que aí estamos a falar de um serviço diferente, porque geralmente o município recorre a um técnico, um desenhador, um arquiteto, alguém que tenha um gabinete e que tem meios e tem possibilidade de poder fazer o carregamento deste tipo de documentação e de ficheiros.

Eu penso que respondi às questões todas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos, pelo que colocou o ponto nove à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 18 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, bem como o respetivo Organograma, para o exercício de 2025, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dez da ordem de trabalhos. **Ponto Dez: Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para aprovação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2025, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 3.º n.º 2 alínea a), do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao mapa de pessoal, lembrar aquilo que nós temos vindo a discutir todos os anos quanto a este documento, o mapa de pessoal prevê a possibilidade de serem preenchidas determinadas vagas em função das várias categorias e as várias carreiras da função pública que estão previstas no mapa, como já tínhamos percebido antes deste mandato, pela experiência que fomos tendo enquanto autarcas na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, nem sempre as vagas que estão previstas no mapa de pessoal são preenchidas, são meras possibilidades e o executivo municipal entendeu manter essas possibilidades em aberto e ir estrategicamente, percebendo se fazia, ou não, sentido lançar os concursos e levar a cabo procedimentos que pudessem, de certa forma, criar uma solução diferente daquela que tem sido a solução que eu expliquei ontem e que posso voltar a explicar hoje que tem a ver com os contratos de prestação de serviço.

A estratégia da Câmara Municipal neste mandato, passou e passa por reforçarmos os serviços ou criarmos novos serviços com recurso aos contratos de prestação de serviço, de forma que nós tínhamos também o tempo necessário e possamos experimentar, ter a experiência suficiente em relação a cada reforço e a cada serviço que foi criado para podermos tomar uma decisão mais consolidada que é a abertura de concurso, quando acontecer e eu espero que aconteça no início do próximo mandato, possam esses concursos, substituir os contratos de prestação de serviço, portanto, estas vagas estão

propostas no mapa de pessoal. Podemos ter alguma necessidade ao longo do próximo ano, de lançar algum concurso, ou até de preencher alguma delas por mobilidade, já aconteceu neste mandato, também, pontualmente e, por isso, por uma questão de coerência, também decidimos manter o número de vagas, embora tenhamos feito uma distribuição diferente, precisamente porque achamos que a estratégia deve ser adaptada ao longo do tempo. As necessidades não são sempre as mesmas, mas a justificação para o documento que têm para análise, é essa e a razão pela qual ele foi sendo gerido ao longo do mandato, da forma que nós o gerimos é a razão pela qual eu acabei de dar estas explicações, também.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à aprovação do mapa de pessoal e plano plurianual de contratação, como tive oportunidade de referir no ponto anterior e seguindo a mesma linha de pensamento que temos vindo a defender ao longo deste mandato, o CDS-PP entende que a organização dos serviços e, conseqüentemente, o mapa de pessoal, a eles adstrito, está diretamente ligada ao modelo de governança pretendido pelo executivo, sendo por isso, da sua inteira responsabilidade.

O principal considerando a tecer tem que ver não com o número de vagas inscritas no mapa, noventa e um no caso, tal como no ano passado, mas com a gestão de expectativas dos colaboradores em funções no município, se exercem funções, certamente é porque são necessários, se são necessários como é possível perpetuar-se a precariedade ao longo de vários contratos a recibos verdes? Atendendo que cerca de mais de 120 pessoas prestam serviços, nestas circunstâncias, seria expectável que os seus vínculos contratuais fossem clarificados. Este tipo de vinculação estagna a vida das pessoas, privando-as das mais elementares garantias previstas na constituição, como, por exemplo, o direito à habitação, na medida em que qualquer instituição bancária lhes nega o acesso a um crédito habitação ou mesmo quanto à viabilidade de constituir família, tal o grau de incerteza e instabilidade económica com que vivem diariamente, sendo o município da Póvoa de Lanhoso distinguido com a bandeira de autarquia mais familiarmente responsável, faria sentido que se atentasse a esta questão de uma forma mais objetiva, de modo a garantir maior segurança a todos aqueles que diariamente contribuem para a qualidade de vida dos povoenses.

Assim mantendo interpretação idêntica à do ano passado, optaremos por nos abster neste ponto. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Pela análise da proposta que foi agora apresentada pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, do mapa de pessoal e plano anual de recrutamento para 2025, temos necessariamente um foco e um alerta nos seus impactos económicos e financeiros. Certo é que esta é uma discussão que já tem vindo a ser tida nesta casa, de que efetivamente não estão a ser contratados 91 pessoas, não estão aqui em causa 91 postos de trabalhos, mas são gavetas, como se tem utilizado muito esta expressão, mas efetivamente se, se abre esta possibilidade, é porque alguma vez irão ser preenchidas.

A contratação que agora é proposta adicionará às contas do município custos fixos há, portanto, um impacto direto elevado à estrutura municipal e que, naturalmente, vai reduzir a flexibilidade para enfrentar, por exemplo, choques financeiros, crises, digamos ou então até redirecionar verbas para projetos prioritários. Há também, naturalmente, decorrente da contratação, os impactos indiretos com todos os encargos adicionais que advêm de uma contratação, com formação, com as substituições, etc., etc.

Portanto, há um aumento significativo, ou haverá um aumento significativo das despesas correntes e, portanto, um possível comprometimento da flexibilidade orçamental e um possível desequilíbrio orçamental, especialmente se as receitas que estão projetadas não se concretizarem ou se os custos forem subestimados, pese embora o plano que é apresentado pelo município, apresente méritos em termos de modernização e reforço nos recursos humanos. Como dizia há pouco o colega Miguel Pereira, no entanto, entendemos que ele não está suficientemente detalhado quanto ao impacto financeiro direto e à sustentabilidade orçamental.

A proposta prevê a possibilidade de um aumento do quadro de pessoal municipal, mas o documento não nos detalha valores absolutos que estão previstos para salários, benefícios e encargos sociais e isso era essencial para avaliar o peso desta medida no orçamento total de 2025, também o recrutamento de postos de trabalho especializados, indicará a necessidade de salários mais elevados, agravando assim os encargos financeiros, portanto, o diagnóstico apresentado, como também já nos reportamos há pouco do que dissemos, justifica a necessidade de reforçar os recursos humanos em áreas essenciais como a educação, o ambiente e a gestão administrativa. No entanto, já nos foi dito que o executivo entende que efetivamente é necessário preencher ou subdividir estes postos de trabalhos, mas ainda assim, entendemos que era necessário pugnar por saber se seria mais eficiente utilizar os recursos humanos que já existem, direcionando-os e redistribuindo-os de outra forma do que partindo desde logo para a contratação de novos quatros.

Também é necessário saber qual a percentagem do orçamento que será direcionada para gastos com o pessoal, e, portanto, mais uma vez, se salienta que seria interessante e mais uma vez, se reitera esta nossa ideia. Seria interessante avaliar se a redistribuição ou a requalificação do pessoal já existente, pode atender ainda que parcialmente, às necessidades identificadas, reduzindo custos com novas contratações. Ou seja, fazer-se mais com aquilo que se dispõe, e o que se dispõe, como sabemos, é uma matéria-prima de excelência, porque estamos dotados de senhores funcionários que estão muito bem preparados, que estão motivados, que estão sempre disponíveis e, portanto, fazer mais com aquilo que se dispõe, porque, como sabemos, as contas e o impacto financeiro que isto terá, que estas contratações terão nas contas do município, serão permanentes, serão a longo prazo e poderão efetivamente afetar a sustentabilidade orçamental. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu confesso que a intervenção da deputada Sónia Fernandes complicou a minha intervenção, complicou deveras a minha intervenção. Primeiro, porque para o futuro, sobretudo, acho que a bancada do PSD e do CDS têm que preparar melhor as intervenções, porque se por um lado, o deputado do CDS defende urgência na abertura de procedimentos concursais, para que os trabalhadores que, neste momento, estão em exercício de funções em regime de avenças tenham a oportunidade de se poderem candidatar, eventualmente um ou outro ou todos, depois depende dos méritos dos candidatos que possam integrar o mapa de pessoal do município, ao invés, a deputada Sónia Fernandes defende que não deve haver abertura de procedimentos concursais, até porque isso poderia pôr em perigo a saúde financeira do município. Eu aqui, deixa-me especialmente preocupado, porque fica a sensação que o município não paga mensalmente as avenças aos trabalhadores, e isso realmente se assim for, é deveras preocupante, eu nunca ouvi nenhum alarme social em relação a esta matéria, mas certamente que o Senhor Presidente há de ter oportunidade de me explicar esta questão, porque é importante perceber se o valor que é gasto em avenças não é suficiente para depois com ligeiros ajustes, naturalmente, para fazer face ao cumprimento dos pagamentos dos trabalhadores que possam vir a integrar o mapa de pessoal. Até porque é a deputada municipal Sónia Fernandes, e acredito que seja por mero desconhecimento, a Câmara Municipal nunca poderia fazer um retrato rigoroso quanto ao valor a gastar, porque depende sempre dos méritos, por exemplo, dos candidatos aos procedimentos concursais, se estivermos a falar, por exemplo, de mobilidades internas de outros municípios o município terá que aceitar o valor, por exemplo, que o trabalhador ganha

nesse próprio município e com isso não é, não há possibilidade de ter esse rigor que julga ser possível.

Por outro lado, nota-se que a deputada Sónia Fernandes está desatenta sobretudo, às explicações e à explicação do ponto feita pelo senhor Presidente da Câmara, porque se não tivesse estado desatenta, teria percebido o porquê de ainda não terem sido abertos procedimentos concursais, quer nesta Assembleia Municipal, quer na da sessão do dia de ontem, mas também não podemos, até porque é este executivo que está em funções, são estes decisores políticos que estão no exercício do cargo, e se todos nós tivéssemos em funções em substituição deste executivo, provavelmente, todos nós teríamos opções diferentes, o que é natural. E não é preciso recuar muitos anos, por exemplo, não é preciso recuar muitos anos para nos lembrarmos que decisores políticos do passado, ao invés de se preocupar em abrir procedimentos concursais e suprir as faltas, segundo a bancada do PSD, suprir as faltas e dessa forma, dar oportunidade aos trabalhadores em regime de avenças que, nesse caso eram cerca de 45, a única preocupação que houve foi fazer arranjos de forma a premiar trabalhadores da autarquia que eram familiares diretos de decisores políticos, portanto, isto para reforçar e explicar que tem muito que ver com a decisão e com as opções políticas de cada decisor político.

Em função, também do tempo, como já referiu, o senhor Presidente de Câmara, em diversos momentos, estamos a atravessar um período diferente em que integramos, novas competências, é preciso amadurecer o nível de detalhe das necessidades. E isso também esbarra numa afirmação da deputada Sónia Fernandes, quando diz que é preciso valorizar os quadros do município, ninguém põe em causa que o município tem quadros de excelência, muito pelo contrário, agora é verdade é que a partir do momento que há novas necessidades, naturalmente, têm que ser supridas também em número. E isso parece que é esquecido por parte da deputada Sónia Fernandes. Estou certo que o trabalho que está a ser desenvolvido, é um trabalho com atenção por parte deste município em relação às necessidades dos próprios trabalhadores e das necessidades dos serviços e nada está a ser deixado ao acaso e, naturalmente que os procedimentos concursais vão abrir em breve, logo que possível, certamente, quando for definido que o plano está estabilizado, com maior detalhe, conhecimento de todas as necessidades e quando isso acontecer, certamente os candidatos, todos eles com os mesmos direitos, vão ter oportunidade de se candidatar. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O deputado Pedro Afonso falou, fez uma referência à gestão de expectativas. A gestão de expectativas tem de ser feita por quem criou as expectativas, e nós fomos sempre

honestos com as pessoas, explicando o que, de facto, se pretendia relativamente a cada contrato de prestação de serviços, independentemente de poder existir da parte de quem presta determinada, passo a redundância, prestação de serviço, a expectativa de poder um dia fosse quando fosse, ou aconteça quando acontecer, se acontecer, integrar os quadros da autarquia. Nós não criamos falsas expectativas a ninguém, quando contratamos alguém no âmbito de um contrato de prestação de serviços, essa pessoa sabe que está a ser contratada para esse efeito, sabe os contornos até do modelo e o que pressupõe em termos contratuais, em termos de responsabilidades fiscais, por exemplo, se quisermos falar dessa diferença, existe essa diferença em relação a quem é funcionário da autarquia e, portanto, é um contrato estabelecido entre as partes em que as duas partes estão de acordo.

A deputada Sónia Fernandes referiu o aumento, poderá haver um aumento, eu até escrevi porque achei curioso, um aumento dos custos fixos da Câmara Municipal para estas vagas quando forem preenchidas, eu tive oportunidade, de explicar ontem, explicar hoje novamente e acho que é relativamente compreensível este aspeto em particular, quando for lançado um concurso para preencher determinada necessidade, de determinado serviço, o preenchimento dessa necessidade via concurso substitui o contrato de prestação de serviços. Nós, não vamos ficar com duas pessoas a prestar a mesma função, portanto, desculpem o termo, mas é o que me ocorre, é trocar seis por meia dúzia. Estamos a falar de ter um vínculo diferente, uma solução diferente em termos contratuais, não em termos de solução, do ponto de vista técnico, certo, portanto, esse risco não existe, admito que possa haver diferenças, porque estamos a falar de um modelo em que passámos a ter uma prestação diferente, por exemplo, no que diz respeito ao pagamento da segurança social ou ao seguro de acidentes de trabalho, o próprio seguro de responsabilidade civil pode sofrer alguma alteração, mas isso nem é muito mensurável, porque depende depois da função de cada um, se estamos a falar de alguém que tem um contexto de trabalho da DOMA, por exemplo, ou se estamos a falar de alguém que está integrado no gabinete jurídico como referíamos há bocadinho, depende do que estejamos a falar, mas o grosso da despesa já existe, já está refletida no contrato de prestação de serviços que existe atualmente com cada um destes prestadores de serviço.

Quando refere a recolocação dos recursos humanos que devia ser considerada, eu sei, eu também sei o que é fazer esse exercício a partir da bancada da oposição, sem nenhuma, eu sei que é filosoficamente defensável que a Câmara Municipal deve fazer uma gestão otimizada e deve encontrar seja lá onde for, um recurso humano que está subaproveitado e que deve ser melhor aproveitado, ou mais bem aproveitado. Bom sim, filosoficamente sim, na prática, não é assim. Na prática, nós temos todos os recursos humanos, não temos o mesmo volume de trabalho, até porque as características de cada um e a missão de cada um é diferente, mas todos os recursos humanos ocupados, e bem ocupados, tem ao seu lado um recurso humano da Câmara Municipal, não está aqui

nessa qualidade, mas é recurso humano da Câmara Municipal que tem um dia a dia ocupado. O Eng.^o José Manuel há de certamente confirmar que tem um dia a dia ocupado, tem um dia a dia atarefado, não é? Portanto, eu não encontro, não vislumbro nenhum recurso humano que esteja propriamente desocupado e que pudesse ser redirecionado em termos de afazeres profissionais, até porque nós temos feito algumas mexidas e as mexidas pressupõe sempre a resolução da saída de alguém de determinado serviço, precisamente porque ninguém é menos útil em determinado serviço, não é? Não vou chamar inútil, posso ser mal interpretado, menos útil em determinado serviço, portanto, nós já fazemos uma otimização muito grande e fazemos todos os meses uma reunião de chefias, que é uma coisa que não era comum, precisamente para percebermos as dificuldades, as necessidades, a evolução também de cada serviço, porque é importante nós irmos medindo a evolução de cada serviço em função dos desafios que têm, dos meios que têm à disposição, dos recursos humanos ou técnicos ou infraestruturais, que têm à disposição, dos equipamentos que têm à disposição, e posso-lhe assegurar que é muito frequente termos nos serviços, chefias, de segundo ou terceiro grau, chefias que manifestam a necessidade de reforço dos recursos humanos, e não manifestam essa necessidade, porque sim, manifestam essa necessidade, porque nós temos, nós podemos fazer um de dois caminhos em termos de gestão autárquica e de ambição autárquica, digamos assim, ou de ambição na gestão da coisa pública, que é mantermos aquilo que existe ou mantermos a realidade que existia no início do mandato ou querermos fazer mais e queremos acrescentar aquilo que era feito e reforçar os meios para aumentar a capacidade de resolução de problemas das equipas e dos serviços, e é isso que nós temos feito. Ora, como seguimos esse caminho, e essa estratégia, naturalmente, as necessidades são diferentes daquelas que existiam há três anos atrás. Se nós associarmos a isto, 42 colaboradores que se aposentaram ao longo deste mandato e 6 ex-colaboradores que transitaram em mobilidade, são menos 48 pessoas do que tínhamos no início deste mandato e, portanto, já agora, se fizermos um exercício aritmético simples, 48 pessoas, mais os mais de quarenta contratos de prestação de serviços que já existiam no início deste mandato, estamos a falar à volta de noventa pessoas. Hoje, a autarquia tem 111 colaboradores, não são colaboradores, são prestadores de serviço, para mim são sempre colaboradores, mas são prestadores de serviço, portanto, estamos a falar de uma diferença de vinte pessoas, cerca de vinte pessoas, se fizermos o exercício que acabei de fazer. E, portanto, quarenta e duas pessoas que se aposentaram mais seis que saíram em mobilidade, estas pessoas têm que ser substituídas.

Se associarmos a isso, aquilo que do meu ponto de vista, não sei se estamos de acordo, mas, do meu ponto de vista é a maior eficácia e a maior abrangência dos serviços da Câmara Municipal em várias áreas, eu dou-lhe o exemplo da divisão que foi criada, que tem sob sua alçada o gabinete de apoio à empregabilidade, o gabinete de apoio à atividade económica e que tem tido necessidade, e continua a ter necessidade de reforço

de recursos humanos, esse é um serviço que nós temos que reforçar, ontem falávamos aqui dos centros de convívio, nós precisamos de mais recursos humanos nos centros de convívio, ninguém acredita que nós tínhamos, ou possamos ter a mesma equipa nos centros de convívio com mais três centros e outros dois que vão abrir no próximo domingo. São mais cinco centros de convívio, portanto, precisamos de mais gente, naturalmente, os serviços da DOMA, por exemplo, os serviços da rua têm hoje muita mais necessidade de recursos humanos, se tivermos em conta o elevado grau de exigência, e esse grau de exigência é nosso, é meu, é nosso, relativamente à forma como nós entendemos que devem estar asseguradas as condições e o estado do espaço público, não é? O espaço público como um todo, não vou particularizar, mas e não é perfeito, nunca é perfeito, mas eu diria que o espaço público hoje na Póvoa de Lanhoso tem características diferentes, bem diferentes daquilo que era há três anos atrás e, portanto, todos reconheceremos que foram feitas uma série de intervenções, não só as intervenções, mas a manutenção dessas intervenções pressupõe capacidade humana e capacidade técnica, portanto, a ambição que nós temos na gestão da coisa pública pressupõe que nós tenhamos de ter estas soluções, sendo certo que, como já expliquei, também nós não podemos passar ou não devemos passar diretamente para a solução definitiva de contratualização, de abertura de concurso público. Eu entendo que é mais cauteloso, fazermos isto por passos, da mesma forma que uma empresa não contrata diretamente um funcionário para fazer parte dos quadros da empresa. Geralmente estabelece um contrato, pelo menos um, talvez dois. A lei limita isso, já sabemos, mas raramente uma empresa contrata diretamente alguém para fazer parte dos quadros da empresa e, portanto, é um bocadinho esta a filosofia que nós temos seguido.

Relativamente aos gastos com pessoal, essa informação está no documento que nós vamos analisar daqui a dois pontos, o plano e orçamento que tem uma verba que ronda os dez milhões de euros, nove milhões oitocentos e qualquer coisa, de cabeça não posso precisar, mas perto de 10 milhões de euros como verba global e, portanto, essa informação existe também.

Penso que respondi a todas as questões que colocou, mas estou disponível para mais esclarecimentos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apenas para esclarecer, excelentíssimo colega Pedro Silva, que não é pelo facto de vir a este púlpito dizer aquilo que entende, dizer aquilo que não é dito, que isso passa a ser uma verdade, ou que isso possa passar para as pessoas que estão lá em casa, que eu sei que é o que pretendem, também era bom, que perdesse esse mau hábito de estar

sempre a apelidar a bancada do Partido Social Democrata como desatentos ou com falta de conhecimento. Quem esteve aqui desatento foi o senhor, não houve nenhuma incongruência na minha intervenção, está em ata e pode consultar que mais do que uma assembleia, eu tenho vindo aqui defender e tenho sido eu, na minha pessoa, mas a bancada do Partido Social Democrata, nós não nos referimos aos senhores operacionais, não estamos a referir ao senhor jardineiro, ao senhor picheleiro, aos senhores das águas, aos senhores calceteiros, ao senhor do betuminoso, não é a esses senhores que nós nos estamos a referir, aos operacionais, esses temos referido que têm expectativas legítimas de virem a ser integrados, merecem e devem ser integrados. Nós referimo-nos isso sim, aos demais contratados, quanto a esses, aos demais contratados, e ficamos assim no limbo. Quanto a esses, isso sim, será de equacionar se deverão ou não ser contratados. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, eu percebo que a deputada Sónia Fernandes não perceba determinadas coisas que eu diga, também é usual isso acontecer, até porque é sintomático desta intervenção que acaba de fazer, que refira que é expectável, que é normal que os trabalhadores tenham a expectativa de serem integrados no mapa de pessoal e, de facto, isso acontecia no passado. Acontecia que no passado, os procedimentos concursais era uma fantochada, porque eram procedimentos concursais feitos à medida, como a senhora acabou aqui de referir e que era normal os trabalhadores que exerciam funções no município a título de avença tivessem como garantia o acesso posterior ao mapa de pessoal, mas quero-lhe dizer, e talvez se tivesse atenta, ao invés de conferenciar com elementos que têm legítimas expectativas de integrar ou de encabeçar listas, seja pelo Partido Social Democrata, seja por qualquer outro partido, e perceber aquilo que eu lhe acabo de transmitir, talvez seja mais produtivo e não tem a necessidade de vir cá contrariar-se a si própria, porque eu estive atento à sua intervenção, percebi exatamente aquilo que a senhora quis dizer, eu acho que há falta de informação da sua parte, sinceramente. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto dez à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 18 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2025, conforme previsto na Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 3.º n.º 2 alínea a), do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto onze da ordem de trabalhos. **Ponto Onze: Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto, propomos a manutenção dos valores dos contratos dos anos anteriores e, portanto, nas uniões de freguesias de três freguesias, o triplo do valor que são 25.695€, nas uniões de freguesias de duas freguesias, o dobro do valor, que são 17.130€ e nas freguesias que não são união 8.565€.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em apreço, a proposta apresentada diz respeito ao habitual procedimento administrativo de transferência de verbas para as juntas de freguesia, como o senhor Presidente da Câmara acabou de explicar em moldes e montantes iguais aos atribuídos para o ano de 2024, o que, no entender do CDS-PP deveria ter sido objeto de uma revisão em alta, de modo a permitir às juntas de freguesia fazer face aos significativos aumentos gerais que se têm vindo a verificar em função da conjuntura. Não obstante a observação anterior e uma vez que esta proposta visa possibilitar o normal exercício da atividade das juntas de freguesia, assegurando assim às populações as atividades de proximidade e o apoio direto às comunidades locais. É entendimento do CDS-PP votar favoravelmente, como de costume, a proposta do executivo. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta da Câmara Municipal para a celebração de contratos interadministrativos e ou atribuição de subsídios com as juntas de freguesia do concelho, tem como objetivo garantir a atribuição de apoios financeiros que promovam o desenvolvimento local e a execução de competências descentralizadas. Esta iniciativa fundamentada nos termos da lei 75/2013, 12 de setembro, visa estabelecer parcerias sólidas entre as entidades autárquicas, permitindo uma gestão mais eficaz dos recursos e cumprimento dos objetivos estratégicos municipais.

Além disso, a aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, assegurar a continuidade dos projetos e reforça a previsibilidade orçamental necessária para a execução destas medidas.

A proposta financeira, são a destruição de valores anuais entre as freguesias, conforme a tabela apresentada no documento no valor global de 248.000 euros para o ano de 2025, é responsabilidade do município, monitorizar a execução, transferir as verbas e assegurar o acompanhamento técnico das juntas de freguesia, garantir a execução dos projetos com transparência e boa gestão dos recursos.

A proposta é tecnicamente sólida, seguindo a legislação vigente, o foco é garantir que as freguesias tenham os recursos necessários para cumprir as suas competências locais, promovendo a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados à população, pelo que votaremos favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto aqui em apreço, agradeço a apresentação do ponto aqui pelo senhor Presidente da Câmara, como disse e bem é a manutenção dos valores desde o início de mandato já no ano passado e no ano anterior, debatemos aqui que estes valores deviam sofrer uma atualização, porque se era pretensão como é do executivo, manter estes valores ao longo do mandato, poderíamos ter feito a deliberação no início do mandato e não havia expectativas legítimas das juntas de freguesia para ano a ano estarmos a trazer este documento à Assembleia Municipal, terá que ser também aprovado nas juntas de freguesia, na Assembleia Municipal e daí assinar os novos contratos. Todo este processo, poderíamos ter evitado, mas pronto, este executivo entendeu criar estas expectativas.

Eu, pelo menos, enquanto autarca tinha a expectativa de ver aqui uma valorização, não tanto pelo valor, porque no mandato anterior tivemos uma valorização de 50% destas verbas, desta e das que agora são por acordo de execução transferidos para os

municípios, mas nem é tanto o valor, podia ser à taxa de inflação, mas é um sinal. Acho que o executivo não deu ao longo deste mandato, sinal de delegação nas juntas de freguesia não só a nível de competência, mas também em reforço financeiro. E esta é, de facto, uma grande diferença entre a nossa bancada, a bancada do Partido Social Democrata que nos habituou a dar esta confiança às juntas de freguesias, esta delegação de competências, este reforço financeiro e não estamos aqui a falar de valor que possa ser acumulado ao valor que já recebemos, é o sinal, é fundamentalmente, o sinal que deve ser dado pelo executivo, se confia nas juntas de freguesia e se quer dar competências, as delegações de competência a nível do Estado aos municípios, e bem, este reforço deveria ser dado às juntas de freguesia.

E o senhor Presidente fez questão de reforçar, e bem, quem tem união de três freguesias recebe três vezes, é normal que assim seja, isto não é favor nenhum. O orçamento de Estado também é assim, recebemos pelas freguesias antes de agregar, é normal que assim seja, por isso, não é favor nenhum. Isto é um dado que foi conquistado pelas Juntas de freguesia ao longo da história do Concelho da Póvoa de Lanhoso e este momento é um momento que eu gostaria de ter visto um reforço, não pelo valor financeiro, mas sim pelo sinal do executivo.

Quero deixar aqui só mais uma nota ao deputado Pedro Silva que, de facto, ele não gosta muito de ver esta forma objetiva que a bancada do Partido Social Democrata chega aqui, e peço perdão e desculpa ao senhor Presidente da Assembleia, mas ele ainda ontem disse que dava liberdade, pois cada um aqui sabe de si e Deus sabe de todos, como se costuma dizer, dizia ao senhor Pedro Silva, que ele não gosta muito de ver esta forma objetiva que a nossa bancada chega aqui e defende os temas, defende as propostas que são apresentadas pela Câmara Municipal e faz aquilo que, senhor deputado que em democracia não se deve fazer, chega aqui, gosta de desqualificar os deputados, gosta de os desconsiderar, aliás, eu até já percebi, presumo que tenha dito que queria ser candidato por um outro qualquer partido. Eu presumo que foi isso que pretendeu dizer, mas se sabe algo que eu não sei, gostaria que viesse aqui, porque se sabe fica-lhe muito mal não dizer, que venha aqui a este púlpito e o diga, diga-me na cara para eu me poder defender, é isso que eu lhe peço.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A minha intervenção tem somente que ver, ou essencialmente que ver com esta intervenção do deputado José Manuel Silva, que, de forma, talvez o termo sejam um bocado forte, mas ingrato, não reconhece o esforço que este município, que este executivo municipal, tem feito no investimento nas freguesias. A delegação de

competências que até agora é zero, dito por, não sei ao certo quem foi, mas percebi pela bancada que alguém disse que até agora é zero. As delegações de competências, são uma parte, é uma ferramenta que as juntas de freguesia têm para suprir as necessidades no terreno, e eu agradeço que o senhor Presidente da Câmara transmita aqui aos povoenses, porque eu não tenho de cabeça, a quantidade de obras determinantes para as freguesias deste concelho, arrisco a dizer que até em número muito significativo em juntas de freguesia do PSD, dessa bancada e estou-me a lembrar do cemitério, por exemplo, de Lanhoso, que há dezasseis anos que era reivindicado, o cemitério de Mossul, N obras que eram reivindicadas pelos senhores Presidentes de Junta do PSD e que, na altura e curiosamente, o deputado José Manuel Silva fazia parte do Gabinete de Apoio à Presidência, não viram essas suas expectativas confirmadas e validadas pelo executivo municipal.

Portanto, eu agradecia que o senhor Presidente da Câmara me ajudasse, porque de memória não consigo me lembrar de todas, mas foram muitas as obras que foram feitas, olhe e na sessão passada foi aqui assumido em relação, a Rendufinho, em relação a Esperança e Bunhais, em relação a outras freguesias que são Presidentes de junta do PSD, que vão ser levadas a cabo obras que foram ajustadas, em alta, o valor, e isso também manifesta a boa vontade deste executivo municipal para suprir as necessidades. No mais, senhor deputado José Manuel Silva, e para terminar, eu, em momento nenhum disse que o senhor deputado José Manuel Silva ia ser candidato ao que quer que fosse, se o senhor deputado interpretou isso como sendo meu objetivo visa-lo a si, se pretendia, protagonizar algum tipo de candidatura, seja do PSD, ou seja, de qualquer outro partido, nomeadamente do Chega, essa é uma interpretação sua e fica ao seu critério. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, o deputado Pedro Afonso e o deputado José Manuel Silva defendem como primeira nota, defendem resumidamente, uma revisão em alta, dos valores que são transferidos para as juntas de freguesia. Bom, em primeiro lugar, as expectativas que o senhor deputado, Senhor Presidente de junta, neste caso, fez a intervenção como Presidente de junta, José Manuel Silva, interpreto que fosse como Presidente de junta, estando este ponto relacionado com uma verba que é transferida para as juntas de freguesia via contrato Interadministrativo, permita-me essa interpretação. Repare que a Câmara Municipal manteve os valores que estão previstos desde o início do mandato, mas existe um caminho alternativo. É que estes contratos interadministrativos não são obrigatórios. A lei não obriga que a Câmara Municipal tenha com as juntas de freguesia

nenhum contrato interadministrativo ordinário, todos os anos de oito mil euros ou de mil euros, ou de cinquenta mil euros. Certo? Estamos de acordo em relação a isso, pode passar a ideia lá para casa que a Câmara Municipal manteve um valor que está estabelecido e que é obrigatório, hipoteticamente, não é obrigatório, portanto, há um caminho alternativo que seria dar um passo atrás. A Câmara Municipal não deu nenhum passo atrás, muito pelo contrário, a Câmara Municipal deu vários passos em frente e deu vários passos em frente, por exemplo, em tudo o que diz respeito aos materiais que nós disponibilizámos às juntas de freguesia e que no passado não eram disponibilizados, pelo menos com o mesmo, pelo menos com o mesmo vigor, se quisermos, ou com a mesma distribuição. E eu dou-lhe um exemplo, a União de Freguesias a que o senhor preside, eu por acaso esqueci-me dos óculos em casa hoje, mas consigo vislumbrar aqui os números, teve ao longo deste mandato mais de oitenta mil euros de materiais diversos que foram disponibilizados para a sua junta de freguesia. No total foram 4.773.000€ até hoje, na próxima semana o valor pode ser outro, no total só em materiais que são disponibilizados às juntas de freguesia, são 4.773.000€ a juntas de freguesia e estamos a falar de diversas intervenções, de sinalética, de betuminoso. Ainda hoje fizemos uma correção, está ali a representante da Junta de Freguesia de Brunhais e Esperança e saberá certamente que fizemos hoje uma intervenção em Brunhais, de correção de umas valas que precisamente por serem, por terem características diferentes. Estamos a falar de um caminho que tem um pavimento em cimento, não é, nem calçada, nem alcatrão, precisou de mais tempo para a sua resolução e foi resolvido hoje mesmo. Está ali a representante da União de freguesias, certamente confirmará isto que eu estou a dizer. Portanto, nós estamos a falar, seria muito mais politicamente expressivo em termos de comunicação, dizermos que aumentámos 50% como aconteceu no mandato anterior, aumentaram 50% da verba que é transferida para as juntas de freguesia. Nós aumentávamos 50% neste mandato e pouparíamos imenso dinheiro em relação àquilo que, de facto, gastamos com as juntas de freguesia.

Senhor Presidente, há várias formas de nós nos relacionarmos com as juntas de freguesia e a forma como nós nos temos relacionado é de procurar soluções para os problemas que as juntas de freguesia vão tendo. Ainda há bem pouco tempo, visitamos, por exemplo, a Junta de Freguesia e a Freguesia de Vilela, está ali a representante da freguesia de Vilela, onde tivemos oportunidade de perceber, que o senhor Presidente de junta, tinha uma dificuldade relativamente a uma intervenção que fez, que derrapou, e nós estamos a colaborar para ajudar a resolver esse problema, estamos a falar de um apoio extraordinário. Está ali o representante da freguesia de Lanhoso, e eu vou repetir este exemplo porque, pessoas que nos ouçam hoje podem não ter estado a acompanhar a sessão de ontem. Há uma alteração relativamente à obra que está prevista para o próximo ano, que pressupõe um acréscimo de sete mil euros, eu hoje fui conferir, não sabia se eram seis ou sete de cabeça, mas são sete mil euros, de quarenta e cinco mil euros para cinquenta e dois mil euros. E nós cooperamos com a Junta de Freguesia de

Lanhoso, num acréscimo de sete mil euros que tem um contrato interadministrativo de oito mil quinhentos e poucos euros. Portanto, só nesta alteração estamos quase a abranger outro contrato interadministrativo, mas no seu caso, já agora, ainda há bem pouco temos tivemos na União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, e, como sabe, detetámos uma necessidade de um muro que precisava de uma intervenção e acordámos nesse dia que a Câmara Municipal sedia o material e a Junta de Freguesia resolvia o tema da mão de obra, não me desmentirá certamente, portanto, estamos a falar deste tipo de intervenções que são recorrentes, que são extraordinárias e que são muito mais valiosas do ponto de vista financeiro, e do ponto de vista do impacto orçamental até nas juntas de freguesia, do que qualquer reforço de vinte ou trinta ou cinquenta por cento dos contratos interadministrativos.

Portanto, o que existe hoje é uma Câmara Municipal que coopera com as juntas de freguesia todas, e que se tiver soluções para ajudar a resolver os problemas das juntas de freguesia, o faz. Olhe, estou a olhar ali para o senhor Presidente de Junta de Monsul, por exemplo, que no último verão, no início do verão também decidiu, e bem, fazer uma intervenção naquele espaço junto à Capela de Santa Luzia, não é? E desafiou a Câmara Municipal a cooperar na intervenção que foi feita naquele espaço e nós cooperamos, cá estamos. Estava previsto o ano passado, quando aprovámos o plano e Orçamento para 2024? Não. Cooperamos ao longo do ano? Sim, portanto, há muitas outras formas de ajudar as juntas de freguesia e, repito, termino com este pensamento seria muito mais fácil, reforçarmos os contratos interadministrativos em 50% e muito mais barato, mas seria muito menos útil para os senhores Presidentes de Junta.

Uma última nota quando diz que é justo e aqui tenho de fazer meia culpa, porque essa responsabilidade é mais minha do que sua, quando diz que é justo que uma união de freguesias de três freguesias receba o triplo, eu digo-lhe que não é. E vou-lhe explicar porque é que não é. E, repito, faço meia culpa, porque neste período em que estamos em funções, já devíamos ter conseguido encontrar uma fórmula que introduzisse justiça nesta matemática, dos contratos administrativos e no valor a atribuir. Nós estamos a falar de uma União de freguesias de Verim, Friande e Ajude, todas as freguesias têm a mesma importância, todas as freguesias merecem o mesmo respeito e todos os habitantes merecem o mesmo respeito, mas se algum de nós achar, que por exemplo, a freguesia da Ajude foi durante muitos anos, a freguesia mais pequena do concelho em termos territoriais e em termos de habitantes, hoje não é porque está integrada numa União de Freguesias. Mas o valor que é atribuído à União de Freguesias que tem três freguesias, relativamente a Ajude, se existe alguma justiça do ponto de vista comparativo, quando estamos a falar, por exemplo, de Nossa Senhora do Amparo, ou de Taíde ou de Fontarcada ou de Garfe ou de Santo Emilião ou de freguesias desta dimensão, eu digo-lhe, senhor Presidente, não, não é justo, eu acho que devíamos encontrar uma formula equilibrada que tivesse que ver com a área das freguesias, o número de habitantes das freguesias, os quilómetros de via, se quisermos os metros

quadrados de espaço público ou de jardim que tenha que ser cuidado, encontrar um critério que faça sentido. Porque este critério não faz sentido portanto, eu também não posso ouvir dizer uma coisa destas no púlpito e concordar consigo. Acho que não faz sentido, acho sim que a União de freguesias de Verim, Friande e Ajude, deve ser considerada com base nestes barómetros e nestes indicadores que eu acabei de referir da mesma forma que deve ser considerada a freguesia de Monsul, a freguesia de São João de Rei, a freguesia de Rendufinho, as outras freguesias todas, e, portanto, não estamos de acordo em relação a isso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao valor que é distribuído por cada freguesia, já tivemos oportunidade, os dois em reunião de falar que eu também defendo que devia ser pelo FEF que já há uma regra, por isso, estamos os dois de acordo, que não fiquem em casa com uma ideia que eu terei uma opinião diferente. Há um modelo que já está pelo FEF e que poderá ser replicada às juntas de freguesia e já tivemos oportunidade os dois de conversar sobre isso e a minha opinião é que o valor a distribuir deve ser de acordo com o FEF, e isso implica que todas as freguesias, as 29 tenham direito a um valor atribuído, porque também não é correto dizer que Verim é maior do que freguesias que estão sozinhas que possam receber mais do que freguesias que não agregaram também é importante, fazermos estas devida análise. Por isso, objetivamente, estaremos de acordo em muita matéria.

E quero só dizer ao senhor Pedro, que de facto, é normal, vem aqui a este púlpito e fala, fala, mas, de facto, falar não diz nada e é importante e vou-lhe dar mais uma oportunidade, já que não conseguiu dizer nada, mas dou-lhe mais uma oportunidade, que chegue a este púlpito e de olhos nos olhos e porventura, aquilo que diz lá fora que possa dizer aqui o que tem a dizer sobre, eu percebi que me estava a colocar numa candidatura, ou numa suposta candidatura, que venha aqui, olhos nos olhos, dou-lhe nova oportunidade para mo poder dizer.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer que eu acho que foi contraditório, quando estamos de acordo estamos, quando não estamos, não estamos, quer dizer se vai dizer ao púlpito na

primeira intervenção que acha justo que Verim, Friande e Ajude receba o triplo do valor das freguesias que não estão agregadas entre si e agora diz que devia ser pelo FEF ou a fórmula poderia ser parecida com a fórmula do FEF, é contraditório. Não, o que disse agora é diferente do que disse na sua intervenção inicial.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para que não fiquem qualquer dúvidas e que uma não resposta ao deputado José Manuel Silva não fosse mal interpretada pelo silêncio que pudesse representar. Senhor deputado, com toda a franqueza, o que eu espero do senhor enquanto Vice-Presidente do Partido Social Democrata, um partido que merece todo o respeito, fundador da democracia, importantíssimo do poder local, aquilo que eu espero de si é só uma coisa, é que o senhor represente o Partido Social Democrata. Julgo que sempre estive nesse partido, que o represente, que esteja ao mais alto nível na sua representação e que nunca tenha qualquer tipo de hesitação nesse sentimento, é aquilo que eu certamente acredito que o senhor fará, como eu também farei em relação ao Partido Socialista, nem podia ser de forma diferente. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e colocou o ponto onze à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que antes de passar ao último ponto da ordem de trabalhos, devido ao tempo de duração do mesmo ser elevado, fariam um intervalo de quinze minutos.

Terminado o intervalo, retomou os trabalhos, passando ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Doze: Proposta da Câmara para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto vai ser apresentado por mim nesta primeira parte em que vou apresentar o plano de uma forma sintética e depois o pelo senhor Presidente da Câmara que se vai debruçar sobre a parte do orçamento para 2025. O ano de 2025 representa um marco significativo para a conclusão do mandato que nos foi confiado. Este é o momento de consolidar o caminho percorrido, avaliando com orgulho o cumprimento generalizado dos compromissos assumidos com os povoenses, e os eleitores que em nós confiaram.

Em tudo o que depende de nós e da nossa ação, cumprimos as promessas assumidas e, em muitos casos, fomos além do esperado, graças à nossa capacidade de adaptação e às oportunidades que surgiram, conseguimos ir mais longe e conseguimos materializar uma visão de futuro sustentável e inovador. Ao longo deste mandato, priorizamos políticas que beneficiam diretamente a população, a economia local e o desenvolvimento do concelho que se tem revelado a diferentes níveis. Ao nível dos investimentos, com a realização de obras, intervenções que modernizaram as infraestruturas públicas, ao nível da qualidade de vida, com a implementação de programas sociais, culturais e educativos, que impactaram positivamente a comunidade. Ao nível do desenvolvimento económico, através do estímulo ao investimento e ao crescimento das empresas locais, gerando emprego e dinamismo. Ao nível da sustentabilidade e ambiente, através da promoção de práticas sustentáveis e medidas que preservam os nossos recursos naturais.

As grandes opções do plano para 2025 que apresentámos, assumem a continuidade e a consolidação da estratégia do mandato, sendo certo que foram delineadas num cenário de incertezas, de instabilidade e de grandes tensões políticas, demográficas, económicas e ambientais. Mas é nossa convicção que, apesar destes e outros desafios, encontraremos a resiliência necessária e a capacidade de encontrar soluções, mantendo sempre o foco no bem-estar dos e das munícipes. As boas práticas de gestão financeira manter-se-ão na gestão de um orçamento de trinta e dois milhões de euros, o mais elevado da história da Póvoa de Lanhoso. Este orçamento permitir-nos-á continuar a servir com qualidade as pessoas, os munícipes, as freguesias, as empresas e as instituições, construindo uma Póvoa de Lanhoso, onde todas as pessoas gostem de estar e onde todas sintam que têm lugar.

O plano de ações que pretendemos implementar está orientado para uma visão clara, consolidar as conquistas alcançadas e preparar as bases para o futuro do concelho. O documento segue a orientação dos anteriores, está estruturado, seguindo as principais áreas de intervenção nos três eixos em que temos desenvolvido as nossas ações ao longo do mandato.

Eixo um, coesão e desenvolvimento social. As principais metas que estão elencadas no documento são estas promover a literacia em saúde, com enfoque na saúde mental e elaborar a Estratégia Municipal de Saúde, dar continuidade às ações do programa

primeiro direito, avançar nos processos relacionados com as intervenções na Escola Secundária e no Pavilhão Desportivo da Escola Básica Gonçalo Sampaio, implementar as ações do Programa PovoArte educa, valorizar as áreas da solidariedade e coesão social, através das ações do CLDS 5G e do plano de ação da equipa Radar Social, criar o Centro Local de apoio à integração de migrantes em colaboração com a AIMA, alargar a rede dos centros de convívio e implementar um projeto-piloto de um centro intergeracional de ocupação de tempos livres, promover a diversidade de modalidades desportivas, implementar o Centro Operacional Municipal da Proteção Civil. Apresentamos apenas algumas ações sectoriais que também estão elencadas no documento.

A nível da saúde, a implementação de ações previstas no protocolo com a ULS de Braga na área da saúde mental, realização da Bienal de Saúde a Póvoa de Lanhoso, implementação do programa Diabetes em movimento.

Ao nível da habitação, a aprovação do regulamento de atribuição e Gestão da Habitação pública do município da Póvoa de Lanhoso, elaboração da e aprovação da Carta Municipal da Habitação, implementação do balcão da Habitação e Energia.

Ao nível das famílias e cuidadores, A implementação do Plano de ação do Núcleo da Garantia para a infância, desenvolvimento do projeto “Bem me quer”, projeto de teleassistência dirigido a pessoas idosas isoladas, dinamização da Academia de voluntariado, alargamento do grupo de ajuda mútua no âmbito do GACI.

Ao nível dos seniores, o alargamento da rede dos centros de convívio, no próximo ano pretendemos abrir em Taíde e em Covelas, os passeios seniores à Malafaia e concelhio a Fátima e também o almoço de Natal sénior, a implementação de programas educativos intergeracionais.

Ao nível da educação e qualificação, o programa das cidades amigas das crianças, o projeto brincar eu sou feliz, educação na rua com ateliers de Verão, o projeto participação e cidadania, tu decides e a Assembleia Municipal jovem, o projeto de valorização cultural, o Kit identitário nas escolas.

Ao nível da inclusão e migrações, igualdade, a concretização do plano de ação da equipa Radar Social e também a concretização do Plano de Ação do Contrato do Desenvolvimento Social, 5G Lanhoso e também, como já foi referido, a abertura do CLAIM.

Ao nível de juventude, a concretização do plano de capacitação juvenil e o apoio ao associativismo juvenil, o Orçamento Participativo jovem e também o cartão Municipal Europeu, Cartão Jovem Municipal Europeu.

Ao nível do desporto, a aquisição de novos equipamentos para os espaços desportivos municipais, a substituição de luminárias para LED no campo municipal, a certificação de vários equipamentos desportivos e a promoção de novas modalidades e diferentes eventos desportivos.

Ao nível da Proteção Civil e do gabinete técnico florestal, a implementação de unidades locais de Proteção Civil, a elaboração do Plano Municipal de Defesa da floresta contra

incêndios, a abertura do EcoParque Florestal em São João de Rei e a criação e operacionalização da equipa dos sapadores florestais.

Ao nível do eixo, dois, planeamento, ambiente e desenvolvimento territorial. As metas definidas no documento são alargar o serviço ao nível da plataforma informática, atendimento@Net, concretizar o plano previsto para a Via Circular urbana, iniciar a concretização dos projetos previstos no ITI, investimento territorial integrado no âmbito do Portugal 2030, concretizar o plano e concluir o plano de investimentos em todas as freguesias, implementar o plano de Gestão do Arvoredo Urbano municipal, comemorar os vinte anos de atividade do centro de interpretação do Carvalho de Calvos, abrir o novo canil e gatil municipal, elaborar o Plano de Pormenor e Ordenamento de valorização da Barragem da Andorinha.

Também ao nível das ações, propomos ao nível do ordenamento, tecnologias e sistemas de informação apresentar a segunda revisão do PDM, melhorar o parque de PC's e ecrãs interativos dos agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso e divulgar o bupi descentralizado os seus serviços pelas freguesias. Passo também aqui a elencar os principais projetos que estão integrados também neste documento e que estão no ITI, no Investimento territorial integrado no âmbito do Portugal 2030. A eficiência energética na piscina coberta municipal, a promoção da acessibilidade eletrónica aos serviços do município da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente com a remodelação do modelo do Balcão Único, a requalificação do campo de jogos de Mossul, a recolha de biorresíduos no concelho da Póvoa de Lanhoso, aumento da recolha separativas em outras freguesias, o centro de competências da Filigrana, reabilitação de um edifício municipal para a criação de um centro de competências da filigrana, a requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Básica Gonçalo Sampaio, a ampliação do parque do Pontido com vista a melhorar as condições de fruição por parte da população, reforçando a sua rede ecológica, a requalificação do Cine Fórum dos Bombeiros, a recuperação da antiga E,B 1 de Campo para instalação da Universidade Sénior, o projeto centralidades que visa reabilitar escolas para a inclusão social, nomeadamente a escola de Taíde, onde serão criadas respostas multidisciplinares, motivo multifacetadas e multidirecionadas às populações, a criação e operacionalização da rede de pontos de água para o combate a incêndios, o programa aproximar, que é o balcão móvel que vai então disponibilizar serviços descentralizados nas freguesias, o viveiro de empresas, o cowork da filigrana, criação de um espaço de incubação cowork, no centro de competências para a filigrana; e também a criação do posto de interpretação do território no Pinheiro.

Ao nível da coesão interna e territorial, a implementação de um programa dirigido aos colaboradores de equilíbrio profissional, o alargamento da certificação de serviços, nomeadamente os serviços jurídicos, a realização de obras em todas as freguesias.

Ao nível da mobilidade, a requalificação do parque de estacionamento da Rua Comandante Luís Pinto da Silva, a requalificação de paragens de autocarro e a melhoria da sinalização vertical e horizontal.

Ao nível da transição digital digital, a implementação da plataforma gestão urbana, no âmbito dos territórios inteligentes e a instalação da sala do controlo, uma smart Office também no âmbito dos territórios inteligentes.

Ao nível da transição verde, o alargamento da rede de água e de saneamento, a implementação do Plano de Ação Climática de acordo com o cronograma aí previsto, a comemoração dos 20 anos do centro interpretativo do Carvalho de Calvos.

E ao nível do terceiro eixo, desenvolvimento económico e atratividade do concelho, a marca Póvoa de Lanhoso, a dinamização em termos de metas, dinamizar fóruns económicos, comemorar os 120 anos no Theatro Club concluir a elaboração do plano estratégico local para o turismo, melhorar as condições dos parques empresariais existentes. As principais ações dirigidas às empresas, ao comércio e ao empreendedorismo, a dinamização da plataforma Póvoa Ativa, virada para o emprego e empreendedorismo, a realização do mercado de oportunidades e de empreendedorismo, o desenvolvimento do Market Place no âmbito dos bairros comerciais digitais, o reforço da conectividade 5G e cobertura de WiFi na vila, a implementação do programa Câmara resolve a partir do SIAB e a criação do gabinete de apoio ao agricultor.

Ao nível da cultura, manteremos o encontro de bandas filarmónicas, a vigésima edição do Conte Ruy de Carvalho com a realização do Fórum Permanente de Teatro Amador, cinema neste espaço, oficinas de teatro, o cortejo de São José que terá como tema a etnografia do Baixo Minho; a realização de uma exposição de símbolos heráldicos concelhios; a construção do plano local de leitura; um concurso de escrita, o "convence-me"; a implementação da sinalética do Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmithal, a ampliação do roteiro dos monumentos inclusivos.

Ao nível da dança retomaremos a Verbena de São José, realizaremos as terceiras marchas populares da Terra do Ouro. Ao nível do turismo e eventos, avançaremos com o plano estratégico local para o turismo com o horizonte 2030, a requalificação dos trilhos pedestres instalados, e novos que serão instalados também, a revisão da sinalização turística, suportes de interpretação turística e a participação em certames nacionais e internacionais.

As grandes opções do plano refletem, não apenas o trabalho realizado, mas também a nossa visão de continuidade e de preparação para os desafios futuros. Este é o momento de consolidar conquistas, manter a confiança dos cidadãos e cidadãs e prosseguir com o desenvolvimento do concelho. Queremos proporcionar momentos de felicidade, à nossa comunidade para tal, estamos a construir uma Póvoa de Lanhoso mais positiva, coesa, justa, solidária e inclusiva, mais sustentável e moderna, como se pode ler no preâmbulo do documento que aqui trazemos. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para continuar a apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao orçamento, algumas notas relevantes e eu vou fazer uma análise comparativa com o orçamento de 2024 para percebermos a evolução. No que diz respeito ao volume orçamental, estamos a falar de um orçamento de trinta e dois milhões de euros, o maior de sempre, como já foi aqui referido pela senhora Vice-Presidente, e que tem um diferencial superior em quatro milhões, duzentos e quarenta mil euros em relação ao orçamento de 2024.

As transferências do Orçamento de Estado têm um peso de 40%, doze milhões e oitocentos mil euros e têm um acréscimo de um milhão e quatrocentos mil euros comparativamente com o orçamento deste ano. Temos outras transferências de cerca de quinhentos mil euros de acréscimo, também, que tem que ver com contratos programa, com fundos comunitários, com acordos com o IEFP, por exemplo, contratos de empregabilidade, temos dos empréstimos dois ponto, dois milhões de euros dos empréstimos contraídos em 2023 e 2024, que ainda não foram utilizados e que fazem parte também do orçamento.

A nível da despesa, temos um aumento de despesa com o pessoal que tem que ver com as avenças, a atualização de salários e a progressão na categoria via SIADAP, também, de 1.2 milhões de euros, um acréscimo de juros de cento e seis mil euros, as transferências de subsídios correntes em diversos programas de apoio social na ordem dos cento e doze mil euros para as famílias e cento e sessenta e sete mil euros para as instituições. Um acréscimo de investimento de capital no próximo ano de 4.5 milhões de euros, que tem que ver com as obras que vão estar financiadas pelos empréstimos bancários e com o reforço orçamental também, portanto, teremos um investimento global de 4.5 milhões de euros no próximo ano de investimento de capital. E as transferências de capital na ordem dos 1.9 milhões de euros a menos o que está relacionado com a verba de 2.1 milhões de euros da via circular que, se bem se recordam, foi caucionada em 2023 em setecentos mil euros e em 2024 em 1.4 milhões de euros e que este ano não precisa de caução, vai transitar com o saldo de gerência para o próximo ano e, portanto, daí a razão desta verba se verificar em 2024 e transitar para o próximo mandato, via saldo de gerência a ser integrada aquando da aprovação do saldo de gerência no início do próximo.

Relativamente ao cumprimento do equilíbrio corrente, que é sempre um exercício importante de se fazer que está associado à lei do equilíbrio orçamental, que resulta também da nova lei, já não é muito nova, mas que resultou da lei dos compromissos após o resgate financeiro que foram alvos os municípios. Estamos a falar do equilíbrio orçamental de setecentos e setenta e um mil euros e, portanto, grosso modo, uma diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, um resultado positivo de setecentos e setenta e um mil euros em termos de previsão do equilíbrio orçamental do orçamento de 2025. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao orçamento propriamente dito, gostaríamos de dar nota a todos os presentes e a todos os que assistem através da transmissão online, de algumas observações que entendemos pertinentes. Sem, obviamente, nada ter a opor relativamente à cultura e ao desenvolvimento de atividades neste âmbito, é com espanto que verificamos um reforço orçamental, de cerca de mais 40% nesta área de atividade municipal, um dos maiores deste orçamento, e que tem inscrita em sede de orçamento para o próximo ano, uma verba de mais de meio milhão de euros, quinhentos e trinta e um mil e oitocentos euros, mais concretamente. Sendo que, para este ano 2024 estavam previstos trezentos e setenta mil e quatrocentos euros, mesmo tendo em linha de conta todas as atividades desenvolvidas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que ontem tivemos oportunidade de ouvir relatadas.

Por outro lado, suscita-nos alguma tristeza que, em sentido contrário ao da cultura, o que acontece a Proteção Civil, neste caso, verifica-se um desinvestimento que se traduz numa redução de cerca de trinta e sete mil e quinhentos euros, face ao ano de 2024, onde o investimento global baixou duzentos e sessenta e três mil euros para este ano, para duzentos e vinte seis mil euros para 2025. Facto que, no entender do CDS-PP deveria ir precisamente na direção contrária, até porque há bem pouco tempo atrás, aqui tivemos o testemunho dos senhores Presidentes de junta e do senhor Presidente da Câmara aquando dos violentos incêndios rurais que, infelizmente, ocorreram no nosso concelho, no qual vossas excelências reiteraram a pertinência da necessidade de uma proteção civil mais capacitada de meios e de formação. Pena é que no orçamento do próximo ano, essa pertinência esteja diminuída e oxalá não nos lamentamos mais à frente no tempo por alturas do verão.

Como última observação dar nota do seguinte, não obstante a cabimentação para o turismo ser de duzentos e cinquenta e seis mil e novecentos euros, é nosso entender que a afetação de somente três mil e quinhentos euros para efeitos de publicidade e de cerca de três mil euros para as freguesias é deveras reduzida e poderia, sem dúvida, ser mais ambiciosa, na medida em que estes dois vetores são essenciais para a promoção do nosso território, sobretudo através das juntas de freguesia. Termino dando nota de alguns desígnios marcantes, como aqui foi referido pela senhora Vice-Presidente constantes nas grandes opções do plano para 2025. Refiro-me à apresentação da segunda revisão do PDM, à construção da Via Circular, à construção do Centro Interpretativo da Póvoa de Lanhoso, à requalificação da Escola Secundária, à construção do centro de recolha oficial de animais, canil e gatil, se preferirem, projetos ambiciosos,

sem dúvida alguma, do maior interesse importância para a Póvoa de Lanhoso, que também custaram até à data, bastante dinheiro aos povoenses, seguramente perto de um milhão de euros, só em projetos. Acontece que estamos a entrar no último ano do mandato e os povoenses continuam expectantes a aguardar que os projetos se traduzam em obra executada. Esperamos sinceramente que alguns possam já avançar sem sobressaltos no início do próximo ano dada a sua necessidade. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vivemos tempos em que a responsabilidade de governar exige mais do que apenas uma boa vontade e promessas irrealistas. O que temos vindo a assistir nestes três anos é uma gestão de improviso, sem o rigor necessário para garantir que os recursos públicos sejam bem aplicados em função dos interesses dos povoenses. Este improviso está bem patente na condução do processo da Via Circular urbana, em todos os planos de atividade que foram elaborados por este executivo é referido de uma forma vazia que pretendem concretizar o plano previsto para a Via Circular urbana. Mas que plano? Em momento algum foi partilhado o faseamento que este executivo iria e irá implementar para esta importante infraestrutura no presente mandato, por exemplo, em 2023, ocorreu a adjudicação da elaboração do projeto de execução da variante, sem ainda terem sido feitas a prospeção geotécnica, o levantamento topográfico, o levantamento cadastral, a auditoria de segurança rodoviária, e isto para não falar em todos os considerandos que já deveriam ser do conhecimento deste executivo, mas que, em último caso, foram abordados na sessão de esclarecimento que aconteceu em Lanhoso, em janeiro de 2023, onde a população, pela sua própria voz, expressou preocupações como a topografia com declive acentuado, as zonas húmidas e leitos de cheias, o grande atravessamento de solos agrícolas, os pontos de grande interesse, como o Penedo de Pena Província e o traçado da Via Romana. Todos estes aspetos foram abordados em janeiro de 2023, mas foi necessário um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, datado de fevereiro de 2024, para que este executivo, depois de quase seis meses desse parecer tratasse de adjudicar a prospeção geológica e geotécnica, a delimitação das zonas inundáveis, um projeto de integração paisagística, o que provavelmente irá conduzir a um novo traçado, por isso, infelizmente, o que vemos é um executivo a falhar, não fazendo o devido planeamento antes de o executar para garantir que o dinheiro público seja bem empregue.

Como falhou também, ao não ter conseguido garantir no devido tempo a cabimentação desta obra. Vários membros do Governo do Partido Socialista visitaram o nosso concelho mais do que uma vez com o objetivo da concretização da Via Circular urbana, e não

acautelaram esta importante obra na pasta de transição. A verba para esta execução nunca esteve assegurada no Orçamento de Estado, mas a culpa é sempre dos outros. Se o traçado está errado, a justificação é que teve a concordância das infraestruturas de Portugal, se é necessário reformular o traçado, é porque a Agência Portuguesa do Ambiente é uma entidade complexa. O que é certo, é que este executivo tem-se mostrado incapaz de desenhar uma estratégia sólida com planeamento.

No plano de atividades para 2025, um dos vários investimentos da freguesia de Galegos é a segunda fase da ligação à vila, a questão que lanço é perceber como é que será concretizada a interceção dessa ligação com a vila, com o traçado da Via Circular, não vão colidir? Questiona-se. Volto a perguntar o que já havia perguntado ontem sobre esta matéria e ficou sem resposta, ou então com uma resposta evasiva, qual é de forma objetiva e concreta a calendarização das etapas previstas para 2025 no âmbito da Via Circular urbana? Não podemos continuar com esta navegação à vista sem qualquer planeamento, porque, caso contrário, vamos estar condicionados a avançar até surgir o próximo problema, depende desta forma de uma liderança que tem a visão de futuro que seja capaz de planificar, esta planificação não aconteceu na Via Circular urbana.

E vamos ver agora também o histórico do PDM. No plano de atividades de 2022, era mencionada a meta erradamente da terceira revisão, mas acredito que fosse por não estarem devidamente inteirados, porque esta situação foi revista no plano de 2023 e 2024, que também continuava a prever como meta a conclusão do PDM, portanto, foi protelado efetivamente, ano após ano, e agora para 2025 já não é para concluir, mas sim apresentar a segunda revisão do PDM, certamente se recordam que em assembleias anteriores, tive a oportunidade de referir que, após uma apresentação da revisão do PDM, teria de ser aberto o período de discussão pública, como todos nós sabemos, para apresentação de reclamações e sugestões é que, após o período de discussão pública, tem de existir a elaboração do relatório de ponderação da discussão pública, e aí sim, ser elaborada a versão final do PDM para ser submetida a votação. Portanto, aqui houve uma clara impreparação, a experiência política não deve nem pode ser medida apenas em anos, mas sim em impacto, em resultados e em qualidade de atuação. Sete anos de uma experiência bem vivida nesta casa da democracia, digna e de intensa dedicação, podem ser muito mais produtivos do que décadas.

Este executivo nos seus cem dias de mandato, referia que a sua pretensão passava pela afirmação da Póvoa de Lanhoso no cenário distrital e Nacional. Vieira do Minho colocou há quatro dias a revisão do PDM em consulta pública; Vila Nova de Famalicão já tinha colocado a revisão do PDM em consulta pública em julho deste ano, Amares já em agosto, divulgou o relatório de ponderação da consulta pública. E isto, são apenas alguns dos exemplos do nosso distrito que demonstram que a Póvoa de Lanhoso não se está sequer a afirmar no cenário distrital.

A cada dia, o meu compromisso é com o avanço, com o progresso, é isso que me motiva e certamente também é isso que motiva este executivo, não tenho dúvidas, por isso,

senhor Presidente, é mais do que ora para agendar a sessão de esclarecimento com a CCDR-N, para que possamos em conjunto unir esforços. Ontem falei no reflexo do alargamento da rede de saneamento em definição do solo urbano e também do plano de valorização da barragem das Andorinhas. Espero que estas observações que foram formuladas sejam devidamente levadas em conta na revisão do PDM que está em curso. Volto a referir que a plataforma colaborativa de gestão territorial está sem atualização há demasiado tempo e os últimos documentos que os representantes desta Assembleia Municipal dispõe já se reportam a maio de 2022, portanto, uma vez mais, através da Mesa da Assembleia Municipal, se solicita a remessa de documentação atualizada do PDM para que possamos ficar inteirados e para que a transparência do procedimento seja garantida.

Não é razoável que, com tantas oportunidades disponíveis em fundos comunitários, não se captem os recursos europeus para permitir grandes avanços no concelho, enquanto outros municípios e regiões avançam com o apoio dos fundos, nós, aparentemente, temos ficado para trás. Ainda hoje foi publicada a notícia que Braga é o terceiro distrito do país que mais verbas do PRR recebeu, já vai em mais de trezentos e cinquenta e um milhões de euros. Como sabemos, o PRR tem um período de execução até 2026 e pretende implementar um conjunto de reformas e investimentos, tendo em vista a recuperação do crescimento económico. Questiono quanto é que o nosso município, no âmbito do PRR, recebeu nestes três anos e o que é que está projetado receber para 2025? Reparem, ainda ontem abordamos um dos avisos que está neste momento a encerrar que é a refuncionalização dos edifícios coletivos. Aviso este que tem uma verba disponível de cento e cinquenta e oito milhões de euros. Aliás, fiz a abordagem na ponderação da utilização do Cine Fórum e de uma aposta que não passe pelo mero aluguer sucessivo de tendas e o senhor Presidente referiu que estaríamos apenas em condições de proceder a candidaturas mais simples e falou, até, algo que do meu entendimento, não faz grande sentido, que é o facto de submeter candidaturas em overbooking, que é um regime que sabemos que é condicionado sem garantir financiamento porque é ir ao que sobra, sabemos disto.

O plano anual de avisos é publicado com a devida antecedência e permite aos municípios que se organizem, alocando os recursos humanos necessários, mesmo que tal implique fazer menos festas, menos eventos e que se foque em coisas maiores. Assim, e depois de todas as intervenções que foram referenciadas pela senhora Vice-Presidente neste âmbito, eu volto a questionar o que é que está planificado em termos temporais da submissão de candidaturas, portanto, elencou aqui um conjunto de intervenções, a questão que se lança é, são ou não objeto de candidatura e para quando? E que verbas que estão previstas fiquem disponíveis ainda em 2025?

Para além disso, no plano que está em análise, é dada nota que será criado sob a alçada do Serviço Municipal da Proteção Civil, um gabinete de prevenção de Riscos de Segurança contra incêndios em edifícios. É ainda dada nota da criação de um gabinete

de apoio ao agricultor. No entanto, no organograma não há qualquer menção. O que eu gostaria de perguntar era, como é que eles estão interligados nesta matéria?

Quando olhamos para a informação financeira, vemos que entre 2022 e 2025, temos uma receita de capital a ter uma oscilação de 5%, contudo, vemos a despesa de capital oscilar 54%, o que nos demonstra, aparentemente, um claro défice na captação de fundos de candidaturas, da mesma maneira que é preocupante o crescimento da despesa corrente, face à receita corrente. O défice de receita de capital e o acréscimo de despesa corrente, traduz-se ao longo deste mandato em sensivelmente três milhões e quinhentos mil euros que se fossem canalizados para obras nas freguesias, corresponderia a cento e sessenta mil euros em média, por cada freguesia neste mandato. Como disse o senhor Presidente, a política é feita de escolhas. Esta é a sua escolha, não a minha. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sendo este também o último ponto desta sessão e eventualmente, poderá ser a minha última intervenção ou não, queria que me permitisse desde já desejar um feliz Natal a todos os deputados, a todos os membros desta assembleia, aos membros e aos seus familiares, e um próspero ano de 2025 repleto de realizações profissionais, pessoais e políticas, mas essas só para alguns, como devem entender, claramente.

Depois, também, e como ponto prévio, não podia deixar de fazer referência a uma observação do senhor deputado Luís Carvalho, há bocado, que eu considero uma observação infeliz, quando se dirigiu ao deputado Pedro Silva, aquando da intervenção que ele estava a fazer, apelidando-o de "o suplente", uma observação infantil com intenção insultuosa, que vem na sequência também da forma como ontem também se dirigiu ao deputado Pedro Silva e então não posso deixar de lhe dizer que, é um orgulho para mim, enquanto líder do grupo parlamentar do Partido Socialista, ter na bancada como suplente, um elemento que em termos de conhecimento, capacidade de trabalho, para não falar de liderança, lealdade, humanidade, o reduz a si, que não é suplente, mas sim Presidente dum partido, a um eterno coordenador de uma qualquer juventude partidária, como prova esse comportamento que demonstrou há pouco, que é característico de um adolescente no auge da sua irreverência, portanto, em jeito de conselho controle lá esse instinto, porque o senhor tem responsabilidades acrescidas nessa bancada, que não é uma claqué, é a bancada do Partido Social Democrata, que é um partido com um passado carregado de história e, portanto, deixo-lhe esta sugestão.

Entrando agora no ponto e primeiramente, focando-me no orçamento e na análise que fiz do orçamento que tenho aqui algumas questões para colocar ao executivo. Portanto, em termos de evolução orçamental, as receitas e as despesas correntes verificam um

acrécimo de 11.6 e 7.5%, respetivamente, e as receitas de capital, uma diminuição de 9.77% enquanto as despesas de capital registam um aumento de 42,3%. Estas diminuições de receitas de capital, como o senhor Presidente mencionou há pouco são justificadas com o decréscimo de quinhentos e trinta e nove mil euros nas receitas provenientes de fundos comunitários. Eu pergunto, senhor Presidente, eu penso que não, mas queria questionar o senhor Presidente relativamente às receitas e despesas, se aqui já estarão contempladas as candidaturas a projetos que ainda não viram a sua candidatura aprovada, ou seja, processos de candidaturas que estão neste momento a decorrer e que, eventualmente, venham a ser aprovadas e sejam para executar em 2025 estão já previstos nestes números de receita de despesa, sim ou não?

Relativamente às receitas, ao quadro das receitas, olhando para este quadro, em termos de impostos, percebemos que existe um aumento, não diria residual, mas justificável de cento e trinta e nove mil euros, até porque o acréscimo é sentido na receita de IMT e, como já tenho afirmado em anos anteriores, sendo um imposto que incide na aquisição de imóveis, é um indicador económico até interessante.

No que se refere a taxas, multas e outras penalidades, estamos a falar de licenciamentos, feiras, ocupação de via pública, taxas de saneamento, de secretaria. Verifica-se um aumento aqui sim, residual, porque no conjunto destas rubricas, falarmos de oitenta mil euros.

No que respeita a receitas correntes, neste caso, temos um aumento muito significativo de 2,3 milhões, como referiu há bocado o senhor Presidente, e aqui entram, por exemplo, o aumento das transferências do Orçamento de Estado, como também referiu.

No que respeita à venda de serviços, onde se englobam os serviços de água, resíduos, rendas dos edifícios municipais, entre outros, verificou-se um aumento de trezentos e oito mil euros, já que no que respeite a bens de notar uma diminuição de cinquenta e sete mil euros. Não consegui aqui, senhor Presidente, identificar também talvez fruto do cansaço, a justificação para a diminuição, pelo que peço também, ao senhor Presidente, se puder esclarecer quais os fatores que contribuem para a diminuição desta receita resultante da venda de bens.

Ainda na análise das receitas, temos então uma redução na ordem dos oitocentos e oitenta mil euros, nas transferências de capital e pedia aqui também ajuda, senhor Presidente da Câmara, para percebermos melhor como se justifica esta redução e, por fim, os passivos financeiros aumentam cerca de dois milhões, mas estarão aqui já contabilizados os empréstimos já contratualizados, mas não utilizados nos anos de 2023 e 2024.

Olhando agora para o quadro da despesa, naturalmente, a despesa com pessoal tem um acréscimo de 1,2 milhões de euros justificável como há pouco também, o senhor Presidente, elencou, pela integração nos quadros de pessoal dos funcionários da área da saúde, resultando da delegação de competências, mas também pelas atualizações salariais.

Na aquisição de bens e serviços as alterações são praticamente insignificantes, menos vinte e nove mil euros na aquisição de bens e mais dezanove mil na aquisição de serviços. Relativamente aos juros, verifica-se também um aumento de cento e seis mil euros, como referiu, no que respeita a transferências correntes, há um aumento significativo, mais duzentos e sete mil euros em que cento e doze mil vão diretamente para as famílias. Isto é importante por programas de apoio como o NaturaLanhoso, as bolsas de estudo e outros.

Na aquisição de bens e serviços verifica-se um aumento muito significativo de 4,5 milhões. Penso que, por via de estarem vertidas no orçamento as obras relativas a empréstimos contratualizados.

No que respeita a transferências de capital, uma redução de 1.9 milhões, também, foi referido já e, por fim, olhar para a demonstração de equilíbrio orçamental e aqui, contrariamente àquilo que a intervenção anterior fez parecer, verifica-se que as receitas correntes não só financiam todas as despesas correntes, como geram ainda uma poupança superior a meio milhão de euros, mais precisamente setecentos e setenta e um mil e cinquenta euros.

Estamos, portanto, perante um orçamento que cumpre a regra do equilíbrio orçamental, é tudo por agora. Depois farei intervenção relativamente ao plano. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto da ordem de trabalhos, estamos a analisar o plano e orçamento e é importante para exercemos a votação em consciência, estarmos devidamente esclarecidos. Naquilo que diz respeito a investimentos nas freguesias, não nos é possível, através da análise do documento chegar ao valor de investimento por freguesia, e explicando porquê, porque aquilo que são investimentos previstos através dos empréstimos contraídos, temos acesso aos valores, aquilo que são as outras obras de compromisso da Câmara Municipal com as juntas de freguesia, não temos acesso a esses valores e, portanto, era essa ajuda que pedia ao executivo municipal nesta Assembleia Municipal que nos fizesse chegar esses valores que eu vou agora também perguntar, freguesia a freguesia, obra a obra, portanto, Águas Santas e Moure, apoio ao restauro dos altares da igreja de Moure, requalificação do espaço envolvente da Igreja de Água Santas e construção de instalações sanitárias, Calvos e Frades, remodelação da Junta de Freguesia e banda musical. Aquilo que está previsto, obviamente, para 2025, Campos e Louredo, segunda fase do centro cívico, requalificação de Rua do Souto, requalificação da Rua de Quinteiras, requalificação da Rua Alfredo Fonseca, requalificação da Travessa Sobrado de Cima; Covelas, requalificação da Rua do Carvalho,

construção de muro em pedra na Rua de Vila, limpeza de caminhos florestais, requalificação da Travessa do Ribeiro, construção de muro de pedra ao lado do salão paroquial, Esperança e Brunhais, requalificação dos ecopontos, construção de muro de suporte no campo de futebol, em Brunhais, Ferreiros, requalificação da Rua Poça do Esporão; Fonte Arcada e Oliveira, requalificação da Rua do Outeiro, requalificação da Rua Vale de Moura, substituição de caixilharia na escola e também apoio com o material para a Rua dos Coutos e Rua do Passal; Galegos, requalificação da Rua das Curtinhas, requalificação da Rua Costa do Além, requalificação da Rua de Mirão, requalificação da Rua e Travessa Professora Augusta Macedo e ligação á Vila, segunda fase; Garfe, requalificação da Rua da Comenda, construção de parque infantil; Geraz, requalificação da sede da Junta de Freguesia; Lanhoso, requalificação da Rua de Chidelas; Monsul, requalificação da Travessa da Venda, requalificação do espaço exterior ao pavilhão desportivo, requalificação da Rua de Novais, Póvoa de Lanhoso, Nossa Senhora do Amparo, apoio com material para a Rua de Vilarinho e Rua João Carvalho, Rendufinho, requalificação do beco do Piairo; São João de Rei, qualificação da Rua das Lajes, requalificação da Rua da Escola, requalificação da Rua Fonte Nogueira, requalificação da Escola de São João de Rei; Santo Emilião, ampliação do cemitério; Serzedelo, apoio com material para o largo da Capela, a requalificação da Rua da Portela, a requalificação da Rua de Parada, requalificação da Rua das Travessas e requalificação da escola primária; Sobradelo, requalificação da estrada de Santiago a Cabanelas, requalificação da Avenida de Várzeas; Taíde, requalificação da Rua Manuel Pereira, requalificação da Rua da Corredoura e requalificação da Rua Eduardo Vieira; Travassos, requalificação da Rua do Pinheiro Manso; Verim, Friande e Ajude requalificação da Rua Dr. Custódio, requalificação da Rua António Dias e requalificação da Rua Marcos Mesquita; Vilela, Vilela só tem previsto obras através de empréstimo, portanto, as outras obras fora empréstimo, não tem nenhuma para Vilela; obviamente, eu nas juntas de freguesia tenho aqui valores, porque questionei os Presidentes de junta de freguesia do PSD, mas também pergunto aqui para termos a confrontação para ver se tudo bate certo, para termos também a resposta oficial.

Pedia então a ajuda nesta colaboração para termos o valor então por freguesia, se puder dar então o valor destas obras todas e no final dá o valor por freguesia juntando estes valores, mais os de empréstimos. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vamos começar já por esta questão que foi colocada pelo deputado Luís Carvalho para esclarecer o seguinte, todas as obras que referiu e são muitas, têm financiamento, seja

dos empréstimos, seja do orçamento de 2025, seja de contrato interadministrativo e eu não sei precisar em relação a cada uma dessas obras em específico, qual é o financiamento que possa ter, mas é uma informação que nós podemos obter e que podemos fazer chegar às lideranças das bancadas parlamentares, vai ter oportunidade de vir aqui novamente isto, a noite é uma criança.

Portanto, o que eu disse é que todas as obras que vão ser feitas no próximo ano, essas ou outras que vão ser concretizadas no próximo ano, eu não tenho que responder especificamente a essas obras que referiu, eu tenho no meu universo de intervenções a fazer essas e outras obras, que pretendemos fazer no próximo ano, portanto, todas as obras que vão ser concretizadas ao longo do ano civil de 2025, dos 12 meses do ano civil de 2025, nós estamos a aprovar o orçamento para 12 meses e não só até às eleições, já agora, para 12 meses, terão financiamento do orçamento da Câmara Municipal ou dos empréstimos que foram contraídos e que vão ser ainda parcialmente concretizados, como já expliquei na apresentação do orçamento, ou de contratos interadministrativos que vão ser assegurados com as juntas de freguesia. Se não tiver sido totalmente claro, o senhor volta cá, e eu volto cá.

O deputado Pedro Afonso, refere um investimento adicional na área da cultura e dos eventos, sim, nós vamos ano após ano, em função da estratégia que temos para cada área, aumentando ou diminuindo o valor de cada área de intervenção, a área da cultura e eventos é uma área que no próximo ano terá por parte da Câmara Municipal um orçamento adicional, nós temos ao longo do ano, como já se tem percebido desde final de 2021 e início de 2022, várias novas iniciativas, várias iniciativas como esta que decorre, por exemplo, ao longo deste mês, no período de Natal, iniciativas no período de verão. Temos dado uma dinâmica diferente ao São José, acho que todos reconhecerão que o São José tem hoje dinâmicas diferentes, com spots diferentes, com locais diferentes, com palcos onde estão a decorrer espetáculos em simultâneo e, portanto, isso não era habitual nas festas de São José, essa e outras mudanças que ocorreram, e sim, nós temos estrategicamente pensado, aditivar estas áreas.

Na área da proteção civil há de reparar que fazendo uma análise comparativa só com 2024, pode parecer que há um decréscimo, mas se há área em que esta câmara municipal tem investido ao longo deste mandato é precisamente a área da Proteção Civil, eu quero só recordar três ou quatro exemplos, primeiro exemplo, nós passámos a ter uma equipa na área da Proteção Civil, porque existia um técnico que trabalhava na área da Proteção Civil, hoje temos uma equipa, nós passamos a ter um veículo, que está dedicado às intervenções da equipa da Proteção Civil, não existia veículo nenhum, não existia nada, nem veículo, nem equipamentos nem coisa nenhuma. Nós temos feito todos os anos um investimento significativo, e eu fiquei com esta dúvida da sua intervenção, não sei mesmo se esta diferença está relacionada, por exemplo, com o facto de termos agora um gabinete técnico, florestal, o GTF que não existia, nós temos agora uma técnica dedicada ao gabinete técnico florestal e que tem, por exemplo, passou a ter

uma missão que era da Proteção Civil, que é de fazer o acompanhamento das intervenções nos caminhos florestais que passaram a ser intervencionados neste mandato. Nós temos feito quilómetros e quilómetros e quilómetros de intervenção nos caminhos florestais do concelho com um investimento muito significativo que poderá ser, não estou a dizer que é porque não tem a certeza, mas poderá ser este diferencial em termos de investimento que estava afeto à área da Proteção Civil, mas ainda na área da Proteção Civil eu podia referir uma intervenção importante, três, uma que são três intervenções importantes que nós fizemos ao longo deste mandato, que tem a ver com pontos de captação de água que existiam no concelho e que estavam completamente degradados em São Mamede, em Galegos e na freguesia de Oliveira que hoje estão completamente operacionais e, portanto, surgindo alguma necessidade, como surgiu, por exemplo, no passado mês setembro, nós temos hoje pontos de água que estão preparados e estão operacionais para servir as equipas de combate aos incêndios florestais. Podia referir, por exemplo, a semana da Proteção Civil, Isto agora respondendo ainda que parcialmente, eu já lá vou já tenho aqui uma série de notas para si também Eng.^a Fátima Alves, mas respondendo parcialmente em relação a referenciar o concelho da Póvoa de Lanhoso, no distrito e na região. Nós somos o único concelho da região, e nem sei se do país, mas o único da região, seguramente que passou a ter uma semana dedicada à Proteção Civil, que aborda os temas da Proteção Civil e que junta todos os agentes da Proteção Civil ao longo de uma semana para discutir a proteção civil. No mandato anterior não existia nem semana da Proteção Civil, nem tema da Proteção Civil, nem equipa da Proteção Civil, nem equipamentos da Proteção Civil, porque não se falava de Proteção Civil. Se quiser também posso reconhecer, se calhar, é justo reconhecer que o tema da Proteção Civil é um tema para o qual estamos todos cada vez mais despertos, também é verdade, mas também é justo dizer que tudo isto aconteceu em três anos, não foi em três mandatos, foi em três anos, portanto, em três anos fez-se mais em área de proteção civil do que em décadas, provavelmente.

Passando à deputada Fátima Alves. Bom, primeiro, é importante explicar que nós não podemos fazer uma análise da despesa corrente e da despesa de capital similar àquela que se fazia antes da delegação de competências. Isto porquê, porque nós passámos a ter um orçamento empolado em termos de despesa que, de facto, tem uma receita correspondente, mas toda essa receita é canalizada para despesa corrente e, portanto, não é o mesmo tipo de análise ter um orçamento que tem mais despesa corrente que seguramente não pode ser direcionada para mais nada que não seja o pagamento, por exemplo, dos mais de cem operacionais que nós temos nas escolas, que resultam da delegação de competências na área da educação, portanto, eu acho que é importante este esclarecimento para não parecer que vai ao longo do tempo, havendo um desequilíbrio entre a despesa corrente e a despesa de capital, porque, de facto, não há. Há, é uma realidade diferente em termos orçamentais, e em termos de canalização das verbas que temos previstas no orçamento.

Via Circular urbana. Primeiro, nós fizemos, decidimos fazer uma sessão de esclarecimento na freguesia de Lanhoso, decidimos, o executivo decidiu fazer uma sessão de esclarecimento na freguesia de Lanhoso, precisamente para transmitir às pessoas a nossa ideia e para ouvirmos a opinião das pessoas, evidentemente que cada pessoa tem o seu ponto de vista relativamente ao impacto positivo ou negativo que pode ter a travessia da Via Circular. Eu tenho, acho que posso arriscar dizer que não há nenhuma grande infraestrutura, vamos recuar à década de noventa, eu tenho a certeza que a obra que foi feita na nacional 103 na serra do Carvalho que Liga a Póvoa de Lanhoso a Braga não terá sido consensual, por muito útil que seja ao concelho, e a utilidade é indiscutível, mas não terá sido consensual na medida em que certamente atravessou vários terrenos de vários proprietários e que pode ter aqui ou ali prejudicado esta ou aquela linha de água, é normal acontecer isso, aliás, é inevitável acontecer isso. Portanto, nós não procuramos consenso em relação a matérias deste género, nós procurámos servir a população como um todo e infraestruturar o território de uma necessidade que tem décadas e que precisa de ser concretizada rapidamente, esse objetivo não mexeu um milímetro que seja e também não seria possível, passando já essa parte da sua intervenção, ninguém começa a casa pelo telhado. Seria impossível termos previsto em sede de Orçamento de Estado, uma verba que só pode estar no Orçamento de Estado, após termos concretizado uma série de passos que estão previstos no cronograma, nomeadamente a aprovação do projeto juntamente com a IP. Aliás, eu quero recordar uma coisa que já aqui disse este ano, após uma reunião com o atual ministro das Infraestruturas, o ministro Miguel Pinto Luz, em que o próprio se comprometeu comigo junto do ministro das Finanças, fazer o necessário, a partir do momento em que tenhamos o projeto aprovado junto da IP para que, a partir, de facto, desse momento, passarmos a poder contar com a verba correspondente no Orçamento de Estado, que já agora dará corpo àquilo que já está previsto no plano de atividades e Orçamento da IP, como é sabido também por esta Assembleia Municipal. Em primeiro lugar, nós não podemos inverter a ordem de prioridades. Em segundo lugar, não podemos desvalorizar o trabalho que foi feito até agora em relação à Via Circular urbana, porque foram dados passos em relação a esse processo que nunca tinham sido dados no passado, nunca foi assinado um acordo com a IP, nunca foi desenvolvido o trabalho que nós já desenvolvemos, e que envolve já centenas de milhares de euros de investimento do município, em relação a matérias como, por exemplo, levantamento topográfico que referiu que já foi feito ao contrário daquilo que disse e em relação uma série de outros estudos técnicos que estão em desenvolvimento e que já foram desenvolvidos e que, de facto, eu já aqui expliquei, mas como temos públicos diferentes, como eu já aqui disse, eu vou repetir, e que, de facto, tivemos de colocar em suspenso desde fevereiro de 2024 para podermos satisfazer as pretensões da Agência Portuguesa de Ambiente. Ora, quando diz que a IP, eu tomei nota, a posição da APA vai conduzir a um novo traçado. Não, não vai conduzir a novo traçado nenhum, disse que a posição da

APA, eu tomei nota, não me costumo enganar naquilo que ouço e no que escrevo. A posição da APA iria então questionou, questionou se iria conduzir a um novo traçado? Não está em cima da mesa um novo traçado, o que está em cima da mesa é a forma como vamos construir o traçado que está definido, está consensualizado com a IP este traçado, e isso não está em causa, o que está em causa é a edificação, é a quota, por exemplo, da via, é a tipologia da via, são os materiais que são utilizados, é isso que está em causa. Portanto, a IP concorda com o traçado? Sim, é verdade. A APA exige uma avaliação de impacto ambiental? Sim, é verdade, estes são os factos. Não tem nada a ver com protelar ou com, usou outro termo, não foi protelar, que procurámos responsáveis, nós não procuramos responsáveis nenhuns, disse que nós procurávamos responsáveis para os atrasos desse processo, disse. Nós não procuramos responsáveis, nós temos é uma relação franca com a verdade, e a verdade é esta, e trazemos aqui informação, transmitimos a verdade e já agora, porque eu sei que essa é provavelmente a grande esperança de quem está na oposição debater publicamente. Eu faço todos os debates públicos que quiserem, quando quiserem, nas freguesias que quiserem sobre este tema, ou sobre outros até, mas sobre este tema, porque se há coisa que eu tenho é uma relação muito franca com a verdade, os dados existem, esta é verdade.

Nós evoluímos de forma francamente positiva até determinado momento e tivemos um constrangimento com o qual temos de lidar, é verdade, os problemas surgem e nós lidamos com eles de forma franca, e se tivermos de comunicar e explicar isto às pessoas, explicámos e se tivermos de montar uma estratégia de campanha, que é aquilo que poderá estar nas mentes de algumas pessoas em relação a este tema, então debatemos este tema sem problema nenhum. Já o debati em 2021 e debato-o em 2025, eu espero que ele já não seja debatido em 2029, não sabemos quem cá estará, mas que em 2029 já seja uma realidade mais do que assegurada. Portanto, em relação à via circular, os dados são estes, a verdade é esta. E não há cinquenta verdades, há uma verdade, e é essa que eu debato é essa que eu transmito à Assembleia Municipal sempre, onde reconhecer essa coerência, sempre que se fala deste assunto eu transmito a informação que tenho e, repito-a se for preciso sem problema nenhum.

Sobre o PDM, vamos passar ao tema do PDM. Comete o erro de comparar processos incomparáveis, porque não há nenhum processo de PDM entre concelhos de Vieira do Minho, de Amares, ou de outros que queira referir, que sejam iguais, não são iguais os processos. Olhe, desde logo, eu não estou a dizer que disse, eu é que lhe estou a dizer que os processos não são iguais, e desde logo, porque há um desses municípios, e se fizer o trabalho de casa, vai perceber, há um desses municípios que nem sequer propôs nenhuma alteração, não propôs nenhuma alteração, portanto, se não propõe nenhuma alteração, desde logo não precisa de pareceres, se não precisa de pareceres a discussão pública está facilitada e em sede de discussão pública é que podem, de facto, surgir alterações que depois são ou não avalizadas pelas entidades. Ora no município da Póvoa de Lanhoso, nós já podíamos ter feito a discussão pública há anos, se não

propuséssemos alteração nenhuma, mas como temos determinada estratégia para o território, nomeadamente, por exemplo, para espaços destinados a equipamentos, para falar só por exemplo, espaços destinados a equipamentos, o desenvolvimento de um concelho de determinado território deve ter em conta no nosso caso tem, deve ter em conta que espaços estão idealizados para desenvolver determinadas atividades e instalar determinados equipamentos. E isso tem de ser discutido em sede de revisão do PDM. Ora, se esta discussão não existir noutras realidades, é evidente que o processo não pode ser comparado, não é comparável, portanto, e eu já expliquei aqui ontem, que nós estivemos a aguardar dois pareceres da Agência Portuguesa de Ambiente e da Reserva Ecológica Nacional e que estamos já numa fase que nos permite partir para a segunda reunião que terá como consequência, se essa reunião correr bem, já ontem frisei isso também, que terá como consequência a discussão pública do PDM. Ninguém tem mais vontade do que eu, acredite no que lhe digo, por todas as razões, de que essa discussão pública aconteça e que o processo de revisão do PDM seja concretizado. Portanto, eu tenho razões, muitas razões, fruto das minhas funções, claro para que esse processo seja concretizado.

Relativamente à obtenção de fundos comunitários, nomeadamente os fundos do PRR, sabe quantos processos tinham financiamento PRR no início deste mandato? Tem uma ideia? Não tem, eu digo-lhe, zero. Porque o anterior executivo candidatou projetos para obtenção de fundos do PRR. Nós estamos a falar o PRR, apelidado de bazuca pelo Governo anterior, é anterior à vigência deste executivo na Câmara Municipal se fizerem o histórico e pesquisarem no Google vão perceber que o PRR era bem anterior, à nossa entrada em funções, mas eu dou-lhe um exemplo, o exemplo gritante, dou-lhe dois exemplos, um gritante e outro factual que está até dentro desta sala. O primeiro exemplo gritante é que a estratégia local de habitação no início deste mandato, como foi ontem referido pela senhora Vice-Presidente, estava absolutamente estagnada, e ela tem financiamento do PRR portanto, se hoje a estratégia local de habitação evoluiu da forma que foi ontem discutida, inclusive, já foi revista por esta Assembleia Municipal e tem as metas que vocês conhecem, é fruto do trabalho deste executivo, é fruto do trabalho que nós desenvolvemos nestes três anos com financiamento do PRR. Mas eu dou-lhe exemplo que está dentro desta sala, está a ver aquele equipamento que está ali ao fundo, e eu peço àquela câmara que foque aquele equipamento que está ali no fundo da sala. Aquele equipamento de projeção foi candidatado por este executivo e financiado pelo PRR e permite que nós possamos transmitir dentro desta sala produções audiovisuais, cinema, com uma qualidade que na Póvoa de Lanhoso nunca existiu, e que já agora existe em poucos pontos do distrito. Aquele equipamento que está ali, passe a publicidade, mas tem mais qualidade do que, por exemplo, os cinemas de Braga Parque, por aquilo que foi já comunicado pelos técnicos que vieram aqui instalar e analisar o equipamento, portanto, também estou a comparar, é certo, com cinemas que têm mais de vinte anos, são equipamentos diferentes, mas aquele equipamento, é o topo da

tecnologia em relação a este tipo de material, e foi financiado pelo PRR, beneficia deste equipamento todos os habitantes do concelho da Póvoa de Lanhoso, no próximo dia 22, estarão aqui crianças dos centros educativos e dos Agrupamentos do concelho que vêm assistir a um filme de forma gratuita, precisamente porque temos um equipamento que foi candidatado por este executivo, está à disposição da comunidade e que tem sido utilizado desta forma que acabei de explicar.

Portanto, a afirmação da Póvoa de Lanhoso no distrito tem a ver com tudo isto, a afirmação da Póvoa de Lanhoso no distrito tem que ver precisamente com a forma como nós temos vindo a capitalizar e a reforçar a reputação do concelho da Póvoa de Lanhoso, este capital reputacional, eu se calhar, não sou a pessoa indicada para o dizer, mas modéstia à parte, este capital reputacional não existia, e existe hoje. A Póvoa de Lanhoso em relação à sua oferta aos mais vários níveis, foi aqui já apresentado pela senhora Vice-Presidente, nas mais diversas áreas, fomos reforçando, melhorando, qualificando, fizemo-lo em várias áreas e, portanto, essa reputação é algo indiscutível. Até preferia que a senhora deputada viesse a este púlpito dizer, vocês já fizeram muito, mas nós queremos fazer mais, ótimo isso é ambição, e eu quero é ouvi-la dizer isso, agora dizer que a Póvoa de Lanhoso não está referenciada no distrito.

Olhe, eu estou muito tranquilo e muito satisfeito com o trabalho que temos desenvolvido. E eu vou responder-lhe relativamente à obtenção de fundos comunitários e relativamente aos projetos que vão sendo trabalhados pelos vários executivos ao longo dos anos, para lhe explicar que tanto em relação ao Portugal 2030 como em relação a Portugal 2020, este tipo de financiamento é cíclico e tem momentos, e nós estamos neste momento, no ponto de preparar projetos que têm que ser concretizados nos próximos anos, como aconteceu no Portugal 2020, como aconteceu, por exemplo, entre o mandato 2009-2013 e 2013-2017, em que em 2009-2013 o município preparou-se para lançar uma série de candidaturas e em 2013-2017 e 2017-2021 foi concretizado essas candidaturas. É assim que se trabalha em termos de organização e de planeamento. A diferença existe, como eu já expliquei ontem, quando as regras são alteradas e quando é exigido aos municípios que tenham todos os projetos com o mesmo grau de maturidade em simultâneo no mesmo espaço temporal, isso não é possível e nós estaremos aqui no próximo mês de fevereiro a analisar o resultado dessa exigência da CCDR-N. Estamos em franca rota de colisão, estamos os municípios todos, não é a Póvoa de Lanhoso, estamos em franca rota de colisão com essa pretensão da CCDR-N que vai ter de flexibilizar os prazos, aliás, posso adiantar que em 24 horas, de ontem para hoje, existe já uma informação, embora seja informal, mas que há de ser formalizado nos próximos dias que esse prazo vai ser dilatado, portanto, de ontem para hoje, a discussão de ontem até hoje, já percebemos que há de haver uma dilatação do prazo. Eu não sei se é de uma semana, se é de um mês ou dois, não faço ideia qual é a dilatação do prazo, mas o prazo já não será 31 de dezembro de 2024, portanto, como vê a política é muito dinâmica, e a gestão da coisa pública também é. E para fazermos uma boa gestão da coisa pública, é preciso

ambição, é preciso conhecimento, é preciso informação e é preciso experiência, eu não sei se consegue rever-se em algum destes critérios, mas vai ter tempo para refletir sobre isso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ainda relativamente às candidaturas PRR, já falámos da estratégia local de habitação, mas quero também aqui dar conta da candidatura à Loja do Cidadão, que já está aprovada e que o projeto vai ser concretizado já no próximo ano, que é uma candidatura PRR que ascende a mais de um milhão de euros. Também a candidatou dos bairros digitais que foi aqui também falada há pouco, tem a ver com a transformação da nossa vila numa vila digital e inteligente, também mais de um milhão de euros, ao programa 360 que permitiu a reabilitação de doze habitações em termos de acessibilidades, à equipa Radar Social também já está; à creche da Em Diálogo, que também foi financiada pelo PRR, a este equipamento de cinema, como já disse o senhor Presidente; aos painéis solares instalados no centro de Saúde e também à aquisição das viaturas elétricas para o Centro de Saúde, tudo isto são investimentos PRR.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, experiência, olhe, a minha experiência diz-me que eu jamais lançaria uma adjudicação de um projeto de execução em janeiro de 2023 e só em julho de 2023, é que estaria preocupada com o levantamento topográfico e com o levantamento cadastral. A minha experiência também me dizia que, primeiro necessitaria de uma prospeção geotécnica e que não ia esperar para maio para adjudica-la. A minha experiência também me diz, porque da reunião que houve em Lanhoso, se houvesse dúvidas, dúvidas deixariam de existir, que não deixaria para agosto de 2024 ser feito um projeto de integração paisagística, uma delimitação de zonas inundáveis e uma prospeção geológica e geotécnica.

Convenhamos, senhor Presidente, a experiência diz-nos que primeiro fazemos estes estudos e depois passamos para o projeto de execução. Quando o senhor Presidente diz que, há um município que não verte nenhuma alteração, senhor Presidente, alguma coisa aqui não pode estar certa, porque sabemos que esta revisão, esta revisão em concreto, prevê a adaptação dos regulamentos à nova lei dos solos, que já não é nova,

estamos a falar de uma lei já com muitos anos. Portanto, se não verte alterações, vai-me dizer que esse município estava à frente do seu tempo? Não me parece.

Agora, por capítulos. Via Circular urbana, não me esclareceu como é que vai ser feita a interceção da ligação de Galegos, ou seja, a ligação que está prevista no plano de Galegos com o traçado da Via Circular urbana, da mesma maneira que não esclareceu, de forma objetiva e concreta, a calendarização de etapas no âmbito da Via Circular, prevista para 2025. Também não me esclareceu, ou pelo menos, não me disse que aceitaria o repto de se agendar a sessão de esclarecimento com a CCDR-N, porque temos que compreender se realmente estamos assim tão bem como quer fazer transparecer.

Relativamente aos fundos comunitários, senhor Presidente, dizer-lhe, e o senhor sabe, podia era ter dito isso aqui, que o PRR entra em vigor a partir de 15 de junho de 2021, portanto, tenhamos atenção às datas e depois falemos com a realidade. Depois, em termos de candidaturas, senhora Vice-Presidente, agradeço-lhe o facto de ter aqui explanado as candidaturas em termos transversais do concelho, porque sabemos, por exemplo, que da creche Em Diálogo é a própria instituição a fazê-la, sabemos que os bancos digitais foi uma parceria, mas é sempre bom estarmos atentos a estas iniciativas. Relativamente aos painéis solares, aos veículos elétricos essa candidatura já foi executada pelo município após a delegação de competências ou foi elaborada antes pela entidade, neste caso pela tutela que detinha a área da saúde?

Não me esclareceram também, esta situação do gabinete de Prevenção de Riscos de Segurança contra incêndios e o gabinete de apoio ao agricultor, o facto de não estarem explanados no plano.

E falando agora de contas, não vamos aqui fazer confusão nas despesas correntes e nas receitas correntes, nem as receitas de capital e as despesas de capital. Aquilo que eu referi aqui e de uma forma inequívoca é os valores ao longo do mandato, nós em 2022, tínhamos uma receita de capital de 3.642.822 euros, em 2025, temos uma receita de capital de 3.821.199 euros, significa que tem uma oscilação no entanto, se formos às despesas de capital, em 2022 temos uma receita de capital de 5.713.042 euros. Em 2025, temos 8.794.304 euros, uma oscilação de 54%. O que eu estou a dizer é que as oscilações não estão a variar na mesma proporção, da mesma maneira que a receita corrente onde estão as transferências inclusivamente da delegação de competências, registava em 2022, o valor de 17.207.650 euros. Em 2025 regista o valor de 24.162.394 euros, 40% de aumento. Se formos às despesas correntes em 2022, registava-se 14.624.394 euros, e em 2025, regista-se 22.153.091, portanto, temos aqui uma oscilação de 51%, a oscilação que temos de receita e de despesa, quer em termos correntes e quer em termos de capital, não estão a oscilar na mesma proporção, e por agora é tudo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Falando agora do plano e em termos de conclusão, este é um plano de conclusão de mandato, um mandato que, diga-se, foi um mandato complicado, e se recordarmos este executivo entra no seu mandato, num ano em que estávamos de saída de uma pandemia. Durante o mandato, existe uma mudança de governo, durante o mandato, temos as taxas de juro e inflação a níveis historicamente muito levados, temos guerras que têm impacto direto nas atividades, mas, obviamente, os eleitos são eleitos precisamente para no meio da adversidade, encontrarem soluções que, em alguns casos, minimizem situações que possam ser consideradas más a nível global e que sejam transformadas em menos más para quem nos elegeu e depois aquilo que todos esperam da política e dos políticos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para o crescimento económico, para a boa organização dos serviços, etc.

E o que nos demonstra este plano é claramente uma visão por parte deste executivo, que é uma visão ambiciosa, ao mesmo tempo realista, mas que aponta precisamente para o desenvolvimento, o crescimento económico e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Prova disso são os projetos e pretensões aqui que nos são descritas e que já foram aqui também abordadas o trabalho desenvolvido, por exemplo, em torno da Via Circular e já feito, que já aqui disseram, que ainda não se vê a Via Circular a avançar e entramos no último ano do mandato, é verdade, da mesma forma que é verdade que qualquer pessoa intelectualmente séria reconhece, e não tem medo de o dizer, que todos os passos da responsabilidade deste executivo que podiam ser dados foram dados e, portanto, todos os serviços e todas as entidades envolvidas neste processo tivessem o mesmo grau de compromisso, o mesmo empenho e a Via Circular chegaria mais cedo. Não é assim, infelizmente, mas o caminho faz-se caminhando e se há coisa que este Presidente de Câmara, Dr. Frederico Castro, não tem que provar a ninguém, é precisamente a sua resiliência.

Mas há outros processos que, apesar de não serem visíveis, são estruturantes para o concelho, os avanços na rede de abastecimento de água, com a intenção de garantirmos 100% de cobertura a breve trecho; a continuidade do alargamento progressivo da rede de saneamento, são um bom exemplo; a forma afincada como este executivo se tem dedicado à estratégia local de habitação, que também hoje aqui foi tema, é algo que não nos deve passar despercebido, 2025 será o ano que marca a reabilitação dos bairros sociais de Garfe e de Oliveira, mas também o ano em que se iniciará a construção de 38 novos fogos em Fonte Arcada e Oliveira e avançará ainda o processo para a construção de mais 26 fogos em Monsul, um total de 64 novas habitações sociais.

São várias as medidas às quais se pretende dar continuidade e que são um forte contributo de apoio financeiro às famílias. O apoio à renda; NaturaLanhoso; as bolsas de estudo; as políticas fiscais, que também beneficiam as famílias, como o IMI familiar; a manutenção da taxa de IMI no mínimo; a redução da taxa de comparticipação do IRS,

que vale a pena lembrar; já sei que já falámos ontem que nunca nenhum executivo anterior tinha dado esse passo e, ao contrário do argumento aqui apresentado ontem que mais não é do que procurar um facto à medida para justificarem o facto de claramente terem uma atitude enquanto membros da Assembleia Municipal com o seu partido no poder e aí nada questionavam, nada punham em causa, tudo era perfeito, em termos de discurso, faziam trinta por uma linha para enaltecer, sobrevalorizar os assuntos que agora estando na oposição, ainda que melhorados, são criticados, desvalorizados e muitas vezes até tentando desinformar a opinião pública para dessa forma colherem eleitoralmente.

Este é um dos problemas da política quando a questão eleitoral se sobrepõe à defesa dos interesses das pessoas, não estamos com o propósito certo, felizmente, essa é uma postura do passado e este Presidente de Câmara tem dado muitas provas disso mesmo, seja através de medidas menos populares, como nos recordamos bem no início deste mandato, relativamente às taxas de água, era muito mais fácil para o Presidente da Câmara fazer o que fizeram os seus antecessores do PSD que, em prol do voto não cumpriram os compromissos assumidos, prática essa que se mantém até hoje e nestes intervenientes que, uma vez mais, tentaram impedir que o Presidente da Câmara desse seguimento a esses compromissos com a ERSAR.

Ainda ontem se abordou um tema, e hoje também, em que, mais uma vez, se mostra a diferença de prioridades entre os dois partidos. A deputada e agora candidata, Fátima Alves, questionou o facto de haver muitos prestadores de serviços externos aos quadros. Seria também bem mais fácil para o Presidente de Câmara, sair por aí a distribuir empregos a tudo e a todos, como era prática comum no passado recente. E pelo que percebemos a intenção é manter essa prática. Mas não, o que este Presidente de Câmara faz e se compromete a fazer é precisamente fazer uma gestão responsável dos recursos humanos, colocando o interesse comum acima do interesse eleitoral, e a seu tempo, ou seja, no tempo certo, de forma sustentável, resolver então a questão dos prestadores de serviços. Esta gestão que prioriza a Póvoa de Lanhoso e os povoenses é feita, como disse, por via de medidas impopulares, mas também de medidas que apoiam de forma direta as famílias, como esta relacionada com a comparticipação da taxa de IRS que, como disse e repito, este é o primeiro executivo que reduz esta taxa, nenhum outro fez, e não fez por opção.

Mas em 2025 será também um ano de forte investimento em todas as freguesias do concelho, dando continuidade àquilo que tem sido apanágio deste Presidente de Câmara que entrou no mandato e continua com muita vontade de fazer política de forma diferente, onde todos são olhados de igual forma, onde não importa se na campanha eleitoral transportaram uma bandeira vermelha, rosa, azul ou laranja, pese embora o facto de como aqui tenho recorrentemente feito referência, nem sempre existir reciprocidade nesta ação do senhor Presidente de Câmara. Ainda assim, este é também um orçamento muito amigo dos senhores Presidentes de Junta, de todos os senhores

Presidentes de junta que terão hoje aqui a oportunidade de aprovar a execução de investimentos importantes nas suas freguesias.

E, portanto, caros colegas, deputados, hoje a nossa responsabilidade, de todos nós, deputados da bancada A, da bancada B, da bancada C, os senhores Presidentes de junta, aos senhores representantes das juntas de freguesia, a nossa responsabilidade não é com o nosso partido, não é com a ideologia, é com as pessoas, a nossa responsabilidade é com as pessoas e não com joguinhos políticos que se perdem com o tempo, as pessoas que estão lá fora, as que não assistem às assembleias municipais, não se importa com quem leva o crédito, não perguntam se a proposta veio do partido A ou do Partido B. O que as pessoas querem realmente saber é como será o amanhã, como vamos ter uma vida mais digna, mais justa, com mais oportunidades, é por isso, e para isso que todos nós estamos aqui, fomos eleitos para representar pessoas, todas elas, as que votaram em nós, mas também as que não votaram, as que se sentem representadas, aquelas que perderam a esperança na política e nos políticos.

Temos hoje uma oportunidade de mostrar que a política pode ser muito mais do que discursos vazios, mais do que joguinhos, mais do que apenas demagogia, temos a oportunidade de mostrar que a política pode ser a arte de servir, de unir e de construir em conjunto, olhando para o plano e para este executivo, o trabalho, o empenho, a postura deste Presidente, penso que é evidente que estamos perante um executivo e um Presidente de Câmara com visão estratégica e com um plano que acompanha essa visão estratégica nas mais diferentes áreas de intervenção. É claramente um executivo de todos, com um plano para todos. É por isso que lanço um desafio a esta assembleia que, por um instante, esqueçam as cores partidárias, esqueçam as lógicas eleitorais, vamos em conjunto pensar apenas no que é justo, no que é correto, no que é necessário para as pessoas, vamos tomar decisões, nomeadamente a votação deste plano e orçamento com coragem, com integridade e, acima de tudo, com humanidade. É sobre estes princípios que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente às grandes opções do plano e Orçamento para 2025. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente de Câmara, todas as obras que eu falei há pouco diziam respeito a obras que não estavam contempladas nos empréstimos e se elas estão explanadas no documento sem dar acesso aos valores, não acha normal que eu pergunte aqui os valores para termos o valor que é afeto por freguesia? Porque eu relativamente aos empréstimos, eu tenho acesso, consegui fazer a conta, relativamente aos empréstimos daquilo que transitou para o PPI de 2025 nas 13 juntas que são do executivo do PSD, está

previsto 1.442.087 euros, nas restantes 9 juntas, 2.652.467 euros. Isto foram todas as obras dos empréstimos aprovados em 2022; em 2023, que transitaram para o PPI 2025. Relativamente às outras obras, não temos os valores, portanto, é totalmente normal que eu questione aqui os valores para podermos chegar ao valor por freguesia, é normal, mas como é que vamos então votar em consciência este orçamento se não conseguimos saber o valor por freguesia? Se não tem nada a esconder, exponha aqui o valor por freguesia, explique como é que chegou ao valor do total do investimento no concelho? Foi através dos valores por freguesia, exponha aqui os valores e se possível, exponha os valores por obra que eu lhe perguntei, se conseguir fazer isso hoje, agradecia, senão o total por freguesia, incluindo o empréstimo e aquelas obras que não são de empréstimo, ou seja, por receita própria ou financiamento ainda não definido.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Confesso que não tinha previsto fazer esta intervenção, mas há aqui uma questão que o deputado Luís Carvalho traz a esta sessão, que é uma questão importante e eu tenho que fazer a pergunta ao senhor Presidente de Câmara e aos senhores Presidentes de junta, também, todos eles as obras que constam no plano e orçamento, independentemente do valor, são obras que foram solicitadas pelos senhores Presidentes de junta e que vão ao encontro das expectativas dos senhores Presidentes de juntas para as realizações que têm previstas para as suas freguesias? Sim ou não? A questão é esta, a questão é que as obras foram naturalmente concertadas, parte significativa delas, foram concertadas entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, independentemente do valor, portanto, aquilo que está a ser feito é em consonância com aquilo que foi feito durante estes três anos, e muitas das obras que foram realizadas nas freguesias de valores muito significativos e posso, por exemplo, só dar a título de exemplo, que, no que diz respeito à construção da sede de Junta de Freguesia de Calvos, estava previsto um valor de duzentos mil euros e vai ser ultrapassado o valor dos quatrocentos mil euros, por exemplo, ou, por exemplo, em relação ao cemitério de Lanhoso, que estava previsto, um valor de cerca de duzentos e vinte mil euros e esse valor foi ultrapassado, por exemplo, portanto, aquilo que eu não consigo entender, com franqueza, é que se porventura estivesse a reclamar que as obras que estavam concertadas com os senhores Presidentes de junta no global, naturalmente, não estou a falar especificamente, todas as obras e todas as intenções que os senhores Presidentes de junta têm para a sua freguesia, porque, naturalmente, os Presidentes de junta querem sempre muito mais, o que é natural. Agora, eu não consigo entender como é que, senhor Presidente, é possível o senhor questionar quando estamos perante um

orçamento que vai ao encontro, um plano melhor dito, um plano que vai ao encontro das expectativas dos senhores Presidentes de junta que acordaram e concertaram com o senhor Presidente de Câmara e o executivo a realização dessas obras. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à questão colocada pela deputada Fátima Alves, a notícia que aqui partilhou sobre a arrecadação de verbas PRR em Braga, diz respeito ao distrito, ao distrito de Braga, que foi o terceiro distrito que mais verbas arrecadou. Quando vemos a notícia, percebemos que foram verbas arrecadadas de vários meios, quer através dos municípios, quer através de outras instituições. E é nessa lógica que trazemos também aqui a informação, as verbas captadas do programa PRR que tiveram, de facto, impacto no concelho, é verdade a creche foi através de uma ação da Associação Em Diálogo, mas, de facto, são verbas PRR que fizeram com que este novo projeto pudesse acontecer. Relativamente aos painéis solares e às viaturas sendo, também, financiamentos PRR, é verdade que estas candidaturas já vinham no pacote e no compromisso assumido no âmbito da delegação de competências.

Ainda esclarecer que, relativamente ao gabinete de apoio ao agricultor, este gabinete vai funcionar no âmbito dos serviços de ambiente integrado no Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, nas suas dinâmicas muito orientadas também não só para os bioagricultores, mas para os agricultores em geral e então não houve a necessidade, de facto, de integrar este serviço no organigrama, porque ele vai integrar os serviços de ambiente a partir do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para continuação da resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, vamos lá tentar abordar o tema do momento, que é os investimentos nas freguesias. Eu confesso que não percebi muito bem ainda qual é a dúvida em relação às obras que estão acordadas com os senhores Presidentes de junta, que têm reflexos no orçamento, portanto, está previsto em termos orçamentais a cobertura de cada uma dessas obras e que tem, já agora, deixe-me dizer uma coisa, eu estava a ouvi-lo e tentando perceber a razão de ser da sua pergunta, fui aqui assaltado por um pensamento que eu quero partilhar com vocês e quero desafiar todos a vir aqui, se for preciso um de cada vez, todos os senhores Presidentes de junta, que é o seguinte

pensamento. Qual foi até hoje o compromisso que eu assumi com alguma junta de freguesia que não tenha sido cumprido? Portanto, eu lanço este desafio, o púlpito está à disposição de todos os eleitos. Eu lanço este desafio, porque a sua pergunta não, mas quem nos ouve em casa pode, deixe-me explicar o meu repto, é que quem está em casa a assistir à insistência em relação a esta pergunta pode ter a mesma dúvida que eu tive, eu próprio estava ali sentado e a pensar assim, bom mas qual será a dúvida, a Junta de Freguesia, das 22 freguesias do concelho que tenha alguma dúvida do ponto de vista do compromisso?

Portanto, eu lanço, sinceramente, o repto que venha aqui algum Presidente de junta dizer o senhor Presidente assumiu esse compromisso comigo e não cumpriu, o senhor Presidente disse-me que ia fazer isto e não fez, isso nunca aconteceu e nunca vai acontecer, até porque quem lida comigo ao longo destes três anos já foi percebendo que eu quando não posso assumir determinados compromissos não assumo. Vou dar mais uma vez, o exemplo de Lanhoso, eu não assumi esse compromisso, no momento em que me desafiaram a fazer a permuta ou assumi? Não assumi. Aquilo que eu disse foi, temos de fazer um levantamento orçamental para percebermos se o valor é comportável. Esta é a forma séria de fazer as coisas, seria mais fácil dizer, claro que permutamos, então não perguntamos, e depois percebíamos que custava o dobro ou custava metade e a junta de freguesia podia ser prejudicada, portanto, esta é a forma séria de fazer as coisas, é analisarmos os dados objetivamente para tomarmos decisões consistentes. Foi isso que eu fiz sempre com as juntas de freguesia ao longo deste mandato, portanto, e é isso que eu vou fazer no quarto ano deste mandato, cumprir com os compromissos até nas situações, olho ali para a representante da Junta de Freguesia de Rendufinho, por exemplo, ainda ontem tive aqui oportunidade de explicar a razão pela qual a obra de Valecovo não foi ainda concretizada, o procedimento teve que ser repetido, isso é objetivo, portanto, se não tivéssemos que repetir o procedimento, essa obra teria sido inclusive a primeira a ser executada, não foi executada essa já foram executadas outras, portanto, tudo tem justificação, mesmo quando alguma coisa corre menos bem. Ferreiros, por exemplo, tive ontem oportunidade de explicar que vamos ter provavelmente, muito provavelmente, de entregar a obra à pessoa, à empresa que ficou em segundo lugar no concurso porque quem ganhou o concurso, não executa a obra. Já nos deu vinte respostas diferentes em relação à obra e não inicia a obra, isso não é responsabilidade nem da Junta de freguesia nem da Câmara Municipal é responsabilidade do resultado do concurso. Estes são problemas com os quais nós temos que lidar, mas do ponto de vista do compromisso, eu repito, o repto e o desafio que aqui lancei.

Relativamente à ligação de Galegos que refere a deputada Fátima Alves, essa ligação está integrada no projeto e, portanto, naturalmente, a nossa pretensão é que essa ligação seja concretizada em linha com a aprovação do projeto e as duas intervenções,

digamos assim, sejam compatíveis em termos de projeto, é isso que nós pretendemos fazer. A ligação de Galego à Vila, fez essa pergunta, recorda-se disso.

Os passos a dar em relação à Via Circular em 2025 estão diretamente associados com a conclusão desta fase, como nós não sabemos se esta fase é concluída daqui a quinze dias ou daqui a três meses, obviamente, não sabemos que passos vão ser dados porque estamos dependentes de concretizar esta fase do processo. Aquilo que eu lhe posso dizer, e que já tenho dito é que, vamos retomar o cronograma existente desde o início do processo da Via Circular, que pressupõe todos os passos até ao lançamento do concurso público e até à concretização da obra.

Em relação ao PRR, não, não é verdade, o PRR foi apresentado e entrou em vigor no dia 14 de dezembro de 2020, portanto, mais de nove meses, quase dez meses, portanto, em relação mas há aqui um aspeto importante. É que este tipo de fontes de financiamento e de quadros comunitários de financiamento, não começam a ser preparados a partir do momento que entram em vigor, como todos devemos saber, estes quadros de financiamento comunitários começam a ser preparados bem antes de entrarem em vigor, começam a ser projetado, a serem desenvolvidos os estudos técnicos, começam a ser adjudicadas até ou a ser tratados dentro dos serviços de cada município as peças processuais para quando estes procedimentos estiverem abertos e forem lançados os avisos, os municípios estarem preparados para submeter candidaturas. Portanto, não estamos a falar de 14 de dezembro de 2020, estamos a falar de um período anterior a esse em que o município poderia, se assim o entendesse, ter feito o necessário para quando chegámos a 18 de outubro de 2021 que foi o dia da minha tomada de posse, tivéssemos um quadro diferente que não fosse um quadro com o conta-quilómetros a zero do PRR.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quero deixar aqui três ou quatro notas, uma delas tem a ver com a estratégia local de habitação, que a Dra. Fátima disse que quando chegou no início do mandato estava a zero, não estava a zero havia trabalho feito, aliás, a empresa que continuou o trabalho já vinha de trás, já havia as reuniões com os Presidentes de junta, já estavam as habitações referenciadas, era um trabalho que já vinha e tinha o seu momento já de execução. O PRR não vale a pena discutir, sabemos que houve a necessidade por causa do COVID, houve essa abertura no período que o senhor Presidente disse, mas é irrelevante, mas é importante reforçar que também o acordo operacional foi em 2022, antes houve o financiamento ao COVID, mas isso é irrelevante, porque o importante também será que quem vier a suceder ao senhor Presidente da Câmara, ou se for ele o

próximo Presidente de Câmara que hajam fundos comunitários no decorrer deste ano que possam fazer candidaturas, como vocês herdaram, herdaram já a parte final da praia de Verim; a casa da Botica; o centro de cycling; a Start Up, estamos a falar de dois milhões de euros pelo FEDER, por isso, o contador senhor Presidente não estava a zero, não poderia estar a zero, mas tinha outras fontes de financiamento em que o contador não estaria a zero.

Aquilo que o senhor deputado Luís Carvalho tentou questionar era neste tipo de gráficos como no passado, deveria e era importante que se apresentasse por freguesia, o valor de investimento por freguesia. É importante que assim seja é importante que assim aconteça, e o caminho deve ser este, não estamos aqui a medir se aquela freguesia tem mais ou menos dinheiro, não é isso que está em causa, deve haver transparência e deve num quadro de execução dizer, meus senhores, está aqui o quadro financeiro por freguesia. É isso que o Luís Carvalho tentou solicitar ao senhor Presidente da Câmara, e eu estou em crer que fará chegar à nossa bancada, pelo menos temos esse interesse, esse valor de investimento por freguesia.

Vou mesmo terminar, e só quero deixar aqui duas notas, porque aquilo que o senhor Presidente diz, efetivamente, é verdade, houve uma negociação com os senhores Presidentes de junta e numa negociação, claro que a pretensão dos senhores Presidentes de junta, não são as mesmas do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara, faz a gestão financeira e houve aqui um entendimento e, naturalmente, que aquilo comigo, e falo por mim, aquilo que foi assumido não está executado, mas tendencialmente será executado até ao final do mandato, e aqui quero para concluir, alertar e para manter a coerência com o que disse no início do mandato, a dificuldade da execução destes investimentos pelo procedimento que o senhor Presidente de Câmara seguiu, que na altura, se bem se recorda que este procedimento que seguiu a Câmara Municipal, que eu entendo que não é o caminho mais funcional e estamos hoje a ter dificuldades porque aquilo que aprovamos em 2022 ainda não está executado. Acresce ainda que não beneficia as empresas locais, que também era importante fazermos do investimento que está projetado até ao final do ano, de qual será o montante que ficará nas empresas locais da Póvoa de Lanhoso. Eu alertei isto no início e mantenho a minha coerência.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o último ponto da ordem do dia à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 31 votos a favor e 11 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a Ata em minuta para imediata aplicação das deliberações tomadas, informou que a Ata em minuta foi aprovada por unanimidade, e terminou a sessão da Assembleia Municipal, desejando a todos os presentes e seus familiares votos de Boas Festas.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.